



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

Keilane Souza de Santana

**TRAJETÓRIAS DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM FEIRA DE SANTANA
(1883 - 1932)**

Feira de Santana

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

Keilane Souza de Santana

**TRAJETÓRIAS DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM FEIRA DE SANTANA
(1883 - 1932)**

Feira de Santana
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

Keilane Souza de Santana

**TRAJETÓRIAS DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM FEIRA DE SANTANA
(1883 - 1932)**

Dissertação apresentada no curso de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana para obtenção do título de Mestre em História. Orientadora: Dr^a. Andréa da R. R. P. Barbosa

Feira de Santana

2017

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado

S223t Santana, Keilane Souza de
Trajetórias de empregadas domésticas em Feira de Santana (1883-1932)
/Keilane Souza de Santana. – Feira de Santana, 2017.
103f.: il.

Orientadora: Andréa da R. R. P. Barbosa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. Empregadas domésticas – Feira de Santana – Século XIX-XX. 2.
Patrão e empregado – Feira de Santana. I. Barbosa, Andréa da R. R. P.,
orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 331.11-057.157(814.22)

A banca examinadora considera esta dissertação adequada como requisito para conclusão do curso de Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana, 31 Agosto de 2017

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Andréa da R. R. P. Barbosa (orientadora)

Prof^a. Dr^a. Elciene Rizzato Azevedo (UEFS/BA)

Prof. Dr. Robson Dantas (UESC/BA)

Para Nívia Maria, ex- empegada doméstica do sertão e a mãe mais batalhadora e generosa do mundo.

AGRADECIMENTOS

Finalmente o término da dissertação, por diversas vezes pensei que não fosse dar conta de conciliar pesquisa e trabalho em sala de aula. Foram quase dois anos e meio de sobrecarga, pois o Governo do Estado da Bahia suspendeu, por meio de decreto, o direito dos professores terem licenças para estudar Mestrado e Doutorado. Denotando com isso que não incentiva a qualificação de professores da educação básica, desmonta as conquistas da categoria e legitima que a educação pública de qualidade não é projeto do Estado. Foi em meia a essas políticas de retrocessos que precisei lutar para que o horário do trabalho respeitasse a agenda de disciplinas do Mestrado e que a minha pesquisa continuasse.

Agradeço à minha mãe, Nívia Maria de Souza, e as minhas irmãs, Jaqueline e Rosana, por me darem amor e forças para continuar lutando por uma vida digna e por entenderem a minha ausência nos últimos anos. Grata por existirem, não enfrentaria com leveza os percalços da vida se não tivesse vocês. Agradeço a minha avó Fidelcina por ter me incentivando a estudar desde época do ensino médio. À minha avó Almerita por me dedicar amor e atenção durante a infância e por ter me ensinando que afeto não depende de laços consanguíneos. A todos os meus familiares pela atenção e por acreditaram em mim.

Agradeço à professora Dra. Andréa da R. R. P. Barbosa pela orientação da pesquisa. Sem as suas colaborações e sugestões eu não teria conseguido dar conta do recorte de gênero. Obrigada, por ter considerado as minhas afinidades metodológicas e teóricas, e principalmente, por ter respeitado o meu tempo de produção historiográfica.

À Professora Dra. Elciene Rizzato Azevedo por ter contribuído teoricamente e metodologicamente com a minha pesquisa durante as aulas da disciplina *Seminário de Dissertação* e por ter feito parte da minha banca de qualificação. Obrigada, pelas sugestões de textos que ajudaram a pensar a memória como documento histórico, por ter me incentivado a pesquisar trajetórias e a pensar sobre o pós-abolição. À Professora Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa por também ter aceitado o convite para fazer parte da minha banca de qualificação e por ter feito críticas e sugestões teóricas e metodológicas que ajudaram na consolidação final desta pesquisa.

Ao Professor Dr. Rinaldo César Nascimento Leite pelos textos e debates que foram feitos na disciplina *Identidade Regionais, Culturais e Locais*, e que contribuíram de forma relevante para o meu trabalho. Aos professores Drs. Clovis Ramaiana Oliveira, Aldo José Morais Silva e José Augusto Ramos da Luz pela constante atenção e disponibilidade. Aos

colegas do Mestrado pelas críticas e sugestões ao meu projeto de pesquisa e ao plano de dissertação, especialmente a Kalila e a Brena por compartilharmos algumas angustias.

Aos meus colegas de trabalho do Colégio Estadual Novis Filho/Tanquinho-BA, Adenilson, Valmir, Joselita, Viviane, Marlucia, Jamile, Mariana, Iolanda, Fred e João pela solidariedade e convivência agradável. Aos meus alunos do 3º ano do ensino médio por terem conseguido uma das principais fontes da minha pesquisa: a memória biográfica sobre a vida da doméstica Galdiana Ferreira de Medeiros. A todos os meus alunos e alunas do Ensino Médio e do Ensino Fundamental por me fazerem sorrir nesses anos difíceis e por me ensinarem a ser professora.

Aos meus amigos do conjunto Feira VI, Pedro, Geanne, Leilton, Heyde e Taylon pelo companheirismo em Feira de Santana e, principalmente, pelas nossas resenhas e festas regadas com tequila, cerveja e vodka. À Elaine, Hildete, Gesane e Carl por ouvirem as minhas queixas sobre a pesquisa e sobre a escola. Agradeço também a Chablik por ser como um irmão aqui em Feira de Santana, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da pesquisa e da vida.

RESUMO

A partir do cruzamento de fotografias, jornais, memória biográfica de Galdiana Ferreira de Medeiros, processos crimes de defloramento, estupro, lesão corporal e homicídio, busquei reconstruir as diversas trajetórias de empregadas domésticas no município de Feira de Santana, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Por conseguinte, partir da premissa de que estas mulheres destoavam dos projetos de civilidade gestados na República pelo fato de serem pobres, negras e/ou emergentes do cativo e muitas vezes mães solteiras. A análise das fontes também permitiu constatar que estas trabalhadoras nem sempre aceitavam submissas as imposições dos seus patrões, assumindo várias estratégias de resistências: podendo envenená-los, romper com as relações de trabalho ou denunciar maus tratos que vivenciaram no ambiente de labor. Aos patrões restou representa-las como ingratas por não aceitarem a subordinação. As relações de compadrio entre criadas e “amos” foram discutidas como estratégias de sobrevivência dos mais fracos em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, de raça e de classe.

Palavras-chaves: empregadas domésticas, trajetórias, gênero, patrões e Feira de Santana.

ABSTRACT

Starting from photos, newspapers, Galdiana Ferreira de Medeiros' biographical memory, legal proceedings about defloration, rape, bodily injury and homicide crossing I tried reconstruct various maids' trajectories in the municipality of Feira de Santana between the end of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century. Therefore, I started from the premise that these women were disrupted from the civility projects that were born in the Republic because they were poor, black and/or emergent from captivity and often single mothers. The analysis of the sources also allowed to verify that these workers did not always accept submissive their bosses' impositions, assuming various resistance strategies: they can poison them, break away from working relationships and report maltreatments that they experienced in the work environment. Bosses remained to represent them as ungrateful for not accepting the subordination.

Key-words: maids, trajectories, gender, employers and Feira de Santana.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDOC/UEFS – Centro de Documentação da Universidade Estadual de Feira de Santana.

BCPO - Biblioteca do Colégio Padre Ovídio.

MCS/UEFS – Museu Casa do Sertão na Universidade Estadual de Feira de Santana.

UEFS- Universidade Estadual de Feira de Santana.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01- Ocupações da população de Feira de Santana, 1920.....	38
Tabela 02- Domicílios em Feira de Santana, 1920.....	39
Tabela 03- População de Feira de Sant'Anna: condição, sexo e raça, 1872,.....	40

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 01- Município de Feira de Santana e seus limites.....	36
Imagem 02- Grupo de familiares em Tanquinho, 15 de março de 1901.....	66
Imagem 03 - Grupo de familiares em Tanquinho, 06 de janeiro de 1914.....	67
Imagem 04- Albertina de Almeida Motta.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo 1- Projetos de civilidade em Feira de Santana e a condenação de sujeitos negros na República.....	21
1.1. Visões sobre a abolição da escravidão.....	21
1.2. Município de Feira de Santana: localização, conjuntura econômica e perfil demográfico da população.....	34
Capítulo 2- Trabalho doméstico de “portas a dentro”: inserções, violências e resistências no município de Feira de Santana	42
2.1. Vias de inserção nos serviços domésticos.....	42
2.2. Acordos informais, cotidiano de trabalho e violências.....	49
2.3. Envenenamento dos patrões e a cor das criadas.....	62
Capítulo 03- Relações de apadrinhamento e táticas de sobrevivência em Feira de Santana.....	69
3.1. Domésticas e patroas: a visão masculina sobre elas e as relutâncias.....	69
3.2. Galdiana Ferreira de Medeiros e Albertina de Almeida Motta: relações de apadrinhamento.....	86
CONCLUSÃO.....	96
FONTES.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

INTRODUÇÃO

As protagonistas desta história são as empregadas domésticas de Feira de Santana no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Parte desta pesquisa foi incentivada durante a graduação na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e resultou na monografia intitulada *Empregadas Domésticas e Seus Patrões em Feira de Santana, 1900-1930*. Na época, empreguei como fontes principais processos crimes, jornais e a memória da empregada doméstica Dona Julia Maria de Jesus que consegui através de entrevista oral, contudo, a pesquisa não teve como baluarte o recorte de gênero e raça. Durante o Mestrado ampliei a documentação, pensei o pós-abolição enquanto um problema histórico e as questões de gênero e raça definiram a pesquisa. Ação Ordinária de Desquite, dados estatísticos, fotografias, jornais, memória biográfica, relatórios do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, processos crimes de defloração, estupro, lesão corporal e homicídio são as fontes desta pesquisa, e apontam sobre a inserção de mulheres e meninas negras (pretas e pardas) nos serviços domésticos, o cotidiano de trabalho doméstico na residência dos patrões, os conflitos, as vulnerabilidades e as relações de apadrinhamento que foram desenvolvidas no bojo do trabalho doméstico no município de Feira de Santana¹.

A escolha do marco inicial (1883) deveu-se a inserção de Galdiana Ferreira de Medeiros nos serviços domésticos no município de Feira de Santana, contada por seu filho numa memória biográfica². Tendo em vista esta fonte, processos crimes e jornais, investiguei e problematizei as diversas experiências de empregadas domésticas no município de Feira de Santana, e discuti como as questões de gênero, raça e classe organizavam a sociedade feirense no final do Império e nas primeiras décadas do século XX.

A memória biográfica — elaborada por um dos filhos de Galdiana — sobre a trajetória dela traz uma narrativa sobre a escravidão no município de Feira de Santana que contempla a vida de filhos de escravos que nasceram na condição de livre quando ainda persistia o cativeiro no Brasil e os caminhos que perseguiram após a abolição da escravatura³. Apesar de não contar com outras narrativas biográficas sobre a trajetória de filhos de escravos no município em questão, consegui discutir através da intersecção com os processos crimes,

¹ O município de Feira de Santana, no referente período, além de abranger a cidade, compreendia também os distritos de Almas (atual cidade de Anguera), Bom Fim de Feira, Bom Despacho (atual distrito de Jaguará), Humildes, Remédios da Gameleira, Mangabeira, Santa Bárbara, São José da Itapororocas e Tanquinho. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/feiradesantana.pdf>. Ao logo do texto, o termo Feira de Santana será utilizado para denominar a cidade, enquanto o termo município de Feira de Santana para referenciar os distritos, a sede (ou cidade) e as áreas rurais.

² COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983.

³ Ibidem.

jornais e fotografias, o trabalho doméstico e os pontos de continuidade que mantinha com o tempo do cativo, os conflitos e as negociações entre empregadas domésticas e patrões.

Ana Maria Lugão Rios e Hebe Matos, ao estudarem a experiência e a memória coletiva produzida pelos últimos libertos do antigo Sudoeste cafeeiro, apontaram que estas memórias construíram representações sobre a escravidão e a liberdade inacessíveis nas fontes demográficas, cartorárias e judiciais. A utilização de genealogias, que remontavam ao início do século XIX e desdobravam-se até as últimas décadas do século XX, possibilitou às autoras conhecer sobre a vida dos últimos cativos, de seus filhos e netos, assim como as possibilidades que tinham de realizar a vida em liberdade⁴. Tendo em vista esta perspectiva metodológica, destaco que a memória de Eurico Della Costa sobre a vida de Galdiana Ferreira de Medeiros, autorizou acessar experiências de libertos e livres nos últimos anos da escravidão e a inserção social deles no século XX.

A baliza final é porque a memória biográfica citada anteriormente aponta que em 1932, Galdiana Ferreira de Medeiros deixou de atuar de forma periódica no serviço doméstico, apenas exercendo o ofício de forma esporádica e fora da residência dos patrões. Afinal, ao longo da década de 1920, seus três filhos — Aureliano Ferreira de Medeiros, Aureliana Ferreira de Medeiros e Eurico Presbitério Della Costa — foram inseridos nos serviços de marcenaria, doméstico e padaria e isto possibilitou que tivesse autonomia no seu trabalho de *portas adentro* (termo utilizado por Sandra Graham para definir as trabalhadoras domésticas que residiram na casa dos patrões⁵). Em 1932, o filho mais novo de Galdiana completou 18 anos, tornou-se padeiro requisitado pela qualidade do seu serviço e começou a se responsabilizar pelo aluguel do cômodo onde residia com a mãe, dessa forma ela pôde escolher não ir trabalhar ou se recusar a lavar roupas de patrões que não pagassem bem.⁶

O recorte temporal foi definido a partir da memória de Eurico Della Costa sobre a trajetória de vida da empregada doméstica Galdiana⁷, porém, os processos crimes envolvendo empregadas domésticas e patrões são as fontes centrais desta pesquisa, uma vez que foram utilizados para investigar como domésticas construíram relações familiares e afetivas que alteraram suas relações de trabalho. Além disso, permitiram acessar o cotidiano e as diversas experiências dessas trabalhadoras no município de Feira de Santana.

⁴ RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 31-32.

⁵ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁶ Memorialista: COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983.

⁷ A memória é entendida nesta pesquisa não com a história, mas como um dos seus objetos de estudo. Ver Le GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed.. Campinas, SP Editora UNICAMP, 1996, p. 49.

Propor um recorte temporal — 1883 a 1932 — pautado na trajetória de Galdiana Ferreira de Medeiros⁸ é uma opção metodológica que não deseja recortes globais, macroeconômicos e políticos que nem sempre interferem diretamente no cotidiano dos sujeitos históricos. Do ponto de vista teórico e metodológico, esta pesquisa investigou como as vivências da escravidão orientaram trabalho, táticas de sobrevivência e projetos de liberdades no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.⁹

O conceito de trajetória invocado nesta pesquisa está pautando na crítica de Pierre Bourdieu a noção de história de vida como algo linear e de seu argumento de que o real é descontínuo, aleatório e não obedece uma criação artificial de sentidos. De acordo com Bourdieu

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado — pelo menos em certo número de estados pertinentes — ao conjunto dos outros agentes envolvidos e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis¹⁰.

Além de invocar este conceito de trajetória para reconstruir a vida de empregadas domésticas no município de Feira de Santana, aponto que o cotidiano delas foi analisado e discutido metodologicamente a partir de suas experiências de vida, evidenciando desigualdades de classe, gênero¹¹ e raça conforme a problemática e o recorte espacial e temporal desta pesquisa. Com o objetivo de compreender as formas como se davam as negociações entre esses sujeitos históricos e seus padrões, utilizei como referência teórica e metodológica os estudos do historiador E. P. Thompson, especificamente o livro *Costumes em Comum*, em que apontou a construção de uma narrativa histórica sobre sujeitos de classes menos favorecidas que, através de estratégias de vivências, negociavam suas sociabilidades com outros sujeitos históricos pertencentes aos grupos mais favorecidos da Inglaterra dos

⁸ Memorialista: COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983.

⁹ Sobre as trajetórias individuais e familiares dos libertos no período pós-abolição ver: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988, p. 190.

¹¹ Segundo Joan W. Scott “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”. Ver: SCOTT, Joan W.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, V.16, n° 2, julho/dez, p. 5-22, 1990, p.14.

séculos XVII e XVIII¹². Segundo E. P. Thompson, a classe deve ser pensada como categoria histórica que além de abranger o lugar de produção que os grupos ocupam, envolve também as lutas políticas e as experiências partilhadas pelos grupos¹³. Sendo assim, a categoria de classe foi empregada para problematizar a visão dos patrões sobre as criadas, as negociações entre domésticas e patrões, os conflitos e as resistências.

A categoria de gênero tem uma história recente na historiografia contemporânea e passou a se utilizar pelas historiadoras norte-americanas a partir da década de 1970 por conta dos impasses que o campo História das Mulheres trazia para as historiadoras que pensavam as diferenças, pois o termo mulher tinha que vir acompanhado de um adjetivo para dar conta das diferenças dentro das diferenças.¹⁴ Segundo Joan Scott, o termo gênero indicava uma rejeição ao determinismo biológico embutido em termo como sexo e “diferença sexual”, e destacava o aspecto relacional e histórico das normas de feminilidade e masculinidade.¹⁵ Este conceito foi utilizado para problematizar as trajetórias das empregadas domésticas, as relações de poder envolvendo patrões, patroas e empregadas, as piadas que as condenavam e definiam o emprego doméstico enquanto um campo de trabalho vinculado principalmente ao feminino.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, ao explorar os limites do conceito de “classe” para dar conta da pobreza dos negros no Brasil, citou ser consenso no meio científico que a “raça” biológica não existe, no entanto, enquanto categoria social e histórica é uma ferramenta de luta contra o racismo no Brasil¹⁶. Tendo em vista a contribuição teórica deste autor, a raça foi utilizada para analisar as trajetórias de domésticas pretas e pardas no município de Feira de Santana, assim como as hierarquias raciais e sociais que teceram suas vidas durante o final do Império e as primeiras décadas do século XX.

As fontes foram organizadas metodologicamente a partir da relevância que assumiram na problemática da pesquisa. O grupo central foi constituído por processos crimes, jornais e memória biográfica. As fontes secundárias por uma Ação Ordinária de Desquite, dados estatísticos, fotografias e relatório do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes referente ao ano de

¹² THOMPSON, E, p. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹³ THOMPSON, E, p. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p.12.

¹⁴ SCOTT, Joan W.. História das Mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**, Santa Catarina, Terceiro Milênio, n. 2, 1994.

¹⁵ SCOTT, Joan W.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, V.16, n° 2, julho/dez, p. 5-22, 1990, p. 05.

¹⁶ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

1898, e foram utilizadas especialmente em função da documentação central, uma vez que tentei fazer a intersecção de fontes na maior parte do texto.

O cruzamento de fontes foi inspirado na leitura do livro *O Retorno de Martin Guerre* de autoria da historiadora Natalie Zemon Davis, onde ela estabeleceu a premissa, quando o historiador não conseguir encontrar documentos sobre os sujeitos históricos que está investigando, deverá recorrer a fontes da época e do local que a vida destes sujeitos se desenrolou para entender “[...] o mundo que devem ter visto, as relações que podem ter tido¹⁷”.

O livro *A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho* foi escrito no final da década de 1970 por Eurico Presbítero Della Costa e publicado em 1983¹⁸. Esta fonte é uma memória genealógica que foi narrada pelo filho da empegada doméstica Galdiana Ferreira de Medeiros e contou minuciosamente a trajetória social e familiar dela em Feira de Santana e em Tanquinho, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Utilizei Michael Pollak para problematizar o momento em que esta memória oral foi articulada em formato de texto escrito e principalmente pensá-la na perspectiva de que “[...] A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”¹⁹. Recorri a Paul Ricoeur para explicar que a memória não é neutra e os acontecimentos são finitos, entretanto, as narrativas sobre os eventos não são e o esquecimento/ silenciamento também forma a memória²⁰.

Com base nestes autores analisei um processo crime de lesão corporal que tem como réu o filho mais velho da doméstica Galdiana e nele percebi como os silenciamentos forjaram a memória de Eurico Della Costa em relação à família e a mãe. Segundo a documentação, Aurélio foi preso por ter espancado uma mulher no arraial de Tanquinho (pertencente na época ao município de Feira de Santana), no ano 1922, e no auto de qualificação justificou que a vítima tinha feito “astúcia” ou “feitiço” para que ele não tivesse “relações íntimas” como outras mulheres.²¹ Apesar de Aurélio aparecer de forma relevante na trajetória de Galdiana, os índicos desse evento, como o interrogatório feito pela Justiça Pública e o falatório no arraial de Tanquinho, não foram mencionados na narrativa de Eurico Della Costa. Este processo também foi utilizado para discutir sobre a alfabetização dos filhos de Galdiana

¹⁷ DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.21.

¹⁸ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983.

¹⁹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. P.4.

²⁰ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 1996.

²¹ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, processos-crimes, 1923-1924. E. 04, Cx. 94, Doc. 119.

na época em que vivia como doméstica na residência de Albertina Fróes da Motta²² em Feira de Santana.

Os outros processos crimes foram selecionados pelo recorte temporal e espacial da pesquisa e por terem como acusadas/os, vítimas e/ou testemunhas empregadas domésticas e/ou patrões que em certa medida apontassem informações sobre o cotidiano de trabalho doméstico no município de Feira de Santana. Ao todo recorri a sete processos crimes, sendo um de estupro, dois de defloramento, três de lesões corporais e um de homicídio. Estas fontes foram utilizadas para pensar os fatores que provocavam a entrada de meninas e mulheres pobres nos serviços domésticos, relações de apadrinhamento, violências conduzidas pelos patrões (ou por pessoas ligadas a eles) as empregadas domésticas, cor e fuga da residência de patrões algozes.

Problematizei os processos crimes a partir da leitura de Michel de Certeau que ao apontar caminhos metodológicos para pensar o lugar de produção das fontes apresentou os seguintes questionamentos: “O que se pode aprender do discurso do ausente?” “Como interpretar os documentos ligados a outro período, e a uma experiência “inefável”, sempre abordada pelo lado de onde é julgada a partir do exterior?”²³. Pautada nestas considerações teóricas fiquei atenta para as versões que aparecem nos processos crimes, haja vista que foram fragmentadas para serem enquadrados na lógica de produção do documento.

O trabalho de Marisa Corrêa com processos crimes também foi importante para a pesquisa, considerando-se que ao estudar as definições de papéis sexuais demonstrou que o judiciário é um mecanismo de ordenação e manutenção das normas dominantes²⁴. Ao analisar os processos crimes fiquei atenta a estas normas e percebi que vítimas e réus (ou réus) eram julgados pelos comportamentos que tinham na sociedade e não necessariamente pelos “crimes” cometidos. Por conta disso precisavam assumir posturas condizentes com os anseios da Justiça para não serem penalizadas, como exemplo, as mulheres deveriam corresponder ao padrão de honra e virgindade e os homens ao de provedores do lar.

Sendo assim, os processos crimes apresentam, antes de qualquer coisa, as visões e os julgamentos dos juristas, médicos e escrivães sobre os sujeitos transgressores das ordens sociais. Apesar de estes autores fragmentarem as falas das testemunhas, réus e vítimas dos

²² Era a filha mais velha do Coronel Agostinho Fróes da Motta. Ver: REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922). Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012, p.52.

²³ CERTEAU, Michel. Os sistemas de sentido. In: **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes de Menezes. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 249 -251.

²⁴ CORRÊA, Marisa. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 11 e 12.

processos crimes com interferências e esquemas de perguntas e respostas, foi possível reconstruir o cotidiano das empregadas domésticas a partir da leitura atenta destas fontes.

Dos periódicos — *O Progresso* e *A Folha do Norte* — aproveitei as colunas Pensamentos e Hilaridades (*O Progresso*), Um pouco de Tudo (*Folha do Norte*) e textos que ao definem os papéis de gênero/classe na sociedade trouxeram visões sobre as patroas e as criadas. Para Roger Chartier, as representações do mundo social não são imagens verdadeiras ou falsas da realidade, são construídas e determinadas pelos interesses políticos e sociais dos grupos ou indivíduos que as forjam²⁵. Estas considerações foram aproveitadas para analisar os periódicos, tendo em vista que ao retratarem sobre as empregadas domésticas e as patroas representavam o ponto de vista de homens letrados, católicos e pertencentes aos setores mais abastados do município de Feira de Santana.

Além de utilizar adágios e textos, também analisei notas de comemoração “do 13 Maio de 1888” para discutir a visão das elites — autoridades municipais, juristas, professores, imprensa local — em relação a esse evento e fiz o contraponto com as notas que condenavam sujeitos negros no município investigado. Esse debate deixou vir à tona as representações das elites sobre a população negra e/ou emergentes do cativo e as empregadas domésticas foram pensadas enquanto parte desta população.

Os relatórios do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes²⁶ estão disponíveis na Biblioteca do Colégio Padre Ovídeo em Feira de Santana²⁷. A priori selecionei todos os relatórios que compreendem ao recorte temporal da minha pesquisa, 1898, 1900, 1921- 1924, 1926-1928, 1931,1932²⁸, e ao avaliar o corpo da documentação percebi que apresentam, no geral, despesas, dificuldades de manutenção, nome de pessoas que prestaram serviços ou ajudas financeiras ao asilo e o nome das órfãs. Apenas o relatório de 1898 apontou para o agenciamento de órfãs nos serviços domésticos em Feira de Santana e por isso foi o único relatório consagrado na pesquisa com o objetivo de discutir sobre as inserções formais (ou intercedidas por uma instituição cristã) nos serviços domésticos.

²⁵ CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990, p.16 e 17.

²⁶ Sobre o histórico do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes ver: COSTA, Livia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013.

²⁷ BCPO. *Relatório do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes*, 1921,1922, 1923, 1924, 1926, 1927,1928, 1931,1932.

²⁸ Os relatórios estão disponíveis na Biblioteca do Colégio Padre Ovídeo-Feira de Santana, bem como fotografias das internas, estatuto do asilo e os relatórios das senhoras de caridade responsáveis por doações financeiras, apadrinhamento das meninas e administração do asilo (Pia União das Filhas da Marias).

Usei duas fotografias de famílias rurais do distrito Tanquinho que retratam mulheres (e uma menina) negras para discutir, através do cruzamento com os processos crimes e com a memória sobre Galdiana, a cor das empregadas domésticas e a possível relação delas com o tempo do cativo. Também aproveitei uma fotografia de Albertina de Almeida Motta para explicar que ela não era branca, mas a trajetória do seu pai, o Coronel Agostinho Fróes da Motta, possibilitou a sua ascensão social em Feira de Santana. Domésticas e patroas foram pensadas nas diversas experiências, e na medida do possível tentei cruzar as suas trajetórias e imbrica-las ao contexto em que suas vidas foram tecidas.

No primeiro capítulo discuti os ideais de progresso no município de Feira de Santana e a exaltação da abolição da escravatura (Lei Aurea) como parte deste processo que buscava implantar a civilidade na República e, em contrapartida, condenava os sujeitos negros e/ou emergentes do cativo. O contexto foi pensado a partir deste debate e da visão destoante do memorialista Eurico Della Costa em relação à República. Tendo em vista isso, tentei entender a sua visão sobre a República a partir da vivência que teve em Tanquinho e em Feira de Santana, no início do século XX, como filho de empregada doméstica negra e mãe solteira. Além disso, explanei, por meio de revisão bibliográfica, sobre a conjuntura econômica e a composição étnico/racial do município de Feira de Santana.

No segundo capítulo, ao discutir sobre as vias de inserções para os serviços domésticos no município de Feira de Santana, foquei nos classificados de emprego, no Asilo de Nossa Senhora de Lourdes e nos acordos informais. Posteriormente, tratei sobre o cotidiano de trabalho doméstico na residência dos patrões enfatizando os processos de violências e os graus de vulnerabilidades que as criadas estavam expostas. Os indícios de resistências e a cor das criadas também foram elucidados neste capítulo.

No terceiro capítulo discuti a visão masculina sobre as empregadas domésticas e as patroas, assim como as relutâncias delas aos padrões de gênero. Analisei as relações de apadrinhamento entre a empregada doméstica Galdiana Ferreira de Medeiros e a patroa Albetina Fróes da Motta que proporcionaram a alfabetização dos filhos de Galdiana no Grupo Escolar J. J. Seabra e a aprendizagem da profissão de marceneiro para o seu filho mais velho. As relações de compadrio não foram discutidas pelo viés do apaziguamento dos conflitos de classe, foram pensadas como táticas de sobrevivência dos mais fracos em uma sociedade marcada por desigualdades raciais, de gênero e de classe.

Capítulo 1- Projetos de civilidade em Feira de Santana e a condenação de sujeitos negros na República

Neste capítulo discutirei sobre o projeto de civilidade que estava em voga em Feira de Santana durante a implantação do regime republicano. Analisarei, através de notas de jornais, a consagração da Lei Áurea como parte deste projeto que objetivava implantar o progresso no município em questão e, em contraposição, estigmatizava sujeitos negros e/ou provenientes do cativeiro por destoarem dos padrões de cultura, religião e comportamento elaborados pelas elites – autoridades municipais, juristas, professores, imprensa local – para excluir a maior parte da população por não atender a estes critérios. A visão destoante do memorialista Eurico Della Costa a respeito da Lei Áurea e da implantação da República será utilizada para discutir a sua vivência no município de Feira de Santana como filho de empregada doméstica, nas primeiras décadas do século XX. Além disso, farei uma revisão bibliográfica sobre a localização geográfica, as principais atividades econômicas e o perfil populacional do referido município para contextualizar o trabalho doméstico e as criadas.

1.1. Visões sobre a abolição da escravidão

Na virada do século XIX para o XX, os periódicos de Feira de Santana propagaram ideais de progresso que deveriam orientar o cotidiano dos moradores do município e inseri-los no projeto de República que estava em voga no Brasil e que tinha como condutores principais, médicos, juristas, religiosos e intelectuais. Além disso, o jornal *O Progresso* e seu posterior substituto, *A Folha do Norte*, propagaram notícias exaltando a abolição da escravidão no Brasil e divulgaram notas estigmatizando sujeitos negros e/ou provenientes do cativeiro por destoavam dos padrões de higiene, moralidade, trabalho e cultura que serviam aos interesses das classes dominantes. As empregadas domésticas, enquanto parte destes sujeitos provenientes do cativeiro (pretas e pardas), também foram depreciadas pelos periódicos de circulação local por não atenderem a estes critérios de civilidade.

Antes de me ater a esse debate, vale ressaltar alguns trabalhos que se dedicaram a estudar os ideais de progresso em Feira de Santana para entender a exaltação da abolição da escravidão na República como parte desse projeto que objetivava implantar a civilidade em Feira de Santana. Aldo José Morais Silva, ao estudar a construção de um ideal de cidade saudável em Feira de Santana e seu posterior esvaziamento, entre 1833 a 1937, apontou que os dirigentes municipais elaboraram um discurso representando Feira de Santana como uma

cidade de clima privilegiado, e que por volta da década de 70 do século XIX este discurso afamou a referida cidade, inclusive por províncias distantes, como uma localidade de clima especial e adequado a pessoas com doenças respiratórias²⁹. Conforme o autor, a construção desse ideal de cidade sã estava relacionada aos interesses políticos locais e, sobretudo ao comércio, pois incentivaria o advento de novos estabelecimentos comerciais e a vinda de moradores que contribuiriam para a sua manutenção através do consumo³⁰.

Ainda segundo Aldo José Morais Silva, o esvaziamento deste ideal de cidade sã aconteceu durante a República, onde os dirigentes de Feira de Santana passaram a vê-lo como estorvo para a implantação do progresso na urbe feirense, já que o seu imaginário remetia ao Império e anulava a ação (higiene pessoal e urbana) dos homens como fator primordial para a obtenção da saúde na urbe feirense. Neste processo de construção de uma nova identidade para Feira de Santana que ocorreu durante o regime republicano, a imprensa local deixou de reconhecer o clima privilegiado como fator para curar a tuberculose e se colocou como portavoz do discurso médico no combate das doenças e conseqüentemente defensora da higienização moral da sociedade³¹. O referido autor, apesar de ter citado a intenção dos jornais em civilizar a população, não se ateve a pensar os sujeitos nomeados como “incivilizados” e a provável relação deles com o tempo do cativo porque estas questões não eram o cerne do seu trabalho.

Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira, ao estudar o processo de destruição da ordem rural que deu origem a cidade de Feira de Santana, enquanto espaço urbano, entre 1893 a 1937, apontou que as elites construíram novos padrões de comportamento público que se impuseram em meio a conflitos com as heranças da cultura negra, com as vivências dos vaqueiros e com outras formas de sociabilidade relacionadas ao passado pastoril da cidade³². Ainda de acordo com o autor, na construção da República, as elites elaboraram mecanismos de coesão para a população negra, e em de Feira de Santana este processo foi percebido em torno dos discursos sobre a figura do escravo fugido Lucas da Feira que fora representando — pelo poeta feirense Godofredo Filho e pelos jornais de circulação local — como um mal

²⁹ SILVA, Aldo José Morais. **Natureza Sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana**. Elementos para o Estudo da Construção da Identidade Social no Interior da Bahia (1833-1937). Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2000, p. 22 a 42.

³⁰ *Ibidem*, p. 75 a 77.

³¹ *Idem*, p. 75 a 77.

³² OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2000, p.19.

exemplo a não ser seguido pela população feirense. Além disso, o poder público organizou ataques sistemáticos as práticas religiosas de negros e de seus descendentes³³.

Apesar de o autor ter utilizado basicamente fontes oficiais e de ter se debruçado na visão dos jornais sobre a população que destoasse do projeto de civilidade implantando durante a República, a pesquisa dele deu certa visibilidade a presença de negros em Feira de Santana que foi posteriormente estudada por autores como Karine Teixeira Damasceno³⁴, Mayara Plácido Silva³⁵ e Chintamani Santana Alves³⁶. Estes autores, a partir da ampliação da documentação, buscaram acessar o cotidiano e as táticas de sobrevivência de sujeitos negros e/ou emergentes do cativo no município de Feira de Santana.

Karine Teixeira Damasceno, ao estudar os ideais de civilidade no município de Feira de Santana na virada do século XIX para o XX, apontou que as autoridades e a imprensa local representavam negativamente às mulheres pobres por não seguirem o padrão de feminilidade que as elites consideravam adequado para o projeto de República. As mulheres pobres foram o objeto de estudo desta autora que se preocupou em pensar, a partir da análise de processos crimes, os vários papéis assumidos por elas, os conflitos vivenciados e as redes de solidariedade que eram acionadas para enfrentar os desafios da vida e a política de repressão direcionada pelas elites³⁷.

Ainda de acordo com Karine Teixeira Damasceno, o projeto de civilidade que estava em voga, além de direcionar esforços para remodelar o espaço urbano e adequá-lo a um padrão de modernidade, objetivava expulsar os pobres do centro de Feira de Santana. Sendo assim, uma parte a população pobre, trabalhadora e negra foi obrigada a migrar para os subúrbios e os moradores dos distritos também tiveram que aprender a lidar com as novas regras de civilidade imposta pelas elites, porém, estes sujeitos se faziam presentes no referido centro para negociar produtos nas feiras. Além disso, a autora defende que as mulheres pobres (pretas e pardas) conheciam as regras da Justiça e tinham consciência de que seriam julgadas pelos seus comportamentos na sociedade, por isso assumiam perante a Justiça o papel de mulher pacífica e mãe zelosa para não serem penalizadas³⁸.

³³ Ibidem, p.33 a 39.

³⁴ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas**: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2011.

³⁵ SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado. UEFS, Feira de Santana, 2012.

³⁶ ALVES, Chintamani Santana. **Tramas da terra**: conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013.

³⁷ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas**: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2011.

³⁸ Ibidem, p.18 e 19.

Mayara Plácido Silva segue a mesma perspectiva de Karine Teixeira Damasceno, estudou a experiência de lavradores, comerciantes informais, lavadeiras e empregadas domésticas no município de Feira de Santana, na virada do século XIX para o XX³⁹, porém, Mayara Plácido Silva não teve o recorte de gênero como um dos baluartes da pesquisa e Karine Teixeira Damasceno teve.

Segundo Mayara Plácido Silva, a maioria dos trabalhadores pobres estudados habitava a área rural do município, mas se deslocava frequentemente para o centro da sede com o objetivo de comercializar na feira o excedente de suas plantações e/ou criações de animais. Esta pesquisa ainda evidenciou que o arrobo de “civildade” que ocorreu na urbe feirense, a partir da década de 1920, propunha medidas de organização urbana e de novos comportamentos para os trabalhadores pobres e incentivava a repressão e a marginalização das práticas sociais destes trabalhadores por destoavam do modelo de civildade divulgado nos jornais⁴⁰. Conforme a autora, os articulistas dos periódicos de circulação local liam a realidade social a partir da oposição entre urbano e rural, e ao associarem as crenças, os modos de trabalho e as sociabilidades dos trabalhadores pobres ao mundo rural, os colocavam como um empecilho para a implantação da civildade na urbe feirense⁴¹.

Além destes trabalhos que destacaram os ideais de civildade no advento da República e apontaram indícios sobre a população emergente do cativo no município de Feira de Santana, encontrei no jornal *O Progresso* e na *Folha do Norte* a exaltação da abolição da escravidão no Brasil como caminho para a implantação do progresso na República.

Lei 13 de maio

Um povo pode-se dizer livre e patriota, quando entre governantes e governados há harmonia de vistos para a realização das grandes idéas; mas quando só impera a vontade d'um certo número, não passando o povo de simples espectador de todos os movimentos políticos, esse povo assim subjugado, um dia há de fazer valer ainda que seja por meio da força, a sua vontade prosternada.

No primeiro caso foi que entre os geraes e frenéticos applausos de quasi toda população brasileira, foi, na data de 13 de maio de 1888, decretada a extincção do elemento servil da nossa pátria, apagando-se assim, a mais odiosa das injustiças humanas – o direito do homem sobre o homem.

Nesta luta sem treguas empenharam-se os dous partidos monarchicos da nação, cada qual ambicionando as glórias da resolução de tão humanitário problema, havendo apenas algumas restrições, surgidas, ou por efeitos partidários, ou para acautelar os interesses de terceiros.

³⁹ SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012.

⁴⁰Ibidem, p.13 e 18.

⁴¹Idem, p.20 e 25.

O povo, na imprensa, nos comícios populares e até na tribuna sagrada, fazia a propaganda da ideia, para qual a coroa também não poupou esforços em seu benefício, embora os alicerces do throno ficassem abalados e prestes a ruir, como ruíram, para sobre os seus destroços ser erguida a república. Sendo amanhã o 19º aniversário da Aurea Lei, destas columnas, endereçadas as nossas felicitações aos batalhadores sobreviventes do abolicionismo, assim como espargimos pétalas de flores sobre os campos dos que já se passaram⁴².

De acordo com a fonte, deve prevalecer a negociação entre governantes e governados para coibir a rebelião do “povo” que não admitiria viver eternamente como simples espectador dos movimentos políticos. Sendo assim, o articulista defendeu o *13 de Maio* como resultado da luta do “povo” que não aceitou viver como subjugado dos governantes. Ainda destacou o empenho dos partidos políticos monárquicos e da Coroa para conseguir o fim da escravidão no Brasil. O progresso da nação, portanto, era representado na alegoria da República.

O documento seguinte também enaltece a abolição da escravidão e a coloca como a etapa para alcançar o progresso da nação e tem como articulista o professor negro Geminiano Costa⁴³,

A Pátria Livre

LIBERDADE AINDA MESMO TARDE> Era esta a legenda com que os inconfidentes de Minas, inspirados pelo mais vivo patriotismo, pretendiam humanitariamente adoptar para a divisa da bandeira republicana, que sonhavam desfaldar nesta Terra de Cruzeiro; pelo que se chega a conclusão lógica de que elles queriam liberdade completa, e sem restrições, isto é, libertar a pátria e seus naturaes do jugo portuguez e do mesmo e não se dissimulando como se dissimulou na sua emancipação, pelo grito: INDEPENDENCIA OU MORTE, jugo do mais nefando captiveiro milhões de nossos irmãos, o que constituiu ás margens do Ypiranga, pelo príncipe Regente D. Pedro, que continuasse sob o crime de leso patriotismo contra todas as leis divinas e humanas.

Se o grande philosopho, filho de Deus foi o autor da mais pura moral, repelia o monstro social, o captiveiro, para debellação do qual Elle foi enviado, segundo as suas palavras (*Vinde a mim, vós todos que estas carregados e oprimidos e eu vos consolarei*) > como adoptar-se aquillo mesmo que Ele condenou e querer arguir de <crime de leso patriotismo contra todas as leis divinas e humanas> áqueles que pretendiam libertar-se e aos seus irmãos da dura opressão da metrópole portuguesa, sedenta de ouro, a ponto de projectar

⁴² MCS/UEFS. *O Progresso*, 12 de maio de 1907.

⁴³ Sobre a trajetória de Geminiano Costa ver: OLIVEIRA, Daiane Silva. **Instrução de Pobres e Negros em Feira De Santana: As Escolas do Professor Primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920)**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2016.

cobrar de um só jacto 700 arrobas de ouro que lhe devia a capitania de Minas, na rasão de 100 arrobas annuaes ?

Portanto, baseada no mesmo lemma: — *Liberdade ainda mesmo tarde*> foi que a nação emancipada entendeu que, pelos seus órgãos competentes, devia dar golpe mortal ao elemento escavo; e, **assim, 28 de Setembro de 1871, o senado brasileiro aprovou a lei que tornava livre o fructo do ventre da mulher escrava, quebrando-se os infames grilhões que opprimiam aos nossos irmãosinhos, caminhando dahi em diante, a passos agigantados a patria para a entrada do progresso e da civilização.**

Mas a nação melhor compreendeu que a obra da redempção do seu seio não era completa; era mister também que viessem compartilhar do grande banquete nacional alguns milhões de nossos irmãos ainda escravizados; e começa, com ardor, a propaganda pacífica em prol da extincção do *elemento servil* nas falas do throno era o principal assumpto, mesmo no parlamento, nos comícios populares, na imprensa, na tribuna sagrada e até nas reuniões intimas.

Os dous partidos morachicos, o Conservador e o Liberal disputam para si a gloria do então futuro feito, apresentado simples restricções para a consumação do acto, **até que afinal a patria, confraternizada formando um só todo, e entre frenéticas ovações, recebe no dia 13 de Maio de 1888 que ora passa, a LEI AUREA, que libertou o resto dos nossos irmãos captivos, podendo ella então figurar entre as nações cultas e civilizadas.**

Este acto grandiloqueo foi de mais importancia para a America, uma verdadeira lição de patriotismo ao mundo pelo novel Brasil, ocupando o throno imperial D. Izabel Princesa Regente, hoje no exilio, e a presidência do concelho de ministros, o cons. João Alfredo Correia d'Oliveira, ambos sobrevivente, valendo a primeira pelo nobre feito o titulo de Redemptora.

Na passagem de tão immorredora data, felicitamos ao nosso querido Brasil, entoando *hazzanas* aos batalhadores sobreviventes, e uma braçada das mais odoríferas orchidéas sobre a lousa dos que ja gosam de melhor vida.

Feira — 5—13,
GEMINIANO COSTA⁴⁴.

O autor da fonte defendeu que a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, representou o caminho para o progresso do Brasil, e que a abolição de todos os escravos, a partir da Lei Aurea, projetou o Brasil internacionalmente como uma nação civilizada. Ainda sinalizou para uma luta política institucional — fundamentada em dois partidos políticos — que visaram à abolição da escravidão, de uma forma progressiva e suspostamente pacífica, como elemento fundamental para conduzir o processo civilizatório do país.

Segundo Daiane Silva Oliveira, Geminiano Costa nasceu em Feira de Santana, em 04 de dezembro de 1867, era um homem de cor, mas não foi escravo, possivelmente teve acesso à instrução quando ainda era uma criança, e na fase adulta atuou como professor primário no município de Feira de Santana durante o início do regime republicano⁴⁵. A pesquisa da autora ainda evidenciou que Geminiano Costa foi apadrinhado por homens de posse que viam na

⁴⁴ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 10 de maio de 1913. (Grifos pessoais).

⁴⁵ OLIVEIRA, Daiane Silva. **Instrução de Pobres e Negros em Feira De Santana:** As Escolas do Professor Primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920). Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2016.

instrução do “povo” um caminho para se alcançar o progresso da nação, e que o referido professor compartilhava destes mesmos ideais⁴⁶.

Tendo em vista estas informações, idealizo que o professor negro ao exaltar a Lei Áurea como uma etapa para a condução do processo civilizatório do Brasil, defendia que apesar de ser negro (e conseqüentemente de ter um passado que em certa medida o vinculava ao cativo) conseguiu ser inserido na sociedade feirense republicana a partir das instituições de ensino.

Se de um lado os articulistas dos jornais citados apreciavam o *13 de Maio* como uma etapa para a implantação da República e, portanto, do progresso e da civilidade em Feira de Santana, Eurico Presbitério Della Costa ao proferir um discurso no Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, do qual foi presidente em 1968, defendeu o oposto:

Companheiros e companheiras! Nós já tivemos um grande estadista. O maior estadista de toda história! Dom Pedro II! Eu na qualidade de bisneto de africanos, bem como os demais netos e bisnetos que têm origem direta na África Negra, somos as grandes vítimas da politicalha dos republicanos que hoje já se encontram no “mundo da verdade”. Eles que nos perdoem onde quer que estejam. Ou Deus que os perdoe!... Os nossos antepassados foram o sustentáculo da formação do progresso dessa nação, essa mesma nação na qual seus descendentes, indiscriminadamente, estão marginalizados, olhados com indiferença e menosprezados. Os republicanos inflamados com a queda da Bastilha na França e desejosos de poder, inventaram a Lei Áurea, abolição total de uma só vez, bruscamente como se a escravidão não fosse um problema essencialmente social. Até aquela data os negros viviam irmanados com os brancos, viviam sobre o mesmo teto com uma única diferença: a hora de repousar. O branco tinha a Casa Grande e o negro a senzala. Os bebês brancos eram amamentados nos seios das negras escravas e eram chamadas de MÃE PRETA.... Faço-lhes uma pergunta agora brancos e negros eram ou não eram irmãos? Viviam ou não viviam irmanados? Mas por conta da politicalha dos republicanos foram todos jogados contra os brancos seus senhores. E uma união tão coesa, com laços tão fortes tornou-se odiosa e dispersa!⁴⁷

A fonte elucidada como a identidade étnico-racial do memorialista foi construída a partir da contemplação da Monarquia e de representações negativas sobre a Lei Áurea e a implantação da República no Brasil. O memorialista defendeu o Império e organizou uma memória idealizada sobre os seus antepassados negando, inclusive, os conflitos em torno das relações entre senhores e escravos para demonstrar que os negros passaram a viver marginalizados e menosprezados após a implantação da República.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Discurso proferido por Eurico Della Costa no Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, em 20 de março de 1968. Disponível em COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 109.

Walter Fraga Filho, ao estudar o *13 de Maio* no Recôncavo Baiano, apontou que a notícia da abolição foi festejada nas senzalas dos engenhos e nas cidades da região, pois os ex- escravos vislumbravam a possibilidade de participar dos acontecimentos políticos na condição de cidadãos livres e de viver uma nova era. Além disso, e conforme o autor, nos dias seguintes a abolição da escravatura, os ex- escravos passaram a questionar abertamente a autoridade senhorial e se recusaram a trabalhar nos canaviais, porém, tiveram que enfrentar a conjuntura de crise econômica que assolou a Bahia⁴⁸, onde “[...] A seca e suas consequências – plantações arruinadas, desemprego, escassez e carestia de alimentos, especialmente farinha de mandioca – repercutiram de forma dramática sobre a vida dos ex- escravos e de toda a população pobre do Recôncavo”⁴⁹.

Tendo em vista esta pesquisa, presumo que Eurico Della Costa ao narrar que após a promulgação da Lei Áurea (e posteriormente a implantação da República) os negros passaram a viver “*marginalizados, olhados com indiferença e menosprezados*” se referiu as dificuldades que os ex- escravos tiveram que enfrentar para angariar a sobrevivência em uma sociedade que não alterou as hierarquias vigentes e estava pautada em desigualdades raciais entre as pessoas.

Mas antes de tentar entender a memória de Eurico Della Costa, vale ressaltar alguns conflitos sobre a luta abolicionista e a implantação da República no Brasil. Elciene Azevedo, ao estudar a trajetória do abolicionista Luiz Gama, debateu sobre sua atuação no Partido Republicano Paulista (PRP) durante a segunda metade do século XIX e elucidou que os membros do referido partido produziram propagandas desvinculando o movimento republicano da luta abolicionista para atrair a adesão de senhores de escravos que estavam dispostos a lutar pelo fim da Monarquia e pela implantação da República⁵⁰. Ainda segundo a autora, Luiz Gama apesar de estar vinculado a um partido marcado pelo conservadorismo dos fazendeiros de café paulista, divergia do PRP e defendia a luta abolicionista, no entanto acreditava:

[...] que o PRP era um espaço importante de potencialização de sua luta pela República, e portanto deveria ser ocupado, mas para isso tinha ciência de que precisava seguir as regras impostas por esta organização partidária —

⁴⁸ FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade**: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p.126-129.

⁴⁹ Ibidem, p.150.

⁵⁰ AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p. 140-170.

mesmo porque ser um membro do Partido Republicano garantia legitimidade à sua atuação⁵¹.

Possivelmente Eurico Della Costa associava genericamente a luta abolicionista aos republicanos e estes aos fazendeiros de café, pois na época em que proferiu o discurso citado anteriormente residia em São Paulo e defendeu o seguinte posicionalmente em relação à luta abolicionista e a Luiz Gama:

Companheiros e companheiras! Eu considero José Carlos do Patrocínio e o moço Luiz Gama, um jornalista e o outro um eminente jurista, ambos negros legítimos, filhos de negras escravas com portugueses, os maiores traidores da sua raça. Foram eles os maiores incentivadores da Lei Áurea. E com sua intelectualidade apoiaram e defenderam ardorosamente a aprovação da tal Lei. E, diga-se que basta atentarmos para o fato de que eles também eram negros, para se concluir que não havia tanto preconceito como se diz⁵².

Este fragmento do discurso segue a mesma perspectiva do anterior, Eurico Della Costa relacionou, genericamente, a Lei Áurea aos republicanos e defendeu que Luiz Gama prejudicou o povo “negro” ao lutar pela abolição total da escravidão, já que era filho de escrava e teve a oportunidade de estudar e de se tornar jurista durante a vigência do trabalho escravo e da Monarquia.

Wlamira Ribeiro de Albuquerque, ao estudar as relações raciais no contexto da abolição da escravidão na Bahia, aponta que as crônicas propagadas em jornais republicanos mesclavam a condição racial ao partidarismo político, associando os pretos aos monarquistas e os brancos aos republicanos. De acordo com ela, essas agregações simplificavam a realidade, pois tinham brancos que simpatizavam com a Monarquia e libertos com a República, contudo, a população de cor supostamente lia o fim do Império como a perda de direitos já consolidados⁵³.

Sobre esses direitos, Ana Lugão Rios e Hebe Mattos balizaram que, desde 1850, a legislação imperial tendeu a transformar privilégios das comunidades cativas mais arraigadas em direitos para todos os escravizados. Segundo as autoras, o Estado imperial “[...] assegurou o fim do tráfico; reconheceu para os cativos o direito a família, proibindo separar casais e seus

⁵¹Ibidem, p.173.

⁵² Discurso proferido por Eurico Della Costa no Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, em 20 de março de 1968. Disponível em COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p.111.

⁵³ ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. Ódios raciais e paixões libertárias: conflitos sóciorraciais na Bahia (1888-1889). **Humanas**, ano1, n. 2, Jul./dez. 2002, p.193-204.

filhos; transformou em direto a prática do pecúlio e da compra de alforria; proibiu o acoite em 1886”⁵⁴.

Eurico Della Costa pronunciou o referido discurso em 1968, na época tinha cinquenta e cinco (55) anos e construiu uma representação de desgosto sobre a implantação da República porque vivenciava, enquanto negro, a situação de marginalidade da população negra. Além disso, experienciou o município de Feira de Santana, nas primeiras décadas do século XX, como filho de empregada doméstica e de lavrador:

Meus amigos e minhas amiguinhas. Hoje é dois de março de março de 1968 e exatamente hoje fez cinquenta e cinco anos que nascia uma criança de sexo masculino, filha de uma negra, filha legítima de negros escravos amparada pela Lei do Ventre Livre... E quem daria importância ou levaria em consideração aquela criança que nascia, filha de uma negra que vivia de lavar e passar roupas e cozinhar.... Quem se importaria com uma criança cujo pai vivia dos serviços grosseiros da agricultura?... Mas, meus amigos, essa criança da qual falo está hoje aqui presente entre vós e se chama Eurico Presbitério Della Costa!...⁵⁵

O fragmento da fonte elucida que Eurico Della Costa construiu uma memória sobre os últimos anos da escravidão e da inserção dos seus antepassados na República a partir de acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, vividos pelo grupo ou coletividade ao qual se sente pertencer⁵⁶ e ainda experienciados por ele durante a infância em Feira de Santana nas primeiras décadas do século XX. Considerando-se isso, Eurico Della Costa vislumbrou que os seus familiares não conquistaram cidadania e direitos após a abolição da escravidão, visto que eram negros e os demarcadores raciais limitaram a ascensão deles na sociedade feirense e também trabalharam em serviços subalternos que mantinham pontos de continuidade com o “tempo do cativo”⁵⁷.

Sobre os demarcadores raciais em Feira de Santana vou tentar imagina-los — através da análise de periódicos — para problematizar a narrativa de Eurico Della Costa sobre a Lei Áurea e a negação de cidadania para os seus familiares durante o pós-abolição e nas primeiras décadas do século XX. Em relação a religiosidade do povo “negro”, *A Folha do Norte* divulgou o seguinte:

⁵⁴ RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 49.

⁵⁵ Discurso proferido por Eurico Della Costa no Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, em 20 de março de 1968. Disponível em COSTA, Eurico Presbitério Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p.109.

⁵⁶ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 02.

⁵⁷ RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.50.

Feitiços e vadiagem

Escrevem-nos de Tanquinho narrando que, no dia 7 de p. p., apareceu, num algadiço, na fazenda Poços, no ponto onde se cruzam as estradas de Riachão para Serrinha e de Tanquinho para Coité, um bode preto e com o pescoço cortado ressentimento, uma vara de madraço na cintura e nos pés uma tira de pano preto, laços de fitas, etc. etc., rodeadas de 4 galinhas pretas, 04 velas acessas e signaes cabalísticos.

Essas praticas de feitiçaria se repetem constantemente naquela zona e o nosso informante appela para as autoridades locais no sentido de iniciarem ellas, sem detença, a repressão da vadiagem.

Nesta epoca de trabalho e de atividade, quando de toda parte se recomenda a intensificação da cultura dos campos, não se admite que em plena zona rural se perca o tempo com feitiçarias e candomblé⁵⁸.

Infere-se da fonte que as práticas religiosas que destoassem do catolicismo eram definidas como feitiçaria e vadiagem. Sendo assim, o articulista e o informante comungaram da visão de que o candomblé (ou a religiosidade do povo negro) estava imbricado a vadiagem e deveria ser combatido pelo poder público e pelos cidadãos republicanos porque prejudicava a consumação da civilidade no município de Feira de Santana.

Josivaldo Pires de Oliveira, ao investigar a repressão aos candomblés em Feira de Santana, entre 1938 a 1970, evidenciou que no aflorar do século XX o poder público, amparado na legislação penal de 1890⁵⁹, associava o candomblé a feitiçaria e ao curandeirismo, e deste modo justificava a repressão direcionada às práticas dessa religiosidade⁶⁰.

Apesar do autor não ter como recorte temporal a passagem do século XIX para o XX, justificando que teve dificuldades para encontrar documentação referente a esse período, a sua pesquisa apontou que o candomblé e o curandeirismo eram vistos, pelo poder público e pelos articulistas dos jornais, de forma associada e eram representados como o caminho a não ser seguido pela população por contestarem a civilização branca, masculina, médica e católica que as elites objetivam implantar no município de Feira de Santana.

Talvez parta daí uma das descrenças de Eurico Della Costa em relação à República, uma vez que já era Pai de Santo na época em que proferiu o citado discurso de posse na presidência do Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, em 20 de março de 1968. Além disso, ao narrar sobre a trajetória da sua mãe no distrito de Tanquinho e em Feira de Santana no início do século XX, destacou que a religiosidade não católica era marca

⁵⁸ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 11 de maio de 1918.

⁵⁹ Considerava no Art. 158, o curandeirismo como crime contra a saúde pública.

⁶⁰ OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. “**Adeptos da mandinga**”: candomblés, curandeiros e repressão policial na princesa do sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970). Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2010, p.60- 61.

proeminente dos seus antepassados ao relatar, por exemplo, sobre a preparação para o seu nascimento em Feira de Santana.

Em meados de fevereiro daquele ano de 1913, veio outra parenta, a Tia Andressa dos Três Riachos de Cachoeira do Paraguaçu. Foi a parteira escolhida por Galdiana. A Tia Andressa era entendida na Ciência Mística do Candomblé e veio especialmente aparar a criança e realizar os trabalhos relacionados com Abi-Buliçandi. Xangô Agodô era o Santo dono da cabeça de Tia Andressa; santo parteiro... Era ele quem guiava Tia Andressa nos seus trabalhos de aparação de criança; era xangô Agodô quem a iluminava. Andorinhas escutou tudo caldo, quando, de repente...
 “Então essa gente é tudo feiticeiros?”
 “Claro que não, Andorinhas! Isso é uma tradição hereditária que veio da África, através dos bisavós de Zé Furico!” – explicava, pacientemente o narrador⁶¹.

Se jornal *A Folha do Norte* e o poder público relacionavam o candomblé a feitiçaria e a vadiagem, Eurico Della Costa defendia que o Candomblé era uma herança dos avôs da sua mãe que vieram da África para a Bahia. Além disso, o memorialista ao se definir como negro defendeu que “Os nossos antepassados — referindo-se ao povo negro — foram o sustentáculo da formação do progresso dessa nação⁶²” e conseqüentemente reforçou o argumento de que o candomblé não tinha relação com a vadiagem/feitiçaria, e, portanto, construiu uma narrativa em que os seus antepassados eram trabalhadores habilidosos.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, ao tratar os diferentes modos de integração dos descendentes de africanos na sociedade brasileira, destacou que há um consenso na literatura de que este processo se deu pela via do “embranquecimento”, porém, os artistas e intelectuais tidos como “embranquecidos” não reproduziram pura e simplesmente a cultura luso-brasileira, foram responsáveis pela introdução de valores mestiços na cultura nacional⁶³.

A outra forma de integração sugere que se auto representar como negro na sociedade brasileira significa a exigência da nação como resultado do trabalho do povo negro e, portanto, evidencia crítica aos colonizadores portugueses e elogio aos africanos⁶⁴. Eurico Presbitério Della Costa, ao defender o negro como “[...] o sustentáculo da formação do

⁶¹ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 26 -27.

⁶² Discurso proferido por Eurico Della Costa no Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, em 20 de março de 1968. Disponível em COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p.111.

⁶³ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004, p.2.

⁶⁴ *Ibidem*, p.3.

progresso dessa nação [...] ⁶⁵, compartilhou desta última forma de integração apresentada por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães e, por conta dessa visão, teceu uma narrativa que tem como cerne o trabalho exercido por ele e por seus antepassados, e conseqüentemente a valorização dos descendentes de africanos.

Sobre o trabalho enquanto caminho para a consagração da civilidade em Feira de Santana, *O Progresso* propagou o seguinte:

O Trabalho

< Trabalhe que Deus vos ajudará > eis o proverbio conhecido.
 É uma lei Santa e divina que emana do Redemptor da humanidade e a ninguém é licito fugir de tão nobre e justo preceito.
 Conveniente para o bem estar social, o trabalho exerce influencia efficaz não só sobre a saúde e o desenvolvimento dos membros, mas ainda sobre a intelligência fazendo poderosas as resistências que nosso organismo oferece a invasão das moléstias.
 Si o trabalho fortifica o homem, aguça-lhes a intelligência proporciona lhes felicidades, também o nobilita, também o enobrece, fazendo desse mesmo homem um benemérito da pátria.
 Quem poderá ser nobre e poderoso sem esse habito que se chama – o trabalho?
 O homem que trabalha e lucta pela vida e que procura o bem estar e a alegria de sua família, traz estereotypado em sua fronte, o signal de uma felicidade interna que a prática desse hábito produz.
 Observae a vida do camponês dilligente e laboriosos, que vive nas mattas, no verdadeiro seio da natureza, lavrando alegre o seu campo e abandonando a esposa carinhosa que cuida dos filhos e prepara-lhe a modesta refeição e vende que somma de felicidade e tranquillidade não envolve a vida desse camponês feliz!
 Aos primeiros clarões da manhã, abandona o leito e corre para o seu trabalho enquanto o sol lhe dá luz; a noite cansado mas tranquilo e feliz encontrará no conchego da família, o verdadeiro bem estar, a doce recompensa do seu labor, que traz como consequência [...] [...] e tranquilo.
 O Trabalho é a felicidade, a alegria, é o bem estar, porque quando se trabalha [...] dos nossos pensamentos as idéias mesquinhas que, por uma lei fatal [...] a humanidade ⁶⁶.

O articulista da fonte defendeu que trabalho é sinônimo de saúde e denotativo de felicidade por isso que enobrece o homem e fortalece a nação. Sendo assim, recusar o trabalho em tempos de República é prejudicar a consagração da civilidade.

Eurico Della Costa não compartilhava da visão do jornal, trabalho para ele não representava a exaltação de uma pátria (ou República) que estigmatizava e excluía os seus

⁶⁵Discurso proferido por Eurico Della Costa no Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, em 20 de março de 1968. Disponível em COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p.111.

⁶⁶ MCS/UEFS. *O Progresso*, 21 de abril de 1907.

antepassados, significava sobrevivência em tempos de crise econômica⁶⁷, por isso que ao narrar sobre o seu o retorno à Feira de Santana, em 1926, advertiu que,

[...] Após quatro anos de ausência, voltava a terra onde nasci, onde tive uma infância cheia de tropeços mil. Hoje sinto-me orgulhoso por ter nascido neste Brasil. Eu já tinha treze anos de idade e não tinha emprego. Não que eu me recusasse a trabalhar, mas porque não havia emprego mesmo⁶⁸.

O trecho do autor ainda demonstra que pessoas pobres como ele não trabalhavam por causa da preguiça ou de uma cultura que nega a importância do trabalho, mas pela inexistência de uma estrutura de mercado que os absorvessem.

As secas e suas consequências não repercutiram apenas na vida da população pobre do Recôncavo baiano após a abolição da escravatura⁶⁹, o município de Feira de Santana também vivenciou o mesmo processo e a população pobre e/ou emergente do cativo teve que aprender a lidar com as perdas das plantações, desemprego e fome⁷⁰. A título de exemplo, os relatórios do *Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana*, da década de 1920, expuseram que a diminuição dos auxílios prestados pelo poder público, à carestia de todos os gêneros de primeira necessidade e o aumento de pacientes fez a direção reclamar por uma renda maior para atender as despesas anuais do referido hospital⁷¹.

Assim, a República vivenciada por Eurico Della Costa e por seus antepassados em Feira de Santana não era a da civilidade, portanto, era a da fome, do desemprego, da carestia de alimentos, da perseguição às tradições religiosas dos povos africanos e das desigualdades raciais.

1.2. Município de Feira de Santana: localização, conjuntura econômica e perfil demográfico da população

Rollei E. Poppino, ao estudar a localização geográfica do município de Feira de Santana para entender a sua conjuntura econômica, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade o século XX, apontou que a Bahia estava geograficamente dividida em duas

⁶⁷ POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968, p.187.

⁶⁸ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 38.

⁶⁹ FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p.150.

⁷⁰ POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968, p.187.

⁷¹ MCS/UEFS. *Relatórios da Santa Casa de Misericórdia*, 1922, 1923 e 1925.

regiões distintas e desiguais, a primeira é onde se localizava o recôncavo/litoral caracterizado por uma área agrícola fértil e a segunda região,

é o sertão, uma vasto planalto semi-árido que cobre a maior parte do interior do Estado. É uma terra de secas periódicas, de invernos frios, compridos e sem chuva, de verões quentes, apenas interrompidos por trovoadas ocasionais. A economia do sertão baseia-se, especialmente, na criação de gado. Nestas circunstâncias não é de estranhar que haja poucas grandes cidades em toda a região⁷².

Conforme Rollei E. Poppino, o município de Feira de Santana se localiza entre o sertão e a costa litorânea e tem características “climatéricas e topográficas” das duas regiões, resultando em combinação de solos e de chuvas moderadas que propiciaram a criação de gado e o desenvolvimento de plantações agrícolas variadas⁷³. Ainda de acordo com ele, a posição estratégica de Feira de Santana, entre a capital e o interior, facilitou o desenvolvimento do comércio na sede do município que na passagem do século XIX para o XX tinha como distritos Almas, Bonfim de Feira, Humildes, Remédios da Gameleira, Bom Despacho, São José das Itaporocas, Santa Bárbara, Tanquinho e São Vicente⁷⁴, conforme o mapa abaixo.

Imagem 01 – Município de Feira de Santana e seus limites

⁷² POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968, p. 10.

⁷³ Ibidem, p.11. Ver também FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2007, p. 15.

⁷⁴ O distrito de Almas, atualmente corresponde ao município de Anguera, Bonfim de Feira ao distrito de Bonfim de Feira, Remédios da Gameleira ao distrito de Ipuçu, Bom Despacho ao distrito de Jaguará, São José das Itaporocas ao distrito de Maria Quitéria, Santa Bárbara ao município de Santa Bárbara, Tanquinho ao município de Tanquinho, São Vicente ao distrito de Tiquarussu. Ver: POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968, p.08- 09.

proximidades do distrito de Tanquinho durante o século XIX, destacou que ele apendeu o ofício de sapateiro na referida fazenda⁷⁸.

Embora a pesquisa de Luiz Cleber Moraes Freire não ter como objetivo pensar o pós-abolição no município de Feira de Santana e a inserção dos ex-escravos das fazendas de gado no novo regime, a sua constatação sobre a variedade de ocupações que poderiam ser assumidas pelos escravos nas fazendas de gado possibilitou vislumbrar o seguinte: ex-escravos que aprenderam nas fazendas ofícios não vinculados a lavoura, provavelmente, tiveram maiores possibilidades de migrar para os distritos ou para a sede do município, produzindo estratégias de sobrevivência longe das propriedades rurais dos seus antigos senhores. Eurico Della Costa ao narrar sobre o avô, por exemplo, contou que depois da morte dos seus senhores ele migrou, em 1875, para o arraial de Tanquinho e lá sobreviveu do ofício de sapateiro que aprendeu na época em que era escravo⁷⁹.

Chintamani Santana Alves, ao estudar os conflitos pela posse e propriedade da terra que aconteciam nos distritos e nas demais localidades rurais do município de Feira de Santana, no início do século XX, apontou que a maior parte dos trabalhadores pobres atuava nas atividades rurais e muitos deles eram rendeiros e agregados que se dedicavam a agricultura e trocavam dias de trabalho pelo acesso a terra. Ainda apontou indícios de que estes trabalhadores podem ter sido ex-escravos que permaneceram nas terras de seus antigos senhores após a abolição da escravidão⁸⁰.

Apesar das pesquisas destes autores terem recortes temporais e metodologias diferentes, ambos apontam para a relevância das atividades econômicas desenvolvidas na zona rural de Feira de Santana. No entanto, enquanto Luiz Cleber Moraes Freire focou nas fazendas de gado (ou propriedades rurais) e na utilização do trabalho escravo, Chintamani Santana Alves centrou nos trabalhadores pobres e na atuação deles enquanto rendeiros e meeiros para terem acesso a terra, plantar e angariar a sobrevivência após a abolição da escravatura. A pesquisa de Rollei E. Poppino abrangeu o recorte temporal dos dois autores e citou de forma geral as questões que foram posteriormente trabalhadas por Luiz Cleber Moraes Freire e Chintamani Santana Alves.

É consenso na historiografia sobre Feira de Santana que a população do município durante o século XIX e na primeira metade do século XX residia majoritariamente nos distritos e na área rural e se dedicava a criação de gado e a produção de mandioca, feijão, milho, vegetais e

⁷⁸ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p.21.

⁷⁹ Ibidem, p. 22.

⁸⁰ ALVES, Chintamani Santana. **Tramas da terra: conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013, p.43-44.

frutas para o consumo local e comercialização na feira que acontecia na sede do município⁸¹, e também se dedicava as plantações de fumo, algodão e sisal para a exportação⁸². Além deste consenso, o recenseamento de 1920 listou outras ocupações que predominavam no município e organizou a porcentagem de trabalhadores conforme o gênero:

Tabela 01- Ocupações da população de Feira de Santana, 1920.

Ocupações	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Agricultura, criação e pesca	6.336	80,4%	12.900	85,1%	19,273	83,5%
Indústria	795	10%	927	6,1%	1.722	7,5%
Comércio	134	1,7%	684	4,5%	818	3,5%
Serviços domésticos	479	6,0%	77	0,5%	553	2,4%
Profissões liberais	69	0,9%	170	1,1%	239	1,0%
Transporte	1	0,01%	132	0,9%	133	0,6%
Administração	5	0,1%	74	0,5%	79	0,3%
Outros serviços	76	1,0%	197	1,3%	273	1,2%
Total	7.919	100%	15.161	100%	23.080	100%

Fonte: IBGE. População Recenseada, em 01 de setembro de 1920, Bahia, Vol. 4, Parte 5, Tomo 1, p. XLII e XCVII.⁸³

Depreende-se da fonte que a lavoura e a criação de animais eram as principais ocupações de homens e mulheres de Feira de Santana, entretanto, os gêneros divergiam com relação às outras atividades profissionais. Se para os homens as principais ocupações depois da lavoura eram a indústria e o comércio, para as mulheres os serviços domésticos aparecem como a segunda ocupação com o maior número de recenseadas. Além destes dados, a pesquisa de Karine Teixeira Damasceno demonstra que depois da agricultura, a atividade mais comum entre as mulheres envolvidas nos processos criminais era o trabalho doméstico⁸⁴.

Apesar da tabela acima não trazer informações sobre a residência (distritos, fazendas e sede) dos recenseados que permitiriam associar com as ocupações, a tabela seguinte aponta a quantidade de domicílios em Feira de Santana por sede e distritos.

⁸¹ POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968, p. 187. DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2011.

SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado. UEFS, Feira de Santana, 2012. ALVES, Chintamani Santana. **Tramas da terra: conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013.

⁸² POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968, p.189.

⁸³ Tabela disponível em: DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2011, p.46.

⁸⁴ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2011, p.20.

Tabela 02- Domicílios em Feira de Santana, 1920.

Localidades	Quantidade	%
Feira de Sant'Ana (sede)	14.479	18,6
Santa Barbara	11.591	14,9
Bom Despacho	7.570	9,7
São Vicente	4.535	5,8
Bomfim	5.030	6,5
Gameleira	7.274	9,4
São José das Itaporocas	10.023	12,9
Tanquinho	4.349	5,6
Humildes	7.762	10
Almas	4.990	6,4
Total	77.600	100%

Fonte: IBGE. Recenseamento do Brasil, 1920⁸⁵.

Depreende-se dos dados que a soma de domicílios dos distritos superava a sede, portanto, como já tinha sido afirmada anteriormente, a maior parte dos moradores de Feira de Santana residia na área rural e nos distritos e se dedicava a lavoura como a principal fonte de renda e sobrevivência. Sobre os serviços domésticos, alguns processos crimes⁸⁶ e a memória de Eurico Della Costa apontam que estes não ficavam restritos a sede, pois as mulheres pobres residentes nos distritos também recorriam às atividades domésticas para angariar a sobrevivência e atender às necessidades das famílias residentes nas mesmas localidades.

Sobre o perfil populacional de Feira de Santana, o recenseamento de 1920 não apresenta dados sobre a cor da população, no entanto, o recenseamento de 1872 organizou a população segundo condição (livre ou escravo), gênero e raça/cor (branco, pardo, preto e caboclo), conforme tabela abaixo:

⁸⁵ Tabela disponível em: ALVES, Chintamani Santana. **Tramas da terra: conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013, p.36.

⁸⁶ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1926. E. 01, Cx. 29, Doc. 518. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1918. E. 01, Cx. 34, Doc. 579.

Tabela 03- População de Feira de Sant'Anna: condição, sexo e raça, 1872.

Condição	branco	%	Pardo	%	preto	%	caboclo	%	Total	%
Mulheres livres	6938	13,4%	9790	18,9%	5181	10 %	1126	2,2%	23035	44,5%
Homens livres	7782	15,1%	10364	20%	5190	10 %	1217	2,4%	24553	47,5%
Mulheres escravas	-	-	820	1,6%	1126	2,2 %	-	-	1946	3,8%
Homens escravos	-	-	845	1,6%	1317	2,5 %	-	-	2162	4,1%
Total	14720		21819		12814		2343		51.696	100%

Fonte: IBGE. População Recenseada, em 01 de setembro de 1920, Bahia, Vol. 4, Parte 5, Tomo 1, p. XLII e XCVII.

Compreende-se da fonte que o número de mulheres e homens livres totalizava 47.588 e era maior que número de escravos que totalizava 4.108. Sobre a raça/cor, o número de pardos superava os brancos, pretos e caboclos. O número de brancos era maior que o de pretos e de caboclo, e a quantidade de pretos superava este último grupo. Os dados também mostram que a quantidades de homens e mulheres livres definidos como pardos e pretos era considerável e totalizava 30. 522 habitantes. Aliás, a fonte evidencia que tinha apenas pardos e pretos na condição de escravos. Com base nestas informações, presumo que as empregadas domésticas e outros trabalhadores pobres que emergiram do cativeiro já eram livres mesmo antes da abolição da escravatura, no entanto, a estrutura delimitada pela cor preta/parda, pelo gênero e pela trajetória de pobreza dificultava a ascensão destas trabalhadoras na sociedade feirense.

Baseando-se no Recenseamento de 1872, Rollei E. Poppino apontou que 1872 a população escrava em Feira de Santana não era grande e que antes da abolição da escravidão, em 1888, decresceu⁸⁷. Esse processo aparece na narrativa de Eurico Della Costa quando ele retratou sobre o filho do seu avô com uma escrava da fazenda Jurubeba, também nas proximidades do arraial de Tanquinho⁸⁸. De acordo com Della Costa, João — a criança —

⁸⁷ POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968, p.189.

⁸⁸ Sobre a fazenda Jurubeba ver: FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2007, p.22-23.

nasceu entre 1870 e 1872 e foi amparado pela Lei do Ventre Livre⁸⁹. Além de mencionar esta Lei também apontou que o avô conseguiu uma carta de alforria, possivelmente condicional⁹⁰, haja vista que apenas após a morte dos seus senhores poderia ir embora da fazenda Santo Antônio, onde residia e trabalhava na condição de escravo⁹¹.

Tendo em vista o Recenseamento de 1872 e as interpretações de Rollie Poppino sobre este documento, cabe afirmar que as mulheres que se dedicavam aos serviços domésticos no município de Feira de Santana, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, eram pretas e pardas. Aliás, algumas delas poderiam ser ex-escravas, mas a maioria não vivenciou a condição de cativo, pois já eram livres mesmo antes da abolição da escravidão⁹².

Este é o palco espacial, econômico e social onde se desenrolará as trajetórias de empregadas domésticas negras e pardas desta pesquisa. Algumas eram residentes dos distritos, outras eram migrantes de municípios circunvizinhas a Feira de Santana. A maioria era filha de mãe solteira e trabalhava nos serviços domésticos desde a tenra idade. Algumas conciliavam o trabalho doméstico com o trabalho na lavoura. Além da pobreza, o que a vida delas tinha em comum? Angariaram a sobrevivência num município em que as elites masculinas e católicas idealizavam a civilização e elas eram representadas como o outro lado do espelho.

⁸⁹ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 22, 23 e 24.

⁹⁰ Flaviane Ribeiro Nascimento ao estudar o trânsito da escravidão para a liberdade em Feira de Santana, entre 1850 e 1888, ressaltou que na alforria condicional libertava o escravo por conta dos bons serviços prestados e em contrapartida estabelecia que o ex-escravo estaria preso ao seu senhor até a morte dele. Ver: Flaviane Ribeiro. **Viver por si: Histórias de Liberdade no Agreste Baiano Oitocentista** (Feira de Santana, 1850-1888). Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2012, p.34.

⁹¹ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 22.

⁹² POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968, p.189.

Capítulo 2- Trabalho doméstico de “portas a dentro”: inserções, violências e resistências no município de Feira de Santana

Através da análise de classificados de emprego, de relatórios do asilo de Nossa de Senhora de Lourdes e de processos crimes, discutirei sobre o agenciamento de mulheres e meninas para serviços domésticos em Feira de Santana. Explanarei a respeito do cotidiano de trabalho doméstico na residência dos patrões, os processos de violências que empregadas domésticas vivenciavam no ambiente de labor, a exemplo, de defloramentos, estupros e espancamentos. As resistências, revoltas e projetos de vida destas trabalhadoras também serão elucidados no decorrer do texto.

2.1. Vias de inserção nos serviços domésticos

Em Feira de Santana, as meninas e as mulheres pobres poderiam ser inseridas nos serviços domésticos por três vias: os anúncios que circulavam pelos periódicos locais, o Asilo de Nossa Senhora de Lourdes e os acordos informais.

Os classificados, apesar de serem escassos no recorte temporal desta pesquisa, revelam que os patrões poderiam exigir o gênero, a especialidade, a idoneidade moral e a idade ideal de uma empregada doméstica para atender suas necessidades, citando como exemplo os anúncios publicados no jornal *A Folha do Norte*: “Ama de leite precisa-se de uma ama de leite sadia para casa de boa família, na capital”⁹³; “Ama de leite precisa-se de uma a tratar nesta daccão”⁹⁴.

Do primeiro classificado infere-se que as amas de leite poderiam ser requisitadas nos periódicos de Feira de Santana para irem trabalhar em Salvador e que precisavam corresponder ao padrão de mulher sadia para pleitear o emprego, afinal a função que exercia a obrigava manter contato direto com a criança. Já no segundo anúncio, a família contratante não fez referência à saúde da ama, estabeleceu apenas que a interessada deveria procurar a sede do Jornal *A Folha do Norte*. Estas fontes sinalizam para a permanência de uma prática escravista em que as mulheres de elites se recusavam a amamentar e recorriam às escravas que – em geral – eram afastadas dos seus filhos e, por isso, tinham leite materno sobrando.

Sandra Lauderdale Graham, ao estudar o trabalho doméstico no Rio de Janeiro, entre a segunda metade do século XIX e no início do século XX, apontou que o fim da escravidão e

⁹³MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 18 de novembro de 1911.

⁹⁴MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 27 de março de 1926.

as epidemias que assolaram o Rio de Janeiro fizeram os “homens poderosos” voltarem suas atenções para os criados domésticos, pois estes viviam em áreas insalubres e os patrões acreditavam que poderiam desordenar suas vidas domésticas, contaminando os lares com doenças que pertenciam ao mundo das ruas. Ainda segundo a autora, nesse ambiente de debates que envolviam o medo em relação à abolição e a necessidade do Estado regulamentar os criados para manter a ordem social e a tranquilidade das famílias, as criadas, e principalmente as amas-de-leite, passaram a ser identificadas como mulheres portadoras e transmissoras de doenças contagiosas.

Porque ela nutria o recém-nascido desde os primeiros e precários momentos, a ama-de-leite tornou-se para os patrões a mais terrível e alarmante transmissora de doenças. A partir da metade do século, apareceram imagens divergentes da ama-de-leite. Ela não era mais a encarnação do alimento e dos cuidados afetuosos; tonou-se também um espectro da doença medonha. Com o leite de seu corpo podia infectar o inocente com tuberculose, ou até mesmo sífilis. As moléstias que antes os patrões consideravam seu dever cuidar, como símbolo mais dramático dos cuidados devidos aos dependentes, vieram a ser consideradas importações transportadas pelos criados, sobretudo pelas amas-de-leite para dentro de casas outrora protegida⁹⁵.

Maria Aparecida Prazeres Sanches, ao estudar sobre os serviços domésticos em Salvador, na primeira metade do século XX, apontou que as amas-de-leite representavam um grupo especial de empregada doméstica que era contratado para fazer o aleitamento dos filhos das famílias mais abastadas. E durante a vigência do trabalho temporário, os médicos, apesar de discordarem com o recurso da ama-de-leite, orientavam os patrões a darem um tratamento diferencial para estas trabalhadoras porque se preocupavam com as perturbações gástricas que poderiam atingir as crianças oriundas das famílias mais abastadas, caso se alimentassem com um leite proveniente de uma ama que tivesse acesso a uma dieta precária. A autora também apontou que, em Salvador, as amas-de-leite eram vistas com receio porque poderiam contaminar os filhos das elites com doenças e hábitos dos setores menos abastados⁹⁶.

Em Feira de Santana, os periódicos de circulação local também tentaram orientar as mulheres dos seguimentos mais abastados em relação à contratação das empregadas domésticas no geral, portanto, acreditavam que estas trabalhadoras representavam um perigo para a consagração dos “bons costumes” e da vida saudável que se pretendia implantar na urbe feirense.

⁹⁵ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.136-137.

⁹⁶ SANCHES, Maria Aparecida. **Fogões, pratos e panela:** poderes, práticas e relações de trabalho doméstico Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1999, p.86.

Outro anúncio publicou “Precisa-se de uma rapariga de bons costumes para uma casa de pequena família. Informes no Folha do Norte. Paga-se bem.”⁹⁷ Infere-se deste classificado que a família contratante era pequena e exigia uma empregada doméstica condizente com os critérios morais da época. “Bons costumes” para a sociedade feirense significava virgindade para as mulheres solteiras que almejassem o casamento e a constituição de uma família nuclear, no qual deveriam viver de forma submissa aos maridos, conforme o debate feito no capítulo 03. A ideia de “bons costumes” está implícita, portanto, no processo de normatização dos corpos femininos, no qual a honra da família é dada pela honra da mulher e, conseqüentemente, no controle do comportamento feminino⁹⁸.

Além disso, a fonte elucida que a família buscava uma doméstica para realizar atividades variadas, compensando a sobrecarga de trabalho com um pagamento adequado a exigência. Alberto Heráclito Ferreira Filho, ao estudar os serviços domésticos em Salvador, entre final do século XIX e as primeiras décadas do XX, apontou que o concurso de uma única criada para a realização de tarefas domésticas variadas acontecia em famílias que dispunham de poucos recursos⁹⁹. No município de Feira de Santana, os processos crimes analisados também demonstraram que famílias de lavradores e de pequenos comerciantes tinham apenas uma criada de “portas a dentro” para a realização de atividades domésticas variadas, com exceção da lavagem de roupas que geralmente era feita por lavadeiras¹⁰⁰.

Em 02 de março de 1902, o jornal *O Progresso* publicou o seguinte classificado de emprego: “Nesta typografia indicará quem precisa de uma cosinheira¹⁰¹”. Esta fonte não traz detalhes sobre o perfil da cozinheira que é requisitado pela família contratante e não faz referência ao salário, destacando apenas que o Jornal *O Progresso* receberia a interessada no emprego e a encaminharia para a família que buscava os seus serviços. Além deste anúncio, encontrei mais dois no periódico *A Folha do Norte* requisitando uma cozinheira e uma menina que deveriam se direcionar a Rua Manoel Victoriano, centro da cidade de Feira de Santana.

⁹⁷ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, fevereiro a março de 1913.

⁹⁸ RODRIGUES, Andréa da Rocha. **Honra e sexualidade Infante-Juvenil na cidade de Salvador, 1940 a 1970**. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2007.

⁹⁹ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza em Salvador, 1890- 1940. Salvador: CEB, 2003, p.51

¹⁰⁰ Sobre a lavagem de roupas em Feira de Santana, encontrei um processo crime de homicídio em que a lavadeira ia buscar as roupas da família da patroa e das criadas dela no comércio pertencente aos patões no centro da cidade de Feira de Santana. In: CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1914/ 1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237. Além desta fonte, também encontrei um processo em que a vítima e as testemunhas de acusação eram lavadeiras e lavavam as roupas dos patrões “na fonte do Mato”, no subúrbio da cidade de Feira de Santana. In: CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1923-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 231.

¹⁰¹ MCS/UEFS. *O Progresso*, 02 de março de 1902.

Cozinheira

Precisa-se de uma cozinheira que saiba o officio e de bons costumes, que more no aluguel. Paga-se bem. Tratar-se a rua Manoel Vitoriano, 65.¹⁰²

Menina

Precisa-se de uma menina com idade de 8 a 12 anos que não tenha pais queira necessitar da proteção de família. Trata-se na rua Manuel Victoriano, 65.¹⁰³

No primeiro anúncio, exigiu-se habilidade na cozinha, “bons costumes” (ou leia-se virgindade ou recato) e residência no emprego. No referente à menina, exigiu-se a idade, a orfandade e o “apadrinhamento” em substituição ao pagamento pelos serviços prestados. Possivelmente, ambas seriam empregadas na mesma residência, mas a doméstica adulta e especializada na cozinha receberia pagamento em dinheiro e a menina desempenharia funções domésticas que exigiriam menores habilidades, como fazer companhia aos filhos dos patrões, lavar louça e varrer quintal¹⁰⁴, e estaria atrelada a uma relação de trabalho sem recompensas financeiras.

Conforme as crônicas de Hildegardes Vianna, era comum famílias soteropolitanas de classe média baixa contratarem meninas negras e pardas para realizar serviços domésticos diversos, mesmo depois do término da escravidão. Essas meninas eram chamadas de “Catarinas” em Salvador e poderiam ser colocadas nos serviços domésticos para brincar com os filhos dos patrões e/ou ajudar as empregadas domésticas adultas em serviços que exigiam maior habilidade, como o cozimento de alimentos.¹⁰⁵ Em Feira de Santana, não encontrei fontes que as referenciassem como “Catarinas”, no entanto, infere-se da documentação consultada (jornais e processo crimes de lesão corporal, homicídio, estupro e defloramento) que essas meninas eram submetidas a condições de vida tão degradantes como as “Catarinas” das crônicas de Hildegardes de Vianna, pois raramente recebiam remuneração. Ainda poderiam estar expostas a violências (sexuais e/ou espancamentos) e, quando possuíam vínculos como os familiares, abandonavam a residência dos patrões e retomavam para a casa dos parentes próximos, conforme discutirei adiante.

A escassez de anúncios solicitando trabalhadoras domésticas em Feira de Santana possibilita inferir que os jornais tentaram, sem grande êxito, organizar os serviços domésticos nas lógicas de civilidade que se pretendia implantar na urbe feirense. Os periódicos, ao requerem que a interessada no emprego doméstico se dirigisse a tipografia responsável pelo

¹⁰² MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 26 de junho de 1926.

¹⁰³ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 26 de junho de 1926.

¹⁰⁴ Essas atribuições foram retiradas de um processo crime de lesão corporal em que a vítima era uma criança de tenra idade e declarou que realizava estas tarefas domésticas na residência da patroa. In: CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1900. E. 02, Cx. 34, Doc. 580.

¹⁰⁵ VIANNA, Hildegardes. **Antigamente era assim**. Rio de Janeiro: Record, 1994, p.169-172.

classificado, se colocavam como uma espécie de filtro que poderia ajudar as patroas a escolher criadas que tivessem de acordo com os requisitos de civilidade, condizentes com os valores católicos e com as regras de higiene e dos “bons” costumes morais propagadas pelos médicos e juristas durante a República¹⁰⁶. Além disso, os anúncios possivelmente geravam lucros financeiros para os jornais, em razão das famílias pagarem pela divulgação do classificado.

Além dos avisos de emprego, existiu também em Feira de Santana o agenciamento de órfãos para os serviços domésticos, realizado pelo Asilo de Nossa Senhora de Lourdes (ANSL). Esta instituição cristã foi fundada pelo Padre Ovídeo de São Boaventura em 1879, tinha como objetivo abrigar e educar meninas pobres, órfãs e abandonadas de Feira de Santana, dos municípios circunvizinhos e de outros estados.¹⁰⁷

No relatório de 1898, os administradores apontaram que devido às dificuldades financeiras que enfrentaram para manter o asilo, algumas meninas foram recolhidas pelas senhoras de caridade de Feira de Santana, responsáveis pela organização e manutenção da instituição, e outras foram empregadas nos serviços domésticos “em casa de família”. Apesar deste relatório não fazer referências ao número de órfãos que foi empregada como doméstica, se tinham remuneração, ou se a instituição recebeu algum benefício financeiro pelo agenciamento delas¹⁰⁸, elucidou que a inserção das internas aliviaria as despesas do asilo, uma vez que seriam mantidas pelas famílias que as empregassem:

Encontramos 29 asyladas, e os recursos que dispunha a casa não permitia a conservação de tão crescido número de órphãs, visto como só contavamos com a verba de 4: 000 \$ 000 annuaes voltado pela Assembléia deste Estado para auxiliar a este estabelecimento, pelo que deliberamos em mesa, e de accordo com os estatutos, diminuir o número das asyladas, tornando necessário dirigirmo-nos aos protectores de algumas meninas expondo-lhes o estado precario da casa e pedindo-lhes que retirassem suas protegidas. Felizmente fomos attendidos, tendo também procurando empregar, em casa de família algumas meninas assegurando lhes assim meios de subsistencia [...].¹⁰⁹

¹⁰⁶ Sobre a propagação desses valores na República e a construção do trabalhador disciplinado e sem vícios sexuais, ver: ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.26-30.

¹⁰⁷ COSTA, Lívia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013.

¹⁰⁸ BCPO. *Relatório do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes*. 1898, p.05.

¹⁰⁹ BCPO. *Relatório do Asilo Nossa Senhora de Lourdes*, 1898, p. 04-05.

De acordo com a fonte, as senhoras de caridade recolheram suas “protegidas” para amenizar as despesas do asilo de Nossa Senhora Lourdes¹¹⁰, e outras internas foram empregadas nos serviços domésticos “em casa de família”, como previsto no Estatuto da instituição que deliberava três critérios para a retirada das órfãs antes dos 21 anos: o emprego doméstico em casa de família, casamento ou retorno para os parentes com a aprovação da direção do asilo e da asilada¹¹¹. As internas retiradas do asilo, em 1898, foram encaminhadas para os serviços domésticos na residência das madrinhas e de pessoas que colaboravam com a instituição.

Russell-Wood, ao estudar sobre a Santa Casa de Misericórdia na Bahia entre 1550 a 1755, apontou que as crianças enjeitadas na Roda dos Expostos eram cuidadas por amas de leite até completar a idade de três anos. Depois a Misericórdia colocava os órfãos num lar adotivo na cidade de Salvador e, neste caso, o destino dos expostos dependia da posição social da família que os recolhessem. Ainda de acordo com o autor, os enjeitados do sexo masculino aprendiam algum ofício no lar que os recebiam e as meninas enjeitadas trabalhavam como doméstica em troca de alimentação e moradia. Neste caso, a Santa Casa de Misericórdia poderia retirá-las da família empregadora se a honra delas estivesse em risco¹¹².

Andréa da Rocha Rodrigues, ao tratar sobre o destino das órfãs do Asilo dos Expostos entre 1900 e 1940, elucidou que eram encaminhadas para casas de famílias adotivas onde trabalhavam e vivenciavam violências herdadas da escravidão, citando os exemplos de maus tratos e espancamentos¹¹³.

Maciel Henrique C. da Silva, ao estudar o perfil de trabalhadora doméstica que a Santa Casa de Misericórdia na Bahia tentou criar no final do século XIX, ressaltou que as expostas eram inseridas nos serviços domésticos nas residências de famílias tradicionais de Salvador que tinham vínculos com a instituição e estabelecia as regras que deveriam orientar locatários e expostas, a exemplo da utilização dos serviços das órfãs apenas em atividades inerentes a casa, pois a exposição aos serviços externos prejudicaria a honra delas e da instituição. Ainda segundo o autor, do ponto de vista ideal, a Santa Casa de Misericórdia dividiria as responsabilidades com um locatário e as expostas ganhariam experiência, educação e moralização em troca de serviços domésticos, entretanto, na prática as órfãs rompiam os

¹¹⁰ A Santa Casa de Misericórdia da Bahia também utilizou essa justificativa para inserir as expostas nos serviços domésticos. Ver: SILVA, Maciel Henrique Carneiro. **Domésticas criadas entre textos e Práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)**. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2011, p.77.

¹¹¹ BCPO. *Estatutos do Asylo de Nossa Senhora de Lourdes*, 1908, p.05.

¹¹² RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 249.

¹¹³ RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida: Salvador 1900-1940**. Salvador: EDUFBA, 2003.

contratos e buscavam alternativas de sobrevivência que tivessem de acordo com os seus projetos de liberdade¹¹⁴.

Ao relacionar os estudos de Maciel Henrique C. da Silva sobre Santa Casa de Misericórdia na Bahia com a documentação do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, percebi que as duas instituições se preocupavam com a educação moral e pedagógica das internas e forneciam empregadas domésticas apenas para as famílias ou pessoas solteiras que lhe prestassem “caridade”, contudo, em Feira de Santana não encontrei os contratos com as regras que deveriam orientar madrinhas e expostas.

Nos relatórios de 1900, 1921-1924, 1926-1928, 1931,1932¹¹⁵, os administradores apontaram as dificuldades financeiras do asilo de Nossa Senhora de Lourdes (ANSL) e não mencionaram a inserção de órfãos nos serviços domésticos. Possivelmente, só fizeram estes agenciamentos no final século do XIX, haja vista que no século XX a produção e o comércio de enxovais de casamentos e de recém-nascidos eram mais rentáveis para a manutenção da instituição¹¹⁶. Conforme Lívia Gozzer Costa, os serviços de costuras e bordados no século XX eram os mais apreciados pela direção do referido asilo, pois com os produtos oriundos destes serviços organizava feiras e festas para vender o resultado do trabalho da internas e garantir que fossem responsáveis pelo próprio sustento¹¹⁷.

Assim como os anúncios, os agenciamentos feitos pelo asilo de Nossa Senhora de Lourdes (ANSL) corresponderam às formas mais limitadas de inserção de meninas e mulheres pobres nos serviços domésticas na cidade de Feira de Santana, portanto, predominava os acordos informais onde meninas e mulheres pobres eram agenciadas por pais, mães, familiares e vizinhos para os serviços domésticos de “portas a dentro”. Sendo assim, os processos crimes e a memória de Eurico Presbitério Della Costa¹¹⁸ sobre a trajetória da mãe que foi empregada doméstica no município de Feira de Santana, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, apontam como meninas e mulheres pobres foram inseridas nos serviços domésticos no município de Feira de Santana, como os patrões utilizavam dos seus serviços e os graus de vulnerabilidade que estavam expostas.

¹¹⁴ SILVA, Maciel Henrique Carneiro. **Domésticas criadas entre textos e Práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)**. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2011, p.77.

¹¹⁵ Os relatórios estão disponíveis na Biblioteca do Colégio Padre Ovídeo, localizado em Feira de Santana, assim como as fotografias das internas, o estatuto do asilo de Nossa Senhora de Lordes e os relatórios das Senhoras de Caridade (Pia União das Filhas da Marias) responsáveis por doações financeiras, administração do asilo e apadrinhamento das órfãs.

¹¹⁶ BCPO. *Relatório do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, 1921-1924, 1926-1928, 1931,1932*.

¹¹⁷ 2013 COSTA, Lívia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013, p.144.

¹¹⁸ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983.

2.2. Acordos informais, cotidiano de trabalho e violências

Um sumário de defloramento conta que no dia dois de julho de 1923, Antônia Maria Passos dos Santos, de 16 anos, solteira, empregada doméstica, filha legítima de Joviniano José dos Santos e Maria José dos Santos, alfabetizada, natural e residente em Feira de Santana foi deflorada por Romualdo Andrade, de 46 anos, casado, negociante, alfabetizado, natural e residente em Feira de Santana. A vítima era empregada doméstica do réu e o defloramento foi praticado na residência dele, na ocasião em que a patroa estava a passeio em Salvador. A tia de Antônia Maria a inseriu nos serviços domésticos na casa do denunciado quando ela tinha 10 anos de idade, e na época em que ocorreu o defloramento estava com 16 anos. Conforme o auto de perguntas feito pelo juiz de Direto da Comarca de Feira de Santana [...] Santos Cruz:

Respondeu que no dia dois de julho deste ano, nesta cidade na própria casa do senhor Romualdo Andrade, negociante, denunciado, residente nesta cidade, foi deflorada.

Perguntado quem foi o autor desse crime?

Respondeu que o mesmo Romualdo Andrade.

Perguntado se ela ofendida foi a passeio em casa do seu ofensor ou se ali estava residindo?

Respondeu que a seis anos e muitos meses estava morando na casa do referido Romualdo e para ali fora mandada por sua tia Jurema Passos de Rocha de acordo com o pai dela respondente¹¹⁹.

A menor tinha família em Feira de Santana, mas residia com os patrões. Afinal, o pai era jornaleiro, sobrevivia de atividades esporádicas na lavoura e não tinha recursos para sustentá-la. Ainda inferi do registro de casamento dos pais da vítima, que, em 1908, tinham quatro filhos¹²⁰ e a inserção de Antônia Maria nos serviços domésticos, em 1917, representava um alívio para o orçamento familiar, porque a manutenção dela seria responsabilidade dos patrões.

Antônia Maria era responsável pela filha dos patrões (que tinha 04 anos) e auxiliava a patroa nos serviços leves da casa, como lavar pratos e por a mesa¹²¹. Aos 16 anos era

¹¹⁹ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1923-1924. E. 01, CX. 12, DOC. 236.

¹²⁰ Segundo a certidão de casamento civil de 1908, Dona Maria José dos Santos e Joviniano José dos Santos tiveram quatro filhos, Claudio com 14 anos de idade, Maria Regina com 03 anos, **Antônia Maria Passos dos Santos** com 01 ano e Samuel com 02 meses. In: CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1923-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 236.

¹²¹ Essas atribuições foram imaginadas a partir da leitura de outros processos crimes que apresentavam crianças na condição de domésticas. Ver: CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1900. E. 02, Cx. 34; Doc. 580. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1914/ 1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237.

responsável pelo cozimento de alimentos no fogão a lenha¹²² e pelo o asseio da casa, já que a patroa estava viajando e a referida família não tinha outras domésticas de “portas a dentro”. Provavelmente, a patroa de Antônia Maria contava com os serviços de uma lavadeira que recolhia as roupas em sua casa ou na venda de miúdos pertencente a seu esposo.

Aparentemente o serviço de lavadeiras era muito utilizado entre famílias de classe média e alta da cidade. É o que pude constatar, por exemplo, analisando o processo de homicídio da menor Maria Theodora, que tratarei mais especificamente no capítulo 03. Neste, Maria Lourença, de 36 anos, solteira, lavadeira, analfabeta, natural de São Gonçalo e residente em Feira de Santana, depôs que buscava as roupas de Dona Iria e das criadas dela no comércio da referida patroa¹²³. Apesar de não mencionar a fonte de água onde realizava a lavagem de roupas, o depoimento desta lavadeira permite vislumbrar que a lavagem de roupas não era feito nas residências dos patrões por conta da ausência de água encanada no período.

Além disso, um sumário de lesão corporal envolvendo lavadeiras em de Feira de Santana conta que Galdina Maria de Jesus, de 50 anos, parda, solteira, lavadeira, analfabeta, natural e residente em Feira de Santana, foi agredida por Sizinando José Pereira – lavrador e morador de Olhos d’Água, subúrbio de Feira de Santana – quando estava lavando roupas com outras mulheres na “fonte do Mato”, na localidade Olhos d’Água¹²⁴.

O réu e a vítima tinham relações de amizade, entretanto, as testemunhas, que também eram lavadeiras, apontaram que não defenderam a amiga porque Sizinando é conhecido por sua perversidade e ficaram com receio de serem surradas também. O réu foi absolvido pela Justiça com a justificativa de que no ato do crime se encontrava em completo estado de perturbação de sentido e inteligência¹²⁵. Isto denota que as violências de gênero se perpetuaram com a sentença do juiz, também um homem, e que as outras lavadeiras, ao assinalarem que não interviram nas surras direcionadas à Galdina, tinham noção de que perante a Justiça seriam julgadas pelos seus comportamentos e que prevaleceria a dominação masculina e a violência exercida pelo homem.

¹²² Essa informação foi retirada de um processo crime de defloramento em que Isidora Maria dos Santos, de 19 anos, solteira, empregada doméstica, analfabeta, natural de São Gonçalo e residente em Feira de Santana, ao prestar depoimento como testemunha no defloramento da filha do seu “amo” expôs que o ofensor pulou o muro da casa dos seus patrões e chamou a filha deles para conversar num quarto que serve para depósito de lenha, localizado no quintal da casa dos seus “amos”. CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1911-1912. E. 04, Cx.117, Doc. 2381.

¹²³ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos crimes, 1914-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237.

¹²⁴ Os atores jurídicos deste processo definiram a localidade “Olhos d’Água” como subúrbio ou lugar desagradável na cidade de Feira de Santana. CEDOC. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1923/ 1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 231.

¹²⁵ CEDOC/UEFS. Sessão judiciária, Processos-crimes, 1923-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 231.

Se para os autores jurídicos, o subúrbio “Olhos d’Água” aparece como lugar desagradável, por se uma região distante do centro da cidade e por ser habitado por populares que não correspondiam ao projeto de civilidade gestado na República, e as lavadeiras como “[...] pobres e indefesas d’alli”¹²⁶, uma vez que na visão da Justiça essas mulheres eram solteiras e não tinham um provedor, para as vítimas deste conflito, o subúrbio representava maior autonomia em relação aos patrões, e conseqüentemente a possibilidade de organizar as suas rotinas de trabalho de acordo com as necessidades de sobrevivência e das relações com a coletividade em razão de lavarem roupas em grupo.

Segundo Maria Aparecida Prazeres Sanches, as lavadeiras constituíam outro grupo de domésticas muito requisitadas que poderiam morar com os patrões, mas a maioria delas dormia em suas casas e trabalhavam para mais de uma família. Ainda conforme a autora, a distância das lavadeiras em reação as patroas não impedia a existência de conflitos, já que poderiam sumir peças de roupas ou serem danificadas no processo de lavagem¹²⁷. Em Feira de Santana, não encontrei processos crimes que denunciasses os conflitos vivenciados entre lavadeiras e patrões, no entanto, o processo de lesão corporal de Galdina Maria de Jesus elucidou que estas trabalhadoras enfrentavam conflitos motivados pela convivência com homens da mesma classe social/cor, e apontou indícios do que interessa nesta pesquisa: a lavagem de roupas dos patrões residentes em Feira de Santana era basicamente feita nas fontes de água que tinham na referida cidade.

Carlos Alberto Alves Lima, ao estudar a modernização e a urbanização implantadas em Feira de Santana, entre 1940 a 1960, destacou que o primeiro projeto para implantação de água encanada e rede de esgoto ocorreu de forma frustrada em 1936, e só viria a ser inaugurado na gestão de João Marinho Falcão (1955 a 1959).¹²⁸ Ainda segundo o autor, a ausência de água encanada em Feira de Santana dificultava o asseio nas residências e a consagração dos bons costumes, pois a água era transportada pelos aguadeiros que montados em carroças usavam trajes e linguagens que afrontavam o projeto de civilidade que foi gestado a partir de 1940.¹²⁹

Apesar do recorte temporal do autor ser posterior ao recorte desta pesquisa, a constatação que ele traz sobre a ausência de encanamento de água na cidade permite imaginar que mesmo as famílias que tinham empregadas domésticas de “portas a dentro” tiveram que

¹²⁶ CEDOC/UEFS. Sessão judiciária, Processos-crimes, 1923/ 1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 231.

¹²⁷ SANCHES, Maria Aparecida. **Fogões, pratos e panela:** poderes, práticas e relações de trabalho doméstico Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1999, p.90-94.

¹²⁸ LIMA, Carlos Alberto Alves. **De Luzes e Becos:** cartografias, Itinerários e Imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960). Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2014, p.28 e 29.

¹²⁹ *Ibidem*, p.28.

recorrer aos serviços das lavadeiras, pois era mais econômico pagar para lavar as roupas nas fontes do que realizar este serviço em casa com a utilização da água transportada pelos aguadeiros. A água que não fosse empregada na lavagem de roupas era aproveitada no asseio da casa, pratos e banheiros.

Assim, as lavadeiras também faziam parte da rotina doméstica dos patrões. Uma rotina muitas vezes permeada de violência, que podia se manifestar através do assédio e/ou estupro. Este foi o caso de Antônia Maria, o processo de defloramento, do qual foi vítima, revela que o patrão se aproveitou da ausência da patroa em casa para lhe dar presentes “como pó de arroz, brilhantina e meias” e depois deflorá-la¹³⁰:

Perguntado quando ela offendida foi desvirginada, a mulher do referido Romulado estava em casa ou passeando em algum lugar?

[Antônia Maria Passos dos Santos] respondeu que a senhora do senhor Romulado na ocasião em que se deu o defloramento estava na capital deste estado.

Perguntado se com a viagem da esposa para a capital conforme acaba de declarar ella ali presente ficara sozinha em casa ou em companhia de outra pessoa?

Respondeu que em casa ficaria ella e uma filha do mesmo Romulado de nome Maria [...] onze anos de idade mais ou menos.

Perguntado se esta menina não presenciou não desconfiava alguma coisa entre ella offendida e o seu ofensor?

Respondeu que de nada e nunca desconfiou e que o seu defloramento teve lugar as onze horas da noite mais ou menos, do dia dois de julho, estando a menina dormindo ao em que se deu o seu desvirginamento.

Perguntado em que lugar fora desvirginada?

Respondeu que no quarto onde dorme o seu offensor e na própria cama deste.

Perguntado se o referido Romulado só copulou com ella offendida uma vez e no caso negativo quantas e em que ocasião?

Respondeu que o senhor Romualdo Andrade teve copula duas vezes, sendo uma no dia dois de julho, e a segunda passado uns oito dias mais ou menos.

Perguntado se esta segunda vez ainda foi no mesmo quarto e na própria cama de casado e ainda na ausência da mulher dele offensor?

Respondeu afirmativamente, acrescentando que da segunda vez a cúpula se deu de dia e na ausencia da menina filha d'elle Romualdo Andrade que chegando em casa a mandou para a venda, afim de mais facilmente satisfazer os seus desejos libidinosos. [...] ¹³¹

O defloramento só veio à tona porque a patroa começou a tratar Antônia Maria “de modo diferente” e isto motivou a menor a abandonar os serviços domésticos na casa do seu ofensor. Estando na residência dos seus pais, Antônia Maria recebeu uma carta da esposa de

¹³⁰ O código penal de 1890 definiu defloramento como o “ato de deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”. Ver: SOARES, Oscar. **Código Penal da República dos Estados unidos do Brasil**. 5º ed., Rio de Janeiro: H. Garnier, 1920.

¹³¹ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1923/1924. E. 01, Cx.12, Doc. 236.

Romualdo Andrade expõe “ciúmes” e “ódio” em relação a ela e a culpando pelo ato sexual com o seu marido. Joviniano José dos Santos – pai legítimo da menor – ao ter acesso ao conteúdo da carta recorreu a Justiça Pública para que esta reparasse a honra da sua família e penalizasse aquele que deveria ser o “protetor” da sua filha¹³². No desenrolar dos autos, pai e filha tiveram o atestado de miserabilidade e, portanto, a Promotoria Pública assumiu a condição de “Autora” contra o ofensor. Além desse atestado, Joviniano José dos Santos utilizou o seu registro de casamento civil, do ano de 1908, recolhido pela Intendência Municipal de Feira de Santana para comprovar a menoridade da filha e atender a esse critério primordial para o processo de defloração¹³³.

Neste acto foi dito pelos nubentes que eram casados religiosamente e que tem os filhos seguintes: Claudio com quatro annos de idade, Maria Regina com trez annos de idade, **Antônia Maria com um anno de idade** e Samuel com dois meses de idade, os quais no presente acto as dava como habilitados e com seus filhos reconhecidos para os fins e, efeito concessão, declarou mais que o regime é de comunhão de bens. Pagaram as [...] recomendadas por lei e mais dois mil reis de estampilhas que vão apresentar a este livro¹³⁴.

Apesar das estratégias do patrão para invalidar o processo, apontando que Antônia Maria não era virgem, as testemunhas de defesa declararam que ela e a família tinham bons procedimentos¹³⁵, que seu pai era um homem trabalhador e, portanto, honrado¹³⁶. Após a denúncia, Romualdo Andrade vendeu a residência e o comércio de miúdos na cidade de Feira de Santana e mudou-se com a família para a cidade de Itabuna com objetivo se livrar das penalidades da Lei, todavia, não conseguiu o arquivamento do processo e a Justiça Pública o intimou por edital publicado em jornal. O juiz, depois de analisar os depoimentos das testemunhas e os recursos da defesa, aceitou a queixa de defloração e o réu foi considerado culpado e preso em 1924. Um caso raro em que a justiça pune um réu de classe social superior ao da vítima, como o processo não deixou vestígios sobre a existência de conflitos entre o Romualdo Andrade e homens de posse que poderiam ter auxiliado na condução dos autos, idealizo que o fato de o pai da vítima fazer a denúncia e demonstrar que ela era

¹³² A penalidade neste processo poderia ser a reclusão, pois o casamento era inviolável, já que o réu era casado.

¹³³ SANCHES, Maria Aparecida. **Fogões, pratos e panela: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico** Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1999, p. 109.

¹³⁴ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1923-1924. E. 01, Cx.12, Doc. 236. [Grifos pessoais].

¹³⁵ Segundo Sueann Caulfield “[...] A honestidade feminina referia-se a virtude moral no sentido sexual”. Ver: CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p.77.

¹³⁶ Segundo Sueann Caulfield “[...] Um homem honesto era aquele considerado um bom trabalhador, respeitável e leal”. Ver: CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p.77.

proveniente de uma família nuclear que atendia aos critérios de civilidade da República pesou contra o réu.

Antônia Maria teve o mesmo destino de outras domésticas que viveram as primeiras décadas do século XX e constituíram objetos de estudo da historiografia, foi deflorada e/ou estuprada pelo patrão no ambiente doméstico e não contou com a solidariedade de gênero da patroa¹³⁷. Apesar disso, o processo dela foi peculiar quando comparado com processos de defloramento envolvendo criadas e patrões em grandes centros urbanos do Brasil¹³⁸, porque a sua família conseguiu comprovar a sua menoridade, a sua idoneidade moral e o réu foi preso.

De acordo com Maria Aparecida Prazeres Sanches, as violências sexuais que ocorriam contra as empregadas domésticas no ambiente de labor simbolizavam a intimidade que não colocava em risco a saúde da família burguesa, e a disponibilidade dos corpos femininos dos setores menos abastados para a realização de atos libidinosos sem a necessidade do enlace matrimonial¹³⁹. Além disso, o desejo sexual pelas criadas remete ao imaginário da escravidão que estabelecia a disponibilidade sexual das escravas para satisfazerem os caprichos dos senhores e de seus filhos. Conforme Gilberto Freyre “diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela a escrava”¹⁴⁰. Segundo esta interpretação, a escravidão propiciava a depravação sexual e as escravas domésticas, enquanto representantes “da raça inferior”, tinham que servir a libertinagem dos seus senhores.

Esse imaginário também permeou a República, denotando que os patrões ao estabelecerem relações de poder com as criadas poderiam vê-las enquanto possibilidade de saciar seus desejos sexuais em casa. Sendo assim, Romualdo Andrade via Antônia Maria como disponível para a realização de atos libidinosos, uma vez que era jovem e residia no

¹³⁷ Segundo Sandra Lauderdale Graham, a casa dos patões poderia significar lugar ofensivo e pernicioso para as domésticas. Ver GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 64. Ver também SANCHES, Maria Aparecida. **Fogões, pratos e panela:** poderes, práticas e relações de trabalho doméstico Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1999. E SILVA, Maciel Henrique Carneiro. **Domésticas criadas entre textos e Práticas sociais:** Recife e Salvador (1870-1910). Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2011, p.192- 242.

¹³⁸ Maria Aparecida P. Sanches e Maciel Henrique da Silva, ao analisarem processos de defloramento envolvendo criadas e patrões, apontaram que muitos defloramentos eram na verdade estupros designados como defloramento para dar vantagens ao réu, e que os mesmos eram arquivados pelo fato das vítimas não conseguiram comprovar a sua menoridade e idoneidade moral.

¹³⁹ SANCHES, Maria Aparecida. **Fogões, pratos e panela:** poderes, práticas e relações de trabalho doméstico Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1999, P. 106.

¹⁴⁰ Freyre, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: José Olímpio. 1987. P. 316.

emprego. Depois de praticar “o ato sexual” tentou silenciar-la com a quantia de cinquenta (50) mil réis e com a vaga promessa de que na ausência da esposa se casaria com ela.

Além de se utilizar destes recursos, o patrão supostamente imaginou que se fosse denunciado contaria a seu favor com as desigualdades de gênero e de classe, logo o processo poderia prescrever por falta de provas que comprovassem a menoridade e/ou a honestidade da vítima deslegitimando a denúncia. Felizmente, embora a vítima fosse pobre, a família dela estava organizada dentro dos padrões de gênero exigidos para a época: o pai e a mãe eram casados no religioso e no cível, então fruía do apoio paterno para comprovar a sua honra. No desenrolar dos autos, o pai da menor se utilizou destes argumentos e da rede de solidariedade que tinha em Feira de Santana para comprovar a “decência” da filha, ultrapassar as barreiras de classe e penalizar o seu ofensor. Depois do término do processo, imagino que Antônia Maria Passos dos Santos seguiu o destino de outras domésticas defloradas e retratadas pela historiografia¹⁴¹, foi inserida na residência de outros padrões e novamente tornou-se vulnerável. No entanto, a partir desta situação, ela já contava com a experiência da violência anterior e tinha a residência dos pais para recorrer nas situações de conflitos.

Eurico Della Costa ao relatar como se deu a inserção da sua mãe nos serviços domésticos no arraial de Tanquinho, em 1883, descreveu que o pai dela (Vicente Variato Ferreira de Medeiros) tinha duas famílias e que após a morte da esposa (Ana Verônica Ferreira de Medeiros) e do “xodó” (Apolinária Ferreira da Silva) teve que organizar a sobrevivência dos filhos:

De que maneira ele se ajeitou com cinco filhos? Ora, dois eram de Apolinária e três de Verônica, certo? “Certo.” – Confirma o narrador. “Foi muito difícil para Vicente. Após os enterros ele teve uma idéia. Os seus filhos com Ana Veronica¹⁴², João e Maria, já estavam bem crescidos e poderiam tomar conta da casa. João ficaria na fazenda com os parentes. Galdiana e Ana ele entregaria para a madrinha, pois mulher necessita de melhores cuidados...”¹⁴³

Em que pese às limitações da fonte, o memorialista defendeu que Vicente Variato Ferreira de Medeiros, seu avô, entregou as filhas menores para os serviços domésticos porque ele enquanto homem não poderia assumir essa responsabilidade feminina. As atribuições de

¹⁴¹ SANCHES, Maria Aparecida. **Fogões, pratos e panela:** poderes, práticas e relações de trabalho doméstico Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1999. SILVA, Maciel Henrique Carneiro. **Domésticas criadas entre textos e Práticas sociais:** Recife e Salvador (1870-1910). Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2011, p. 192- 242.

¹⁴² Segundo Eurico Della Costa, esta era a mãe de Galdiana Ferreira de Medeiros.

¹⁴³ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho.** São Paulo. 1983, P. 23.

gênero foram postas em evidência pelo memorialista para explicar os fatores que ocasionaram a inserção da sua mãe e da irmã dela nos serviços domésticos, entretanto, outros fatores como, por exemplo, a pobreza e a incapacidade financeira do avô, que era um negro liberto, para sustentar a família também foram relevantes para a inserção de Galdiana e Ana nos serviços domésticos aos 06 anos de idade.

Os estudos de Walter Fraga Filho sobre a experiência, as atitudes e as aspirações dos libertos no recôncavo baiano após a abolição apontam que “[...] Tal como no campo, a vida na cidade era muito difícil para os que emergiram da escravidão e não surpreende que alguns sucumbiram a indigência¹⁴⁴”. Esta verificação permite assinalar que a condição de pobreza e não a atribuição de gênero fez com que o avô do memorialista inserisse as suas filhas nos serviços domésticos no arraial de Tanquinho. Além disso, os estudos de Maciel Henrique Carneiro da Silva também apontam que mães provenientes do cativo, em Recife e Salvador, inseriam suas filhas nos serviços domésticos¹⁴⁵.

Se o memorialista elucidou apenas a morte da avó e os cuidados que o gênero feminino demandava para viver dentro dos padrões de honra e virgindade como justificativa para a inserção de Galdiana e de Ana nos serviços domésticos, um processo crime de estupro¹⁴⁶, que ocorreu 43 anos após a inserção delas nos serviços domésticos de “portas a dentro”, também no distrito de Tanquinho, narrou que, em 23 de agosto de 1926, o negociante João Brandão entrou com um pedido de habeas corpus em favor do seu afilhado e aguadeiro, João de Souza, preso por ter sido acusando de estuprar a menina Maria Heleuteria, de 09 anos, residente como doméstica na casa do padrinho do ofensor. A mãe da vítima chamava-se Porfira Maria de Menezes, de 28 anos, solteira, empregada doméstica, analfabeta, filha de Epiphania Maria de Jesus, natural e residente no distrito de Tanquinho, declarou que:

[...] estando sua filha menor Maria Heleuteria de nove annos incompletos em casa da família de Senhor João Brandão, isto há trez annos mais ou menos, quando no dia 29 de junho do corrente anno inesperadamente chega sua dita filha em casa della respondente dizendo que não queria voltar mais para a casa do senhor João Brandão em virtude da mulher deste estar lhe espancando; no dia seguinte sua dita filha queixou-se a ella respondente que não podia caminhar porque lhe estava saindo um carôço na virilha e ella respondente procurando vêr o dicto carôço encontrou a camisa da sua dita filha ensanguentada e a formação de uma íngua na virilha, procurando

¹⁴⁴ FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, itinerários e esperanças no recôncavo baiano após a abolição”. In: **Cadernos AEL: trabalhadores, leis e direitos/UNICAMP/IFCH/AEL**, Campinas, n. 26, vol. 14, 2009, p. 112.

¹⁴⁵ SILVA, Maciel Henrique Carneiro. **Domésticas criadas entre textos e Práticas sociais**: Recife e Salvador (1870-1910). Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, UFBA, Salvador, 2011, p. 192- 242.

¹⁴⁶ O artigo 269 do Código Penal de 1980 definiu o estupro como “ato pelo qual um homem abusa com violência de uma mulher, seja vigem ou não”. In: SOARES, Oscar. **Código Penal da República dos Estados unidos do Brasil**. 5º ed., Rio de Janeiro: H. Garnier, 1920.

interrogar a causa do sangue na camisa, esta lhe contara que na semana de São João, João Pretinho, empregado do senhor Brandão lhe pegara no mato e lhe jogara no chão suspendeu a sua roupa e abriu as suas pernas apulso e lhe offendeu sentido ella dores e gritando e dizendo a ella o dito João Pretinho , que não contasse nada a ninguém; [...] ¹⁴⁷

Porfira Maria de Menezes não tinha condições suficientes para sustentar Maria Heleuteria e a apesar de inseri-la nos serviços domésticos, aos seis anos de idade, mantinham os laços de afetividade, pois a menor retornou para a casa da sua mãe justificando que não queria continuar na residência do Senhor Brandão porque a patroa lhe espancava. Além de está exposta a violência patronal, a fonte elucidou que a menor estava vulnerável ao empregado/afilhado do patrão.

Porfira Maria de Menezes era pobre o bastante para acusar a patroa da filha de espancamento e enfrenta-la. Todavia, ela conseguiu prestar queixa contra João Pretinho, de 21 anos, solteiro, lavrador, analfabeta, por contra da gravidade moral do crime, que atentava contra a honra da família e do projeto de civilização almejado na República ¹⁴⁸, e por pertencerem à mesma classe social. O acusando foi imediatamente encaminhado para a cadeia no arraial de Tanquinho, prestou depoimento preso, mas foi liberado em razão de um habeas corpus solicitado pelo seu patrão. Depreende-se da análise do processo que depois do alvará de soltura, João Pretinho supostamente não foi penalizado pela Lei, pois contava com a “proteção” do patrão. Após o ocorrido, restou à mãe da menor inseri-la na residência de outros “amos” e contar com a sorte para que não fosse novamente exposta a violências.

Apesar desse processo não ter deixado outros vestígios, o jornal *A Folha do Norte* trouxe indícios sobre este crime numa notícia jocosa em que destacava a pouca idade, a cor, o emprego de Maria Heleuteria e a personalidade “selvagem” do seu ofensor.

Satyro abominável
Violentou u’ m menina de nove anos

Ocorreu, ha dias, no distrito de Tanquinho um facto horripilante. O individuo conhecido por João Pretinho, iludindo a boa fé da menina Maria Eleuteria, parda, de nove annos de idade, empregada na mesma casa a cujo serviço ella se achava, conduziu-a para o mattagal próximo e a violentou-a de modo barbaro, deixando-a, para cumulo de perversidade contaminada de doenças venereas. A infeliz mãi da victima, que chama Porphyria Maria de Menezes, ao ter conhecimento dessa desgraça, deu queixa ás autoridades e o sr. delegado ordenou immediatamente a prisão do criminoso, que empossa perpetração do

¹⁴⁷ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1926. E. 01, Cx. 29, Doc. 518.

¹⁴⁸ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 35-82.

crime entrara a fingir-se de maluco, visando muito provavelmente furtar-se à severa punição que merece, sendo possível transporta-lo em carro para autoridade, a cuja cadeia já se acha recolhido.¹⁴⁹

O periódico representou o estupro praticando contra uma menina parda e de tenra idade como um crime bárbaro e enfatizou o comportamento do ofensor (fingir-se de maluco) como uma estratégia para se livrar das penalidades impostas pela Lei e pelo projeto de civilidade que estava em moda na República. Embora a violência tenha ocorrido com uma criança em um local de trabalho, o jornal nem mesmo chamou a atenção para o fato de que ela não deveria estar trabalhando. Assim, permanecia entre as elites a mentalidade do trabalho escravo, no qual o serviço doméstico era uma obrigação e a única ocupação possível para meninas pobres. A patroa, apesar de espancar Maria Heleuteria, não teve o crime que praticou exposto pelos redatores do jornal porque a sua condição de classe lhe colocava num campo de privilégio que não permitia associações com barbárie, e contra Joao Pretinho pesava a característica do crime (estupro), a cor e a classe social.

Em outro processo, instaurado em 1900, Honorata, entre 06 e 07 anos, parda, empregada doméstica, analfabeta, filha de Lecundo Ferreira e Maria de Tal, natural de Mundo Novo e residente em Feira de Santana, migrou com a sua mãe para Feira de Santana por conta das secas que flagelaram o estado da Bahia. No destino, Maria de Tal veio a óbito e Honorata tornou-se órfã em razão de seu pai ter falecido anteriormente em Mundo Novo¹⁵⁰. A fonte não deixou vestígios sobre a inserção da menor nos serviços domésticos na casa de Dona Lydia de Macedo¹⁵¹, que estava sendo acusada de espancá-la. Contudo, imagino que Maria de Tal, ao migrar para Feira de Santana, viu no emprego doméstico uma possibilidade viável de sobrevivência, porque garantiria a ela e a sua filha alimentação e moradia numa cidade sem prováveis vínculos familiares¹⁵².

Na residência de Dona Lydia de Macedo, a documentação aponta quais eram as atribuições domésticas da criança Honorata, os maus tratos e a condição de vida que lhe era imposta:

Perguntada em companhia de quem vivia?
Respondeu que em casa do senhor Francisco Macedo.

¹⁴⁹ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 31 de julho de 1926.

¹⁵⁰ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1900. E. 02, Cx. 34, Doc. 580.

¹⁵¹ 37 anos, casada, alfabetizada, natural e residente em Feira de Santana.

¹⁵² Suponho que não contavam com vínculos familiares em Feira de Santana porque Honorata, após ser espancada pela patroa e ficar gravemente ferida, foi abandonada nas ruas de Feira de Santana e recolhida posteriormente por uma senhora que não tinha relações de parentesco.

Perguntado em que se ocupava em casa do senhor Francisco Macedo?
 Respondeu que se ocupava em varrer casa, ariar faca, limpar quintal.
 Perguntada se era bem alimentada?
 Respondeu que passava dias sem comer.
 Perguntada por que não comia?
 Respondeu que não comia porque não lhe davam.
 Perguntada se dormia em algum quarto?
 Respondeu que dormia no quintal ao relento, apenas de baixo de um estendedor de roupa sem cobertura nenhuma.
 Perguntado se era tratada bem nessa casa?
 Respondeu que não, e que toda hora e que todo instante era castigada pela senhora do senhor Chico Macedo, que lhe dava, com pão, chicote, [...] de cavallo e tição em brasas e palmatórias.
 Perguntado quem lhe acordava pela manhã?
 Respondeu que era acordada debaixo de pancadas.
 Perguntada como tinham [...] [...] como tinham sido produzidas os soluços ou feridas que existem em seu corpo?
 Respondeu que as feridas dos braços e do buço foram feitas pela senhora do senhor Chico Macedo com tição de fogo e que os ferimentos nas palmas das mãos e dos dedos foram feitos por bolos dados por palmatorias, e que os outros ferimentos das pernas, nas costas e nas costas foram feitos por chicote e [...] de cavalo.¹⁵³

Infere-se da fonte que Honorata varria casa, lavava pratos e limpava o quintal da casa da patroa. As atividades domésticas que exigiam maior habilidade, como por exemplo, o cozimento de alimentos no fogão a lenha e o abete de aves eram realizados por uma doméstica adulta que depôs na condição de testemunha de acusação. De acordo com o processo, Victoria Baptista das Virgens, de 30 anos, solteira, lavradeira, analfabeta, natural de Serra Preta e residente em Feira de Santana, declarou que ao trabalhar como criada na casa de Francisco Macedo (esposo de Dona Lydia Macedo), há mais ou menos um ano, via a patroa castigar severamente Honorata quando lhe solicitava a realização de uma tarefa e a referida criança não executava imediatamente. A testemunha ainda ressaltou que abandonou os serviços domésticos na residência de Dona Lydia Macedo pelo fato de vê-la maltratando Honorata e ainda ter sido ameaçada de surras por não ter conseguido colocar um varal do jeito que a patroa tinha lhe solicitado.

O depoimento desta empregada doméstica explica que ela também estava vulnerável a violência patronal, entretanto, o fato de ser adulta e ter vínculos em Feira de Santana coibiu a violência física da patroa e possibilitou a ruptura da relação de trabalho. A testemunha, após abandonar os serviços domésticos na casa de Dona Lydia, buscou alternativas de sobrevivência que não colocassem em questão os seus projetos de liberdade, pois em 1900, ano em que o processo crime foi instaurado, deu a lavoura como profissão. Tal fato admite

¹⁵³ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1900. E. 02, Cx. 34, Doc. 580.

considerar que Victoria recusou os serviços domésticos de “portas a dentro”, porque temia ser novamente ameaçada de surras ou estava trabalhando esporadicamente na lavoura até término das colheitas e posteriormente recorreria ao emprego doméstico para angariar a sobrevivência.

A idade de 30 anos na data em que o processo crime foi iniciado e a sua naturalidade na região de Serra Preta¹⁵⁴, também permitem vislumbrar que Victoria Baptista das Virgens migrou para Feira de Santana, antes de 1900, em busca de melhores condições de vida. Porém, as alternativas de trabalho que lhes ofertaram (emprego doméstico e lavoura) mantinham pontos de continuidade com os tempos do cativo vivenciados por ela numa condição que a fonte não deixou pistas¹⁵⁵. Se a ausência de instrução e as ocupações não representavam uma ruptura entre os tempos do cativo e o pós-abolição, em 1899, Victoria Baptista das Virgens pôde recusar as ameaças de surras e abandonar o emprego doméstico na residência da patroa algoz.

Maciel Henrique Carneiro da Silva, ao estudar os conflitos pela honra envolvendo patrões e criadas, defendeu que o elemento geração marcava a vivência enquanto criada, tendo em vista que as mais jovens estavam mais vulneráveis nas relações com os patrões e as mais velhas, por ter experiências diversas, sabiam lidar melhor com os desafios que encontravam¹⁵⁶. Além de concordar com a tese do autor, ressalto que outros elementos, como por exemplo, ter familiares próximos e poder contar com o apoio deles nas situações de conflitos com os patrões são componentes relevantes para explicar a vivência e os graus de vulnerabilidade das criadas.

Sendo assim, a memória de Eurico Della Costa contou que no ano de 1898, Galdiana Ferreira de Medeiros e Ana Ferreira da Silva fugiram da casa do patrão/padrinho delas, no arraial de Tanquinho, porque foram castigadas por ele com surras e advertências¹⁵⁷. Ainda segundo a narrativa, após a morte da primeira esposa, o patrão das meninas casou-se novamente, mas a nova esposa não conseguia conduzir com destreza os criados e a loja de secos e molhados que tinham no arraial de Tanquinho¹⁵⁸. Para valer a autoridade patronal, o Galdiana e Ana foram surradas:

¹⁵⁴ Região próxima ao município de Feira de Santana.

¹⁵⁵ Ela poderia ser livre, liberta ou escrava, pois nasceu em 1870 e por conta disso não foi contemplada pela Lei do Ventre Livre de 1871.

¹⁵⁶ SILVA, Maciel Henrique Carneiro. **Domésticas criadas entre textos e Práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)**. Tese de Doutorado. UFBA, Salvador, 2011, p. 206.

¹⁵⁷ Memorialista: COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p.24.

¹⁵⁸ No Arquivo Público Municipal de Feira de Santana não tem disponível os livros de recolhimento de impostos (Lançamento de Indústrias e Profissões) anteriores ao ano de 1890. Além disso, o livro de 1890 não traz informações sobre o recolhimento de impostos nos distritos.

Felisberto, querendo fazer valer a sua autoridade, resolveu usar a força. Ana e Galdiana, por serem as mais velhas da casa, receberam uma surra cada uma e os outros foram severamente advertidos em nome da obediência e do respeito à nova esposa. E aquilo foi a gota d'água! As duas anoiteceram e não amanheceram. Vicente não teve palavras quando viu as filhas chegarem de trouxa debaixo dos braços, mas logo após saber do acontecido achou que elas fizeram muito bem, argumentado que no tempo de sua comadre não haveria tamanha desconsideração. A fuga das moças abriu um perigoso precedente e no prazo de uma semana era constatado pelo próprio Felisberto uma verdadeira debanda. Os onze criados haviam ido embora [...]¹⁵⁹.

Ao comparar este relato com os processos crimes que analisei anteriormente, depreende-se que Galdiana, Ana e o pai delas viam as surras direcionadas pelo patrão como uma afronta aos projetos de liberdade e de sobrevivência da população que emergiu do cativeiro, pois segundo o memorialista seu avô nasceu na condição de escravo na fazenda Santo Antônio, nas proximidades do arraial de Tanquinho. Já Galdiana e Ana nasceram livres¹⁶⁰, porém compartilhavam de uma memória que remetia ao tempo do cativeiro. Deste modo, recusar as surras e dispor dos seus próprios corpos não significava ingratidão em relação ao patrão (Vicente concordou com a atitude das filhas ao saber que abandonou os padrões porque foram surradas), denotava o limite entre a liberdade e a escravidão.

A narrativa do memorialista priorizou apenas o olhar dos seus antepassados (criadas e o avô liberto) em relação à fuga e a ruptura com patrão que as surrou, não deixando aparecer a visão dos padrões em relação a esses fatos, no entanto, trovas populares sobre ingratidão que circularam no jornal *O Progresso* conceberam o ponto de vista dos padrões: “As pedras, [...] serem pedras, sentem golpes que lhe dão. Como não queres que sintas essa tua ingratidão?”¹⁶¹. A fuga das criadas soava como ofensa (golpe) para os “amos” porque elas rompiam com as relações de “proteção” e de compadrio que eles lhes ofereciam e os deixavam de uma hora para outra com os serviços básicos e triviais para o funcionamento dos lares. Além disso, as criadas – ao abandonar os padrões – estavam desafiando as relações de poder e apontando que os “amos” também estavam vulneráveis. Outra trova apresentou que,

O ingrato

Mais terrível do que o caluniador, mais [...] do que o intrigante, mais odioso do que o bajulador, é incontestavelmente, o ingrato.
O ingrato é irmão gêmeo daquele tipo repulsivo, magro, corcundo, dos tempos de [...]

¹⁵⁹ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p.24.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 20-23.

¹⁶¹ MCS/UEFS. *O Progresso*, 27 de janeiro de 1901.

[...] [...]!

Para alcançar um favor torna-se de um subserviência revoltante, debatendo-se como cão aos pés de quem pede, cheio de gestos adulatários, fazendo-se vítima, até conseguir o seu intento.

Servindo, alisando os cabellos, [...], cynico, hypocritamente, a iludir a boa fé de que o ouvir, intrigando a quem o serviu, negando-lhes qualidades, de ratando – o, fugindo ao seu encontro, como um verme asqueroso que teme ser esmagado a luz brilhante do dia...

Tem a alma e a consciência como a de sapo, feita da lama podre dos tremedais.

Jader de Carvalho¹⁶²

Na visão dos patrões, o ingrato era a representação do mal se vestindo de subserviência para iludi-los com o objetivo de conquistar o que almejava. Posto isso, a trova denuncia o seguinte: os patrões viam as empregadas domésticas como oponentes em potencial capazes de difama-los na sociedade feirense após o rompimento da relação de trabalho. Se os patrões viam a difamação como sinônimo de ingratidão, as empregadas domésticas certamente liam como possibilidade de expressar os seus rancores em relação às condições de trabalho e da vida que lhes submetiam.

2.3. Envenenamento dos patrões e a cor das criadas

As trajetórias das domésticas analisadas anteriormente apontam as ações de abandono ou de fuga da residência dos patrões como táticas de resistência a um processo de dominação, e, ao mesmo tempo, demonstram uma busca por projetos de liberdade. Estas ações e buscas, por conseguinte, eram vistas dentro da lógica senhorial e paternalista como ingratidão. Além desses tipos de resistência, as fontes também denunciaram outra que ameaçava a sobrevivência dos “amos” e era temida por eles: o envenenamento. Conforme notícia propagada, em 1918, pelo jornal *A Folha do Norte*:

O envenenamento de uma família em São José

Ainda não estão concluídas as diligencias policiais em torno do envenenamento, em São José das Itapororocas, de família do senhor Leonildo Gomes de Azevedo.

Parece que o facto originou-se de um lamentável descuido da criada de nome Bernarda, que, por condenável descuido, introduziu rosalgar na panela em que se cozinhava a refeição do dia, ella própria, Bernarda, ingeriu a comida envenenada e ficou em grave estado de saúde, a exemplo do que succedeu ao sr. Leonildo e mais a d. Dafrora Gomes de Azevedo e à creança Dulce Gomes de Azevedo.

¹⁶² MCS/UEFS. *O progresso*, 14 de abril de 1907. [...] Partes que não estão legíveis na fonte.

Falleceu, conforme na edição anterior, d. Maclonila Gomes de Azevedo, esposa do senhor Leonildo¹⁶³.

A notícia apaziguou a existência de conflitos que tenham motivado o “descuido” da criada na preparação da refeição, ressaltando que ela se alimentou da comida envenenada e estava doente na mesma situação dos patrões. Todavia, no inquérito de lesão corporal, os conflitos entre Bernarda e os patrões ficam evidentes, fato que autoriza supor ser este envenenamento uma ação planejada e, por isso, uma tática de revolta.

De acordo com os autos, Bernarda de Tal, de 14 anos, solteira, empregada doméstica, filha de Augusta, analfabeta, depôs que:

Perguntado o que atribui a morte de D. Marconilda e o estado grave de saúde que se acha o Daphazia, Octavio Dulce Gomes, Joanna e José Antônio de Santa Babara?

Respondeu que atribui ao envenenamento na comida por parte della respondente que por engano [...] rosaltar na panella de almoço fresco attribuindo ser sal, e antes de deixar o almoço na mesa foi para a roça e ella, digo já tinham almoçado todo povo da casa indo ella respondente também almoçar a mesma comida depois de ter almoçado viu D. Joanna vomitando e ella respondente também [...] a vomitar também e assim todos os demais que tinham comido o almoço.

Perguntado quem é a ama da cozinha da casa do senhor Leonildo?

Respondeu ser ella respondente a ama da cozinha da casa do senhor Leonildo.

Perguntado onde se achava o sal que ella respondente temperava as comidas da casa? Respondeu que o sal achava-se em outro compartimento da casa em cima de uma prateleira como também o vaso que continha o rosaltar e que por engano trocou o vaso que continha o sal pelo que tinha o veneno, tanto assim também, digo também comeu da mesma comida.

Perguntada se era maltrada pelos seus patrões e filhos?

Respondeu que as vezes a sua patroa lhe reprehendia e os filhos eram todos seus amigos¹⁶⁴.

Este depoimento compartilha da versão do jornal ao colocar o “descuido” como causa para o envenenamento da família Azevedo, contudo evidencia que no cotidiano de trabalho a patroa, que veio a óbito após se alimentar da comida envenenada, reprendia a criada.

A filha dos patrões (Daphresia Gomes de Azevedo, 28 anos, solteira, filha de Leonildo Gomes de Azevedo, alfabetizada, natural e residente no distrito de São José das Itaporocas) contestou a versão de que a sua família foi envenenada por descuido ao relatar que Bernarda chegou da roça assustada e não queria almoçar, no entanto foi obrigada a se alimentar da comida envenenada. O patrão (Leonildo Gomes de Azevedo, 62 anos, viúvo, filho de Nicolau

¹⁶³ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 13 de julho de 1918.

¹⁶⁴ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, processos-crimes, 1918. E. 01, Cx. 34, Doc. 579.

Gomes de Azevedo, alfabetizando, natural de Feira de Santana e residente no distrito de São José das Itaporocas) igualmente condenou a criada expondo o desentendimento que tiveram por conta da abertura de uma janela:

Perguntado a quem attribui o autor deste envenenamento?

Respondeu que só pode attribuir a uma negrinha de nome Bernarda que vive em sua companhia.

Perguntado porque attribui a Bernarda?

Respondeu que attribui a Bernarda por ter esta em noite de S. Pedro tentado abrir uma janella de casa tarde da noite e por ter elle reclamado no dia seguinte o procedimento de Bernarda, este tendo lhe feito mais coisa nenhuma¹⁶⁵.

Na visão do patrão, a criada colocou veneno na comida para se vingar dele depois que a reclamou por seu comportamento inadequado. As testemunhas depuseram que sabiam sobre o envenenamento da família do senhor Leonildo Gomes de Azevedo porque estava acamada em casa, mas declararam desconhecer a autoria do crime, resultando assim no arquivamento e prescrição do inquérito.

Se Bernarda envenenou intencionalmente os patrões não terei como saber, mas o inquérito deixou pistas de como a exploração permeavam o cotidiano da menor. Ela tinha que assumir todas as atribuições domésticas na residência dos patrões (cozimento de alimentos, asseio da casa e inclusive a lavagem de roupas porque moravam no distrito) e ainda conciliar estes serviços com o trabalho na lavoura dos patrões que declararam “Bernarda após colocar o mocotó no fogo teve que ir capinar uma terra de plantação”. A menor, talvez visse no envenenamento dos “amos” uma forma de se livrar da sobrecarga de trabalho e de se vingar das repressões que sofria por parte da patroa. Conforme Maria Aparecida Prazeres Sanches, as empregadas domésticas que conviviam com a violência imposta pelos patrões poderiam recorrer a venenos para punir os seus algozes¹⁶⁶.

O patrão ao se referir à cor de Bernarda revelou que nas situações de conflitos esta era acionada para estigmatizar e inferiorizar os que tivessem numa condição de subalternidade. Se o auto de qualificação e o jornal silenciaram a cor da menor, o patrão a colocou em evidência e no diminutivo (negrinha) para, ao mesmo tempo, inferioriza-la e indicar sua pouca idade. Bernarda era filha de mãe solteira e trabalhava como criada desde a tenra idade, por isso, aos 14 anos já tinha habilidades com o fogão de lenha e com o cozimento de alimentos.

¹⁶⁵ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1918. E. 01, Cx. 34, Doc. 579.

¹⁶⁶ SANCHES, Maria Aparecida. **Fogões, pratos e panela:** poderes, práticas e relações de trabalho doméstico Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1999, p. 105.

Karine Teixeira Damasceno, ao estudar sobre o silêncio da cor nos processos crimes envolvendo mulheres pobres e trabalhadoras do município de Feira de Santana, na virada do século XIX para o XX, apontou que a maior parte da documentação jurídica e dos corpos de delitos analisados silenciaram a cor dos envolvidas e este fato dificultou a investigação sobre a experiência da liberdade em Feira de Santana durante o pós-abolição, entretanto a autora pôde argumentar – com base em pesquisa bibliográfica – que o silêncio sobre a cor nos processos crimes, após a abolição da escravidão, estava relacionado aos projetos de branqueamento da sociedade brasileira, e que no município de Feira de Santana objetivava invisibilizar a população negra, em especial, as mulheres pobres e trabalhadoras que eram o alvo da política de disciplinarização direcionada pelo Estado¹⁶⁷.

Nos processos crimes investigados também me deparei com o silêncio a respeito da cor dos envolvidos, mas consegui, em alguns momentos, acessá-la por conta do cruzamento de fontes. Se o auto de qualificação e o corpo de delito muitas vezes invisibilizavam a cor das empregadas domésticas, os jornais, diretamente ligados aos processos analisados, deixavam aparecer para fazer julgamento de valores e defender explicitamente o projeto de sociedade disputado pelas elites no Brasil. Como por exemplo, no caso de estupro envolvendo uma criança parda e um adulto de cor preta no distrito de Tanquinho analisado anteriormente¹⁶⁸. Além disso, o processo de envenenamento da família de Leonildo Gomes de Azevedo e a visão dele sobre a criada também revelaram os juízos de valores em relação aos que emergiram do cativo e de seus descendentes que estavam submetidos a uma condição de subalternidade¹⁶⁹.

Ainda sobre a cor das criadas, duas fotografias que retratam grupos de familiares no distrito de Tanquinho, no início do século XX, revelam o perfil étnico de meninas e mulheres que trabalhavam na condição de empregadas domésticas. Além disso, o cruzamento destas fotografias com os processos crimes e jornais, anteriormente analisada, possibilita relacionar a cor e o gênero das empregadas domésticas com o pós-abolição no município de Feira de Santana.

Imagem 02- Grupo de familiares em Tanquinho, 15 de março de 1901

¹⁶⁷ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas**: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2011, p. 73-80.

¹⁶⁸ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1926. E. 01, Cx. 29, Doc. 518.

¹⁶⁹ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1918. E. 01, Cx. 34, Doc. 579.



Fonte: Disponível em <http://ww2.arquivoafro.ufba.br/content/luiz-cleber-moraes-freire?page=3>. Acessado em 02/07/2017.

Esta fotografia (imagem 02) retrata familiares socialmente brancos no arraial de Tanquinho e uma criança negra de tenra idade que certamente vivia com eles. Tendo em vista este documento e o cruzamento com processos crimes analisados anteriormente, posso elencar alguns questionamentos sobre os fatores responsáveis pela inserção de crianças negras no emprego doméstico. Primeiro, a sua mãe morava no arraial de Tanquinho e teve que inseri-la nos serviços domésticos porque era mãe solteira, trabalhava como empregada doméstica e não tinha recursos para sustentar a própria filha, como por exemplo, no caso da menor Maria Heleuteria¹⁷⁰? Era órfã e vivia com os patrões, como no caso da menor Honorata¹⁷¹? São inúmeras as possibilidades para pensar sobre a trajetória dessa menina negra retratada na fotografia, no entanto, o que relaciona a sua história com as das outras meninas apresentadas nos processos crimes, na memória de Eurico Della Costa e nos jornais é um histórico de pobreza marcado por desigualdades raciais, de gênero e classe no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

¹⁷⁰ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1926. E. 01, Cx. 29, Doc. 518.

¹⁷¹ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1900. E. 02, Cx. 34, Doc. 580.

Imagem 03- Grupo de familiares em Tanquinho, 06 de janeiro de 1914



Fonte: Disponível em <http://ww2.arquivoafro.ufba.br/content/luiz-cleber-moraes-freire?page=3>. Acessado em 02/07/2017.

Esta fotografia (imagem 03) ilustra uma família extensa e três mulheres negras organizadas na janela de uma casa no distrito de Tanquinho. Da cor, da posição que ocupam na documentação e da intersecção com os processos crimes analisados previamente, infere-se que as três mulheres negras eram as criadas e tinham funções específicas para atender às demandas da família dos patrões, uma poderia ser, por exemplo, a cozinheira ou a copeira, outra a ama seca que cuidava das crianças, socialmente brancas, retratadas na fotografia. Elas poderiam ainda conciliar os serviços domésticos com o trabalho na lavoura dos patrões como no caso da criada Bernarda no distrito de São José das Itapororocas¹⁷². Existem várias possibilidades para pensar as funções que estas trabalhadoras negras exerciam e o prestígio social e econômico desta família que poderia sustentar mais uma criada.

A data da fotografia, 1914, em conjunto com a cor e com a função desempenhada por estas trabalhadoras ainda possibilitam questionamentos sobre as possíveis relações com o tempo do cativo no município de Feira de Santana: os antepassados delas (pais, mães, avôs) trabalharam na condição de escravos, libertos ou livres para esta família? Conseguiram

¹⁷² CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, processos-crimes, 1918. E. 01, Cx. 34, Doc. 579.

alforrias condicionais e mesmo após a abolição da escravidão continuaram servindo aos seus antigos senhores? Estas criadas são filhas dessa geração que viveu a experiência da liberdade no pós-abolição e aprenderam as funções domésticas quando ainda eram crianças de tenra idade?

São perguntas que infelizmente as fotografias não têm como responder, mas a análise dos processos criminais, da memória de Eurico Della Costa e dos jornais permitiu vislumbrar. Antônia Maria dos Santos, Maria Heleuteria, Honorata, Victoria Baptista das Virgens, Galdiana Ferreira de Medeiros e Ana Ferreira da Silva possivelmente não se conheceram, todavia, o emprego doméstico de “portas a dentro” as expuseram a todo tipo de violência – sexual e física – no âmbito do trabalho doméstico. Além disso, os maus tratos e o abandono da residência dos patrões e/ou a tentativa de assassinato desses fazem com que estas mulheres e meninas, negras e pardas, tenham trajetórias de vida semelhantes à de muitos pobres, descendentes de escravos, livres ou libertos da sociedade brasileira do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Capítulo 03- Relações de apadrinhamento e táticas de sobrevivência em Feira de Santana

A sentença popular “Ter padrinho é bom, não precisar de padrinho é melhor”¹⁷³ abriu um leque de possibilidades para problematizar as relações de apadrinhamento em Feira de Santana, tendo em vista que a memória biográfica escrita por Eurico Presbítero Della Costa narra como estas relações foram estabelecidas entre a sua mãe, que era empregada doméstica e as suas patroas, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. A narrativa linear do memorialista simplificou os conflitos sociais, que marcaram as relações de trabalho e de apadrinhamento vivenciadas por Galdiana Ferreira de Medeiros, porém, a sentença popular citada acima indica pistas de como estas relações baseadas no afeto estavam permeadas de conflitos.

Tendo em vista isso, explicarei sobre a visão que os homens de seguimentos sociais diferentes tinham a respeito das patroas e das criadas e as resistências delas aos padrões de gênero. Posteriormente, analisarei as relações de compadrio entre domésticas e patroas como negociações e táticas de sobrevivências incentivadas por desigualdades de classe, raça e gênero. A título de exemplo, discutirei a respeito das relações de apadrinhamento entre a doméstica Galdiana Ferreira de Medeiros e sua patroa Albertina de Almeida Motta em Feira de Santana, entre 1905 a 1920.

3.1. Domésticas e patroas: a visão masculina sobre elas e as relutâncias

Em 1903, as irmãs Galdiana Ferreira de Medeiros e Ana Silva foram expulsas de casa pelo pai por aparecerem grávidas e carregarem o estigma de desonradas. Eurico Presbítero Della Costa valorizou a postura do avô em relação às filhas e o defendeu como um detentor da moral e dos bons costumes.

[...] No ano de 1902, data em que Galdiana e Ana completavam 25 anos de idade, ambas moças virgens, seu pai sentia-se orgulhoso por ter de volta suas duas filhas, tomando conta do lar. Já haviam aprendido a costurar, a fazer renda nas almofadas com bilros e sabiam fazer com perfeição toda espécie de doce e salgado. Vicente era um homem alegre e revelava sempre aos amigos as habilidades das filhas. Era um negro sisudo e de poucas palavras, moralista e a família estava acima de tudo. A mulher para ter valor para ele tinha que ser virgem ou casada. Encarava o casamento como um ato indissolúvel.

¹⁷³ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 17 de janeiro de 1931.

Andorinhas¹⁷⁴ se antecipa. “Ele realizou o casamento das filhas?”
 “... Diante dos diversos acontecimentos que norteiam a vida humana devemos crer na força do destino, Andorinhas! As duas irmãs, criadas num ambiente de boa formação e tendo pai que era o exemplo da moral e nada disso serviu de exemplo para as moças. No início do ano de 1903 tanto uma quanto a outra não tinha mais como esconder o seu estado de gravidez. E foi um terrível choque para Vicente que, não tendo outra alternativa as expulsou de casa.¹⁷⁵

De acordo com a fonte, o que motivava o orgulho do pai em relação às filhas eram as habilidades domésticas que tinham, demonstrado que eram boas para se casar. O memorialista teceu esta narrativa em torno do avô para apontar que a mãe até os 25 anos de idade se adequava no padrão ideal de mulher, no entanto, ao se tornar mãe solteira deixou de atender a esse critério, restando a ele valoriza-la enquanto uma doméstica habilidosa que compensava o fato de ser mãe solteira com a dedicação ao trabalho e aos patrões.

Segundo Alberto Heráclito Ferreira Filho, o modelo burguês de família nuclear em que a mulher era educada para cuidar do lar e o homem para sustentar a prole começou a ser gestado pelas elites no Brasil do século XIX, mas, não teve êxito nas camadas menos abastadas onde as mulheres pobres exerciam atividades econômicas que proporcionavam certa “autonomia” em relação aos seus maridos.¹⁷⁶ Apesar do modelo burguês de família não ter encontrado um terreno favorável nos setores menos abastados, os populares se apropriavam deste padrão para legitimar a família e condenar as mulheres que fossem mães solteiras.

De acordo com este modelo burguês e cristão de família, a identidade ideal da mulher no regime republicano deveria estar imbricada a honra sexual, ao desempenho de habilidades domésticas, ao casamento, a submissão ao marido e a maternidade, haja vista que a mulher ideal deveria ser a peça básica para a formação da nação e da missão civilizadora da recém-proclamada República¹⁷⁷. Em Feira de Santana, os periódicos de circulação local não ficaram alheios a este processo que estava sendo gestado pelos legisladores, médicos e juristas no Brasil, e propagaram textos defendendo o projeto ideal de mulher para implantar a civilidade na urbe feirense.

¹⁷⁴ Era o ouvinte de Eurico Della Costa.

¹⁷⁵ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 25.

¹⁷⁶ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza em Salvador, 1890- 1940. Salvador: CEB, 2003, p.22.

¹⁷⁷ Ver: ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

A mulher no século XX

Não ha probabilidade proxima de que a mulher venha a gozar do direito do voto; é facto, porem, que, desde já sua influencia é muito considerada no estrangeiro.

Em geral, esta influencia é tão salutar como efficaz. E tornar-se-ia muito mais si, por educação solida preparassem as moças para a missão que lhes é destinada como esposa e como mães.

Tanto na burguezia abastada como no povo, a iniciação lhes faz muitas vezes falta. Já antigamente Fênélon verificara o pouco cuidado que se tinha com a educação das moças. Desde então para cá, não pensamos que a situação tenha melhorado muito.

Occoupar se dos serviços da casa, deve ser o primeiro cuidado da mulher, não se restringindo sómente a isso. É necessario tambem que a mulher seja, em toda força do termo, a companheira do seu marido e a educadora de seus filhos. É ella prepara para desde a sua mocidade para o seu duplo papel?

Nas famílias operarias vê se alguma coisa: A escola das privações e dos soffrimentos suppre ate certo ponto as lacunas da educação primaria. Muitas vezes é a mulher do operário que sustenta a família, á custa de uma dedicação heroica.

Sobre ella recahe todo peso da casa quando o marido é um ébrio, um vadio, um preguiçoso. Ella aceita o fardo por mais pesado que seja e cumpre o seu dever até o fim. Infelizmente, a educação dos filhos escapa a sua influencia, devido as necessidades que as obriga a separarem-se della para ir ganhar o pão longo do lar¹⁷⁸.

O periódico delimitou que o sufrágio feminino deveria ser deslocado para segundo plano porque a função principal da mulher no século XX era a casa, o marido e a educação dos filhos. A fonte elucidou também que as mulheres dos seguimentos menos abastados não conseguiam cumprir as suas atribuições de gênero com qualidade porque precisavam conciliar casamento, filhos e marido com o trabalho fora do lar, pois se casavam com homens “preguiçosos” que não cumpriam a responsabilidade masculina de manutenção da casa. Apesar do modelo de família operária propalada pela fonte não dar conta das famílias de mães solteiras que predominaram na Bahia após desmonte da escravidão no século XIX e da implantação da República¹⁷⁹, a fonte indica pistas de que as elites de Feira de Santana também disputavam um projeto de civilidade que tinha como cerne principal a função da mulher na família e a depreciação das mulheres pobres por não conseguiram se adequar ao modelo.

Além desta fonte, encontrei também um adágio que imbricava a mulher ao casamento e estigmatizava as que não conseguiram alcançar essa finalidade na sociedade.

¹⁷⁸ MCS/UEFS. *O progresso*, 07 de fevereiro de 1901.

¹⁷⁹ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Quem Pariu Matheus que Balance. *Sitientibus*, Feira de Santana, n.18, p.117-126, 1998, p. 19-21.

Pensamentos

As mulheres: - opinião de um carteiro a respeito das mulheres:

- Uma mulher casada é uma carta que chegou ao seu destino.
- Uma mulher jovem e solteira é uma carta ainda não enviada.
- Uma mulher velha é uma carta esquecida na posta restante.¹⁸⁰

Infere-se desse adágio que o casamento formalizado pela igreja Católica representava a etapa mais importante na vida de uma mulher, e para alcançá-lo a jovem deveria se manter virgem e seguir outras normas sociais de comportamento (*não ser faladeira, rude, maliciosa, etc.*¹⁸¹) que eram frutos da dominação masculina que se constitui dentro das relações desiguais de gênero¹⁸². A mulher velha e solteira foi posta como um projeto de mulher que não deu certo porque não seguiu as etapas sociais destinadas ao seu gênero. O corpo da mulher é definido tanto pela concepção cristã como pela medicina ocidental através do ideal de reprodução. Dessa forma, o corpo velho da mulher perde sua suposta função social, a da maternidade.

Os valores atribuídos por Eurico Della Costa ao pai de Galdiana (Vicente Variato Ferreira de Medeiros) compartilhavam destes ideais, pois este último só conseguia enxergar duas possibilidades para as suas filhas, “*virgens ou casadas*”. Se fossem virgens seriam lidas socialmente como de “bons costumes” e poderiam almejar o casamento formalizado pela igreja Católica e a constituição de uma família nuclear, todavia, se fossem defloradas¹⁸³ e/ou mães solteiras seriam estigmatizadas por não seguirem a identidade de gênero¹⁸⁴ atribuída ao sujeito feminino.

O autor da memória selecionou o moralismo do avô em relação às filhas como um aspecto positivo de sua personalidade, porém, o mesmo avô foi apontado como um homem que constitui duas famílias, uma quando ainda residia na condição de liberto na fazenda Santo Antônio, nas proximidades do arraial de Tanquinho, e a outra com uma escrava da fazenda Jurubeba¹⁸⁵, nas proximidades do mesmo arraial. A moral cristã do pai de Galdiana se fazia

¹⁸⁰ MCS/UEFS. *O Progresso*, 04 de fevereiro de 1901.

¹⁸¹ Termos retirados do texto *A mulher*, disponível em: MCS/UEFS. *O Progresso*, 24 de fevereiro de 1901.

¹⁸² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

¹⁸³ O crime de defloramento no artigo 267 do código penal de 1890 foi descrito como o ato de deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude. SOARES, Oscar. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. 5ª ed., Rio de Janeiro: H. Garnier, 1920.

¹⁸⁴ Para Joan Scott, Gênero problematiza as categorias “homem” e “mulher”, sugerindo que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas construções subjetivas. A Identidade de gênero implica que o ser mulher ou o ser homem não é uma característica biológica e a-histórica, é relacional e depende de contextualização, pois está sempre em processo de mudança. Ver: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, V.16, n° 2, julho/dez., 1990, p.5-22.

¹⁸⁵ Sobre a fazenda Jurubeba ver FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2007, p. 22-23.

presente no que diz respeito ao controle dos corpos de suas filhas, mas era flexível quando se referia ao seu próprio comportamento. Eurico Presbítero Della Costa valorizou o moralismo do avô em relação às filhas porque comungava das mesmas hierarquias de gênero.

Galdiana Ferreira de Medeiros não correspondeu a esse modelo de mulher idealizado pelos periódicos de circulação local¹⁸⁶ e pelo seu pai, era pobre, negra, deflorada e futuramente mãe solteira. As marcas raciais e de gênero que pesavam sobre ela dificultaram ainda mais a sua sobrevivência e foram estas marcas que possibilitaram entender as relações de apadrinhamento em Feira de Santana.

Eurico Della Costa relatou que Galdiana e Ana, após serem expulsas da residência do pai, foram morar com uma senhora que pertencia à mesma condição social delas e as ajudou até o nascimento das crianças. Na mesma época, Galdiana trabalhava como doméstica no distrito de Tanquinho para uma professora que se prontificou “[...] a ser madrinha da criança e assim assumiu a responsabilidade com relação à gravidez, ao enxoval, parto e o nome da criança”¹⁸⁷. Este relato revela que Galdiana, apesar de ter patroa, compartilhava as suas necessidades com uma mulher de sua condição social, demonstrando desse modo que as limitações atravessavam as relações de apadrinhamento com os patrões¹⁸⁸.

Sandra Lauderdale Graham, ao estudar as relações entre criados e patrões no Rio de Janeiro, entre 1860 a 1910, retratou que “[...] uma criada, fosse livre fosse escrava, não vivia como pessoas independentes, mas como membro do lar, sujeito a autoridade do senhor e objeto implícito de sua proteção”¹⁸⁹. Além disso, a mesma autora ressaltou que o trabalho conferia lugar respeitável às criadas na sociedade, pois significava que tinham vínculos de dependência com os patrões e estes laços às colocavam juntamente com os outros trabalhadores pobres num campo de privilégios quando comparados com os vagabundos, prostitutas e pessoas doentes¹⁹⁰. Esta interpretação é válida para problematizar as relações de apadrinhamento (ou na perceptiva de Graham, “proteção”) entre Galdiana e as suas patroas, tendo em vista que ela precisou da “proteção” patronal para garantir o próprio sustento e o status de trabalhadora, em Feira de Santana e no arraial de Tanquinho, evidenciado na narrativa do seu filho.

¹⁸⁶ *O Município, O Gazeta do Povo, O Progresso e A Folha do Norte.*

¹⁸⁷ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 25.

¹⁸⁸ Sobre as criadas manterem relações com outros pobres para ter segurança, ver: GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 77.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 24.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 76.

Eurico Dela Costa, ao destacar as relações de apadrinhamento que a mãe manteve com as patroas, silenciou a relação dela com os patrões. Eles foram mencionados apenas como esposos das patroas, indivíduos não responsáveis pela vigilância das criadas e nem pela organização das atividades domésticas. A convivência dela com os patrões, certamente estava restrita aos momentos em que colocava o café, almoço, jantar e outras refeições. Na minha monografia de graduação, discuti que a ausência dos patrões no desenrolar dos autos envolvendo conflitos entre doméstica/patroa e doméstica/doméstica estava relacionada às atribuições de gênero que limitavam as patroas como responsáveis pelos criados e pelos conflitos de âmbito doméstico, com exceção dos processos de estupro e defloramento, envolvendo domésticas e patrões, que os colocavam na condição de réus¹⁹¹.

Assim, quando havia conflito entre empregada e patrão, este quase sempre era de ordem sexual¹⁹². Porém, no processo de lesão corporal da criança doméstica Honorata¹⁹³, o esposo da patroa foi citado nos depoimentos das testemunhas de acusação por ter ameaçado vizinhos que supostamente ouviram os gritos de alguém pedindo socorro. Por isso, os vizinhos utilizaram uma escada para observar o quintal do Senhor Macedo e viram Dona Lidia Victoria de Macedo e suas filhas castigarem a dita criança. O senhor Macedo, apesar de defender que as acusações contra a sua esposa estavam pautadas em um exame de corpo de delito duvidoso e nos conflitos de cunho político que envolvia a sua família em Feira de Santana, não foi acusado por omissão e não teve que responder sobre a sua relação com a vítima. Já no processo de homicídio de Maria Theodora de Jesus, de 17 anos, parda, solteira, empregada doméstica, analfabeta, filha natural de Jesuino de Tal, natural da cidade Bonfim e residente em Feira de Santana, a patroa não era ré, mas teve que explicar para os atores jurídicos se não era conivente com os maus tratos que resultaram na morte de sua doméstica¹⁹⁴.

Do cruzamento desses documentos, infere-se que as questões de gênero direcionavam os autos, pois no processo de homicídio da doméstica Maria Thedora¹⁹⁵, o esposo da patroa não foi chamado para prestar depoimento pelo fato da justiça entender que os conflitos envolvendo domésticas menores e residentes com os patrões era responsabilidade da patroa e

¹⁹¹ SANTANA, Keilane Souza. **Empregadas domésticas e seus patrões em Feira de Santana 1900-1930**. Monografia, UEFS, Feira de Santana, 2011, p. 21.

¹⁹² GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 64.

¹⁹³ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1900. E. 02, Cx. 34, Doc. 580.

¹⁹⁴ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1900. E. 02, Cx. 34, Doc. 580.

¹⁹⁵ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1914- 1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237.

apenas ela poderia ser acusada por omissão ao deixar uma doméstica espancar a outra. Sendo assim, a Justiça Pública e a sociedade liam que os conflitos de âmbito privado, envolvendo domésticas e patroas, não recaiam penalidades sobre os homens.

Nesta perspectiva, o periódico *O progresso* trouxe textos que instituía a função da mulher na família burguesa e atribuía a ela responsabilidades com o lar, criadas e filhos:

A Missão da mulher na família

A felicidade doméstica depende quase exclusivamente da mulher, a quem está confiado o governo deste reino interior. Nenhum bem, diz Fenelon pode se fazer na casa sem a mulher. Assim a consideram também os antigos. A mulher deve ter a ciência doméstica e bom senso. Ela não deve fiar-se senão em si pelo que respeito a vigilância. Deve passar a revistar as pessoas e as coisas, do mesmo modo que um general passa em revista a suas tropas. É preciso, portanto, que ela tenha em alto grau o espírito de ordem e de bom gosto. Como rainha, ela deve reaprender e louvar, para criar entre os que governa, o estímulo, a virtude, ativar a todos com o seu exemplo. Como mãe, oh! Como mãe, ela deve ter um grande cuidado na educação dos seus filhos, moral, religiosa e civil: da saúde de cada um. **Uma mãe deve ser incansável no cuidado de seus filhos; não deve ser preguiçosa, nem roubar o tempo em visitas e passeios inúteis deixando seus filhos em companhia de criadas e de pessoas suspeitas.** A casa é uma escola, e a mãe de família é uma mestra, não deve ficar-se somente nos professores, eduque, aconselhe o ensino. A casa é um templo, e a mãe é uma sacerdotisa; e os primeiros sentimentos de religião, de temor de Deus, de caridade ao próximo, de amor filial, ela deve inspirar os seus filhos. Ela deve ensinar lhe a doutrina todas as tardes e habituá-los a recitá-los as orações da noite e da manhã. A mãe que não cumpre fielmente a sua missão, não é digna desse nome, é um trambolho em casa, um perigo para a sociedade. O tempo é pouco para que possam cumprir rigorosamente os seus deveres: por isso somos contra o sistema moderno, que introduz a mulher em todos os negócios públicos. Uma boa mãe de família deve ser fiel ao seu marido, santa, humilde, e para exemplo dos filhos, estar sempre em harmonia com o chefe do lar doméstico. – que prudência, que atividade não lhe são necessárias? Uma mãe, que manda sua filha a uma taverna a expõe a toda a sorte de perigos. Que responsabilidade assume a mãe que assim procede, ela é o algoz de sua filha.¹⁹⁶

O periódico buscou definir os papéis sociais das mulheres e dos homens na família e se posicionou contra a inserção feminina nos espaços públicos. Para o *Progresso*, as patroas deveriam se dedicar as atividades do lar e educar seus filhos para servir aos interesses econômicos, sociais e de gênero da República. As criadas aparecem como um perigo para a educação das filhas dos patrões porque raramente seguiam a identidade de submissão atribuída ao sujeito feminino. As patroas que também se recusassem a seguir este modelo eram definidas como algozes das suas filhas. A intersecção deste discurso com o silêncio de

¹⁹⁶MCS/UEFS. *O Progresso*, 02 de março de 1901. Caligrafia atualizada. [Grifos pessoais].

Eurico Della Costa sobre os padrões de Galdiana corrobora o argumento de que a convivência das domésticas era muito maior com as patroas do que com eles.

O adágio “Ter Padrinho é bom, não precisar de padrinho é melhor”¹⁹⁷ denota que os populares tinham consciência de que não precisar de padrinho significava ter status e influência para ter as coisas, ou seja, ter autonomia para não ficar devendo nada a ninguém. Galdiana não teve essa autonomia ao logo da sua trajetória de vida, pois precisou residir como doméstica na casa dos seus padrinhos e ao ter filhos, teve que recorrer às relações de apadrinhamento com as patroas para angariar o sustento da sua prole.

Estas relações de compadrio podem ser percebidas também nos momentos de conflito. Por exemplo, um processo crime que foi iniciado como lesão corporal e passou a ser julgado como homicídio¹⁹⁸ porque a vítima faleceu no desenrolar dos autos, descreve o seguinte conflito: Maria Theodora de Jesus, de 17 anos, parda, solteira, empregada doméstica, analfabeta, filha natural de Jesuino de Tal, natural da cidade Bonfim e residente em Feira de Santana, chegou no dia 14 de junho de 1914 ao hospital da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana com inúmeros ferimentos pelo corpo, fato que levou o delegado de polícia a instaurar o inquérito para apurar os fatos e penalizar os possíveis culpados.

A menor relatou que morava há 10 anos em Feira de Santana e que nos dois últimos residia na casa da sua patroa, Dona Iria Costa Amélia de Azevedo. Segundo ela, Quixaba (outra empregada doméstica de Dona Iria) foi a responsável por seus ferimentos:

Delegado: perguntado como se deu o fato de que se queixa?

Maria Theodora: Respondeu que no dia treze do corrente a noite vinte horas mais ou menos, Dona Iria Amélia da Costa lhe pediu uma saia e indo tomar a dita saia na mãe de Elisa de tal, vulgo Quixaba, esta zangou se por ter eu ocupado e [...] me deu uma grande bofetada que caí em um dos degraus de uma escada de cimento, resultando o ferimento na testa e cicatrizes em diversas partes do corpo.

Delegado: perguntado se Elisa de tal vulgo Quixaba lhe maltratava anteriormente a este facto?

Maria Theodora: respondeu que Quixaba lhe maltratava com pancadas.

Delegado: perguntado se Dona Iria levava a mal o procedimento de Quixaba?

Maria Theodora: respondeu que Dona Iria repreendeu a severamente.

Delegado: perguntado se na ocasião que Quixaba lhe maltratava se Dona Iria Costa lhe dava razão?

Maria Theodora: respondeu que não, estando sempre ao lado de Quixaba.¹⁹⁹

¹⁹⁷ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 17 de janeiro de 1931.

¹⁹⁸ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1914-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237.

¹⁹⁹ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1914-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237.

No início do processo, 24 de junho de 1914, Iria Amália Costa de Azevedo, de 56 anos, casada, alfabetizada, natural e residente em Feira de Santana, prestou depoimento e afirmou que Quixaba vivia em harmonia com a vítima e por conta disso não era a responsável pelas pelos ferimentos em seu corpo. Ainda segundo seu depoimento, Maria Theodora estava doente e por medo de que fosse uma doença contagiosa a internou no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana, até porque também estava com um neto adoecido e não poderia cuidar dos dois.

A ré chamava-se Elisa do Espírito Santo, vulgo Quixaba, de 17 anos, solteira, empregada doméstica, alfabetizada, filha de Firmino do Espírito Santo, natural e residente em Feira de Santana. De acordo com depoimento prestado por ela em dezembro de 1914:

[...] em um dia do mês de junho, do corrente anno a falecida tendo sua madrinha Iria, digo tendo sua madrinha Iria Costa mandando buscar uma saia na despensa esta lhe pedira que em eu seu lugar fosse ver a dita saia, e que não querendo a respondente ir ver a saia a falecida zangara-se e dera um empurrão indo a final a despensa em cumprimento do ao mandado da madrinha della respondente.²⁰⁰

Neste primeiro depoimento, Quixaba anunciou que Dona Iria Costa de Azevedo era a sua madrinha e patroa, porém, no depoimento que prestou em 1915 não fez esta referência, apenas apontou que vivia dos serviços domésticos na casa de Dona Iria. A patroa, provavelmente, orientou Quixaba a não declarar que era sua afilhada, porque a exposição desta relação poderia comprometer a sua representação de senhora bondosa e protetora de órfãos em Feira de Santana²⁰¹ e, com isso, a dinâmica das vendas no seu estabelecimento comercial fosse afetada.

Como a sede do município de Feira de Santana tinha uma média de 12.012 habitantes²⁰², talvez a morte de Maria Theodora, ocasionada por maus tratos, tenha repercutido entre os moradores da urbe feirense que o associavam à omissão da patroa, incentivando o delegado de polícia perguntar a vítima “[...] se na ocasião em que Quixaba lhe maltratava se Dona Iria Costa lhe dava razão? Respondeu que não, estando sempre ao lado de Quixaba²⁰³”. A patroa teve que depor na condição de suspeita e as testemunhas tiveram que responder no inquérito e no sumário sobre o tratamento que ela dispensava a Maria Theodora.

²⁰⁰ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1914-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237.

²⁰¹ Das 10 testemunhas que foram convocadas para depor no inquérito e posteriormente no sumário, sete tinham vínculos de amizade ou trabalho com Dona Iria Costa e apontaram que era conhecida como uma senhora bondosa e protetora de órfãos.

²⁰² IBGE. População Recenseada, em 01 de setembro de 1920, Bahia, Vol. 4, Parte 5, Tomo1.

²⁰³ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos- crimes, 1914-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237.

Em 1915, o nome de Quixaba foi lançado no rol dos culpados e a prisão aconteceu em 1924. A patroa não foi penalizada por omissão por falta de provas que a incriminasse e pela sua condição social, era comerciante, dispunha de posses para arcar com os honorários de um advogado e exercia relações filantrópicas (senhora bondosa e protetora de órfãos) na cidade. Com a prisão da ré, a patroa, possivelmente, se afastou dela e rompeu as relações de apadrinhamento porque Quixaba não poderia efetivar os serviços domésticos em sua residência.

As relações de apadrinhamento entre Galdiana e as patroas também eram dinâmicas e estavam sujeitas a rupturas, pois necessitavam do vínculo de trabalho doméstico e as patroas também poderiam mudar de município. Sobre isto, Eurico Presbítero Della Costa apontou que no ano 1905, Galdiana migrou de Tanquinho para Feira de Santana porque a sua patroa foi residir em Salvador:

[...] Esse acontecimento deixou Galdiana sem emprego e Galdiana deixa Tanquinho pela primeira vez. É que uma senhora de Tanquinho que residia em Feira de Santana a aconselhou a partir com ela rumo à Feira de Santana à procura de emprego. Essa senhora chamava-se D. Matilde e residia em Feira, na Rua do Canto Escuro perto do antigo Matadouro, bem em frente do Campo do Gado, nos tempos das frondosas gameleiras. Matilde animava a partir para Feira dizendo que não lhe faltaria nada, nem a ela nem à criança. Dizia que em Feira tinha uma milionária, filha do Coronel Agostinho Froz da Mota à procura de uma empregada como Galdiana, que soubesse fazer de tudo e que tinha certeza de que ela era a pessoa certa para o lugar certo....²⁰⁴

Segundo a fonte, Galdiana Ferreira de Medeiros foi incentivada por uma amiga a migrar do distrito de Tanquinho, onde residia com um filho, para Feira de Santana com a promessa de que a mudança possibilitaria a conquista da sobrevivência. O fragmento também indica como as relações de amizade eram importantes para os processos migratórios envolvendo mulheres e homens pobres²⁰⁵.

De acordo com Karine Damasceno e Mayra Plácido, os processos crimes informam que as principais fontes de emprego das mulheres pobres no município de Feira de Santana, durante passagem do século XIX para o XX, eram a agricultura e depois o trabalho doméstico.²⁰⁶ Galdiana, antes de migrar para Feira de Santana, residia no arraial de

²⁰⁴ COSTA, Eurico Presbítero Della, **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**, 1983, p. 25.

²⁰⁵ SANTANA, Keilane Souza. **Empregadas domésticas e seus patrões em Feira de Santana 1900-1930**. Monografia, UEFS, Feira de Santana, 2011, p. 23.

²⁰⁶ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2011, p.09; SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado. UEFS, Feira de Santana, 2012, p. 18.

Tanquinho, onde predominavam as atividades econômicas vinculadas à criação de gado, a plantação de fumo e a agricultura de subsistência²⁰⁷.

Galdiana migrou para a sede do município porque não tinha posses no arraial de Tanquinho, precisava garantir o sustento do filho e existia a expectativa de angariar uma vida melhor, mesmo que morando com os patrões. Walter Fraga Filho, ao estudar migrações e itinerários de ex-escravos e de seus descendentes no Recôncavo baiano após a abolição da escravidão, explicou que os libertos emergentes do cativo com a posse de terras, outros bens e alguns direitos poderiam ficar na localidade onde foram cativos, já os libertos sem bens eram encorajados a migrarem para outras localidades. Ainda de acordo com o autor, as mulheres em idade mais avançada, com filhos e familiares idosos tinham possibilidades restritas de migrarem. Enquanto os libertos do sexo masculino, mesmo que tivessem vinculados às suas famílias e com possibilidades de cultivar pequenas parcelas de terras, desfrutavam de maior liberdade para tentarem a vida em localidades distantes²⁰⁸.

Mayara Pláscido Silva, ao estudar as experiências de trabalhadores rurais do município de Feira de Santana durante o pós-abolição, apontou que estes trabalhadores tinham poucos animais e se dedicavam majoritariamente a agricultura de subsistência que poderia ser comercializada na feira semanal no centro da cidade. Ainda segunda a autora, o trânsito dos moradores dos distritos para a sede do município ocorria a pé ou com o auxílio de animais.²⁰⁹ Eurico Della Costa não deixou vestígios sobre a atuação de Galdiana na agricultura de subsistência quando residiu no distrito de Tanquinho. Possivelmente ela pouco se dedicou a este setor, pois foi inserida nos serviços domésticos periódicos quando tinha apenas 06 anos de idade²¹⁰ e, em 1905, com 28 anos, migrou para Feira de Santana visando trabalhar nos serviços domésticos de forma periódica.

O trajeto de Galdiana, do seu filho e de Dona Matilde até Feira de Santana foi feito a pé, e segundo Eurico Della Costa, “partiu numa madrugada, às cinco horas da manhã, partiram rumo à Feira de Santana. Chegaram no domingo à noite, por volta da sete horas.”²¹¹ Certamente, vieram pela estrada de boiada e tropas, passado pelo distrito de São José. De acordo com Luiz Cleber Moraes Freire, esta estrada era utilizada pelos tropeiros e boiadeiros que vinham do sertão do Piauí e de São Francisco em direção ao litoral e faziam paradas após

²⁰⁷ FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888.** Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2007, p. 61.

²⁰⁸ FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, itinerários e esperanças no recôncavo baiano após a abolição”. In: **Cadernos AEL: trabalhadores, leis e direitos.** UNICAMP/IFCH/AEL, Campinas, n. 26, vol. 14, 2009, p. 97- 98.

²⁰⁹ SILVA, Mayara Pláscido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930).** Dissertação de Mestrado. UEFS, Feira de Santana, 2012, p. 111-114.

²¹⁰ COSTA, Eurico Presbítero Della, **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**, 1983, p. 23.

²¹¹ *Ibidem*, p. 26.

cada 12 horas de viagem para descansar e alimentar o gado. Ainda segundo o autor, os boiadeiros e tropeiros faziam uma parada no minadouro que ficava no arraial de Tanquinho, seguiam viagem para São José das Itapororocas, onde faziam outra parada, e depois seguiam para Feira de Santana²¹².

Tendo em vista estes dados, imagino que Galdiana e a sua amiga gastaram uma média de 12 horas para chegar ao distrito de São José das Itapororocas, fizeram uma parada lá para se abastecerem com água, alimentos, descansarem e depois seguiram para o destino. Animais como cavalos e burros não as auxiliaram na viagem porque Galdiana veio para permanecer e, por isso, não teria como tomar emprestado de algum conhecido²¹³.

Estando em Feira de Santana, Dona Matilde apesentou a residência de Albertina de Almeida Motta (filha mais velha do coronel Agostinho Fróes da Motta) à Galdiana e a incentivou a ir pedir o emprego doméstico que garantiria a sua sobrevivência e a permanência na cidade em questão. Ao pedir o emprego, Galdiana afirmou ter as habilidades domésticas exigidas por Albertina, mas não informou sobre a existência de um filho e da pretensão de leva-lo para residir com ela no emprego:

Galdiana foi à residência da moça. Apareceu uma menina para atendê-la e logo foi avisar à patroa que tinha uma mulher querendo emprego. D. Albertina não tardou em aparecer. Perguntou-lhe de onde vinha e se sabia cozinhar, lavar, engomar, fazer doce, arrumar a cama, servir mesa e efetuar compras. As respostas a todas aquelas perguntas se resumiram em: “Tanquinho sei sim.” Então combinaram que Galdiana começaria no dia seguinte às dez horas da manhã. Quando Galdiana voltou à casa da amiga esta lhe perguntou se havia sido bem sucedida. “Vou começar amanhã” – disse Galdiana e todos se riram a valer.²¹⁴

Na segunda-feira, precisamente às dez horas em ponto, Galdiana estava na residência da milionária. Foi recebida e introduzida no recinto da mansão pela mesma mocinha que a havia atendido no dia anterior. Ali aguardam a chegada de D. Albertina, na área de serviço. Galdiana estava com um filho nos braços quando a patroa apareceu. Surpresa, Dona Albertina não fez cerimônias. Minha filha, se você tivesse dito que tinha um filho eu teria recusando contratá-la. Não precisa dizer nada – atalhou D. Albertina – Deixemos assim. Sua capacidade é que vai garantir a sua permanência neste emprego.... – E pareceu ignorar, por instantes ignorar a real situação de Galdiana.

Eu não tenho filhos apenas meu marido, o Sr. Barreto. Esta menina vai lhe ajudar nos serviços leves da casa. Eu estou de pé sempre às onze horas da manhã e o café tem que estar pronto a minha espera. O café do senhor

²¹² FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888.** Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2007, p. 36.

²¹³ Mayara Plácido Silva apontou que era comum nos distritos o empréstimo de animais para a realização de viagens à cidade de Feira de Santana. Ver: SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930).** Dissertação de Mestrado. UEFS, Feira de Santana, 2012, p.114.

²¹⁴ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho,** 1983, p. 26.

Barreto é servido as sete da manhã e o almoço as duas em ponto. Às seis, o chá; às oito o jantar.. Na minha ausência você é a responsável por tudo que possa acontecer nesta casa, entendeu bem?²¹⁵

A fonte, inicialmente, indica as táticas de Galdiana para conseguir o emprego doméstico, só deixando a patroa saber que tinha um filho depois de apresentar suas habilidades domésticas e firmar um acordo com ela de que ficaria no emprego. Apesar de Eurico Della Costa ter representado Albertina de Almeida Motta de forma passiva em relação a esse fato, imagino que tenha relevado a tática de Galdiana para exercitar a caridade católica que predominava no período e era uma marca favorável à imagem da família Fróes da Motta em Feira de Santana²¹⁶.

Segundo Wagner Alves Reis, a família Fróes da Motta surgiu em Feira de Santana em 1875, e teria conquistado riquezas e prestígio social, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, por conta do comércio de fumo. De acordo com ele, Agostinho Fróes da Motta representou a ascensão de um homem de cor e de origem pobre, casou-se com Maximiana de Almeida em 1975 e desta relação conjugal, que durou 43 anos, nasceram seis filhos, Albertina, Arthur, Augusto, Amália, Eduardo e Adalgisa.²¹⁷ Das relações familiares que o autor analisou, me deterei basicamente nas considerações que fez sobre Albertina de Almeida Motta, filha mais velha do Coronel, isto porque foi patroa de Galdiana, entre 1905 a 1920, e batizou o terceiro filho dela, Eurico Presbitério Della Costa²¹⁸.

Ainda segundo a fonte, Albertina de Almeida Motta ao “contratar” Galdiana se preocupou apenas em perguntar a origem e as habilidades domésticas dela, “de onde vinha, e sabia cozinhar, lavar, engomar, fazer doces, arrumar cama, servir mesa e efetuar compras²¹⁹”. Por conta das limitações que a documentação impõe não tenho como saber se buscou referências sobre Galdiana com amigos ou conhecidos residentes no arraial de Tanquinho²²⁰. No entanto, imagino que a patroa, apesar de pertencer a uma das famílias mais abastadas de Feira de Santana, “negligenciou” os critérios morais para empregar Galdiana por ser quase impossível encontrar empregadas domésticas que correspondessem ao modelo hegemônico

²¹⁵ Ibidem, p. 26.

²¹⁶ Sobre a prática de caridade realizada pelo coronel Agostinho Fróes da Motta, ver: REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922)**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012, p. 77-79.

²¹⁷ Ibidem, p. 52.

²¹⁸ COSTA, Eurico Presbítero Della, **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**, 1983, p. 26 e 27. O registro de batismo de Eurico não foi localizado no Arcebispado de Feira de Santana, uma vez que, o livro de batismo de Feira de Santana, referentes ao ano de 1913, tem apenas os registros de janeiro a março.

²¹⁹ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**, 1983, p. 26.

²²⁰ No processo de lesão corporal, envolvendo o filho de mais velho de Galdiana, Tanquinho é posto ainda como arraial. In: CEDOC: CEDOC, E4, CX94, DOC119/ 1923-1924.

propalado nos jornais²²¹. Além disso, a própria Albertina de Almeida Motta destoava deste modelo, pois se casou com Antonio Alves Barreto em 1895 e, em 1913, ele abandonou o lar conjugal e ela passou a viver com a pensão que seu pai lhe dava. Não teve filhos e depois se desquitou em uma época que a sociedade não aceitava²²². Outro aspecto importante a considerar é o fato que Albertina era mestiça, conforme a fotografia abaixo²²³. Este fato já a colocava em uma situação de possível rejeição na sociedade, embora pertencesse a classe privilegiada.

Imagem 04- Albertina de Almeida Motta



Fonte: Arquivo pessoal José Motta.

Na fonte em questão, Albertina explicou para Galdiana que não tinha filhos, apenas o marido que se chamava Senhor Barreto e tomava café da manhã as sete e ela as onze. Este é

²²¹ MCS/UEFS. *O Progresso*, 02 de março de 1901.

²²² A respeito do processo de desquite de Albertina de Almeida Motta, ver: REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922). Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012, p. 60.

²²³ A fotografia foi disponibilizada por José Motta, neto do Coronel Agostinho Fróes da Motta e sobrinho de Albertina.

um dos poucos momentos em que a memória fez referência ao esposo de Albertina²²⁴, provavelmente porque trabalhava fora de casa e convivia pouco com as empregadas domésticas. Sendo assim, a análise da documentação também permite apontar que Albertina não precisou da autorização do Senhor Barreto para empregar Galdiana com um filho de aproximadamente dois anos, já que a casa era sua responsabilidade e a sua família seguia uma organização social em que apenas o marido exercia atividades remuneradas fora de casa e a esposa cuidava do lar.

Apesar das patroas não necessitarem da autorização dos maridos para empregar domésticas, pois o sucesso ou fracasso do lar recaiam apenas sobre elas²²⁵, os jornais propagaram ensinamentos alertando sobre as precauções que as patroas deveriam ter: “Pensamentos: A mãe de família deve ser previdente como a formiga, que ajunta de verão para o inverno; mas não deve ser como a formiga acarretadeira de tudo quanto há para a sua casa”.²²⁶ Esta fonte permite vislumbrar que os editores instruíam as patroas, residentes no município de Feira de Santana, a exigir das suas domésticas condutas morais e religiosas condicentes com os padrões hegemônicos da época, portanto, era obrigação das patroas impedir a corrupção do lar conduzindo filhos e domésticas com disciplina e vigília. Caso não seguissem estes ditamos eram classificadas como fomentadoras do perigo que degenerava a família burguesa e os ideais de civilidade da República.

Nesta perspectiva, *O Progresso* e *A Folha do Norte* propagaram piadas que tinham como foco as domésticas e as patroas. Ambas, apesar de pertencerem a grupos econômicos diferentes, apareceram nestas fontes como as que poderiam degenerar os ideais masculinos de civilidade. Alberto Heráclito Ferreira Filho, ao estudar as ocupações de mulheres negras, brancas e mulatas pobres em Salvador, entre 1890 a 1940, destacou que “[...] Eram comuns, na belle époque²²⁷, charges ou músicas que satirizavam a empregada que reivindicava, assumindo desse modo, ares de patroa²²⁸”. As hilaridades que circulavam pelos periódicos de Feira de Santana também ridicularizavam as patroas que davam intimidade as domésticas permitindo o questionamento das relações de subordinação. Sendo assim, a coluna social *Um Pouco de Tudo* do periódico *A Folha do Norte* relatou:

²²⁴ Galdiana Ferreira de Medeiros começou a trabalhar na residência de Albertina de Almeida Motta em 1905, e o senhor Barreto só deixou o lar conjugal em 1913, portanto, a convivência de Galdiana com o patrão se estendeu por aproximadamente 08 anos.

²²⁵ MCS/UEFS. *O Progresso*, 02 de março de 1901.

²²⁶ MCS/UEFS. *O Progresso*, 02 de março de 1901.

²²⁷ O termo é utilizado pelo autor para se referir a Primeira República no Brasil e aos projetos de modernização urbana e higienização dos costumes que foram engendrados em Salvador no período de 1890 a 1940.

²²⁸ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza em Salvador, 1890- 1940. Salvador: CEB, 2003, p. 54.

Ama e Criada

-Decididamente, Marfa, não posso tolerar teu comportamento. De oito em oito dias tens um primo novo na cozinha.

- Vou explicar lhe. A senhora sabe que aqui se come muito mal; por isso os pobres rapazes não querem demorar-se mais de uma semana.²²⁹

A fonte caçoa da patroa destacando que se come mal na sua residência e não tem autoridade para decidir quem frequenta a própria cozinha. Ao apresentar a criada como folgada deixa aparecer a visão dela sobre a residência dos patrões, indicando que as empregadas domésticas não queriam ter patroas que regulassem a alimentação, proibindo o acesso dos seus familiares a cozinha. Em verdade, o jornal deseja frisar a importância de a patroa manter a empregada em uma relação de subordinação e de se valer de estratégias para evitar o furto de alimentos²³⁰. A piada também sugere que os familiares das domésticas estavam mais vulneráveis a escassez de trabalho caso fossem do gênero masculino e atuassem exclusivamente em serviços urbanos como padaria, sapataria, marcenaria, etc., e que as domésticas se sentiam motivadas a ajuda-los com a concessão de alimentos na residência dos patrões.

As secas, a carestia de alimentos e a maior vulnerabilidade dos populares do gênero masculino a escassez de emprego eram fatores externos a casa que influenciavam domésticas/patroas e precisavam ser negociados para manter as relações de trabalho. Sendo assim, as criadas careciam conhecer as estratégias dos patrões (controle da alimentação, limitar o acesso de quem frequenta a cozinha) para criar táticas que garantissem a sobrevivência delas e de seus familiares, como por exemplo, o furto de alimentos na cozinha deles²³¹ e a difamação das patroas que fossem rígidas e mantivessem uma vigilância acirrada.

Outra piada naturalizou o lugar de servidão da empregada doméstica e chacoteou a criada de quarto que comparou a patroa com a irmã que não deu certo. Para a hilaridade, esse tipo de relação é destoante, uma vez que, não teria como a patroa ser parecida com a irmã de

²²⁹ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 07 de janeiro de 1931.

²³⁰ Alberto Heráclito Ferreira Filho ao estudar sobre as “crias de dentro de casa” apontou que os patrões de Salvador preferiam as cozinheiras que dormissem no emprego para evitar que furtassem a comida. Ver FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890- 1940. CEB, 2003, p. 52.

²³¹ Sobre o furto de alimentos na cozinha das patroas e as estratégias delas para manter o controle sobre as empregadas domésticas, ver FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890- 1940. CEB, 2003, p. 77. E SANCHES, Maria Aparecida. **Fogões, pratos e panela:** poderes, práticas e relações de trabalho doméstico Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1999, p.52-66.

uma doméstica por pertencerem a grupos sociais diferentes. O riso se consagra na ausência de discernimento da criada.

Hilaridades

Os nossos excelentes servos.

Casimira a nova criada de quarto, a sua ama:

- Assim que eu vi a senhora, senti logo que havia de ser muito afeiçãoada.

-Ah! E por que motivo?

-É que a senhora é o retrato vivo de uma das minhas manas...que deu em droga.²³²

O adágio seguinte riu da cozinheira que foi assediada pelo patrão, estabeleceu a postura da patroa para penaliza-la e anulou a reponsabilidade do homem.

Hilaridades

– Ó mamãe, o que é um anjo?

– Anjos são uns meninos bonitinhos e muito bons, que tem azas e voam.

– Mas a nossa cozinheira não tem azas e o papai ontem estava a chama-la de anjo. A Lucrecia também voa?

A mamãe muito nervosa responde-lhe:

-Voa, sim. Voa... Amanhã pela manhan, tu verás como ela vai voando pela porta fóra.²³³

De acordo com essa piada, a suposta cozinheira Lucrecia perderia o emprego doméstico por ter sido assediada pelo patrão, e conseqüentemente, ter ameaçado a estabilidade do lar da patroa. Na lógica do *Progresso*, as domésticas poderiam ser amantes em potencial e, por isso, corromper a família burguesa. O patrão, apesar de ter sido o autor do assédio, não sofreu penalidades porque as hierarquias de gênero lhes garantiam privilégios e ressalvas. A patroa caberia penalizar a outra mulher que tivesse atrelada a uma relação de trabalho e não questionar as desigualdades de gênero.

As patroas, apesar de exercerem relações de poder sobre as domésticas, deveriam estar submetidas ao poder dos maridos e caso questionassem essas relações apareciam como elemento de riso nas piadas. Nesta perspectiva, *O Progresso* propagou o adágio “as duas coisas mais difficultosas do mundo são entender as mulheres e aturar os criados”²³⁴. Na visão masculina, as mulheres de elite eram complicadas porque poderiam recusar algumas atribuições de gênero e ofender verbalmente e/ou fisicamente os homens²³⁵, as criadas eram

²³² MCS/UEFS. *O Progresso*, 27 de fevereiro de 1901.

²³³ MCS/UEFS. *O Progresso*, 20 de janeiro de 1901.

²³⁴ MCS/UEFS. *O Progresso*, 01 de setembro de 1901.

²³⁵ No processo de Desquite movido por Albertina de Almeida Motta, em 1919, o seu esposo (Antonio Alves Barreto) destacou que se retirou do lar conjugal, em 1913, porque Albertina o agredia verbalmente e fisicamente.

difíceis de aturar porque poderiam aparecer grávidas, questionar o lugar de subalternidade ao denunciarem maus tratos e/ou abandonarem o lar dos patrões.

3.2. Galdiana Ferreira de Medeiros e Albertina de Almeida Motta: relações de apadrinhamento

Segundo o memorialista, Galdiana Ferreira de Madeiras trabalhou na residência de Albertina de Almeida Motta, entre 1905 a 1920. Durante este espaço de tempo teve mais dois filhos que passaram a residir com ela no referido emprego:

No fim do ano de 1909 dona Albertina Froz da Mota percebeu que sua empregada estava grávida e chamou-a em particular e pediu a confirmação. Ante a resposta afirmativa a patroa disse que quando estivesse perto do nascimento Galdiana deveria ir para a sua terra, para a casa de uma irmã e por lá ter a criança. É claro que a patroa se responsabilizaria em recebê-la de volta após o resguardo²³⁶.

Albertina de Almeida Motta, ao perceber que Galdiana estava grávida, determinou que no final da gestação retornasse para o arraial de Tanquinho, uma vez que não se responsabilizaria pelo parto e resguardo dela, mas a receberia após o nascimento da criança. Imagino que tenha permitido o retorno de Galdiana para a sua residência por conta dos laços de afetividade que foram construídos ao longo de quatro anos de trabalho e porque seria prejudicial para a imagem da família Froés da Motta o encargo de ter abandonado uma criada grávida. A preocupação com a representação de família caridosa, também apareceu no processo de homicídio da doméstica Maria Theodora, onde as testemunhas de defesa destacaram que a patroa era conhecida em Feira de Santana como senhora bondosa e protetora de órfãos. Dona Iria Costa de Azevedo aparentemente não tinha inimigos políticos, mas entendia que esse status a isentava do crime de omissão que a vítima, o delegado, o promotor e as testemunhas de acusação lhe atribuíam²³⁷. Tendo em vista este processo, acredito que os Froés da Motta também tinham essa preocupação com o prestígio social e entendiam que o abandono de uma criada grávida poderia ser utilizado para deprecia-los nas disputas políticas²³⁸.

REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922). Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012 p. 60.

²³⁶ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**, 1983, p. 26.

²³⁷ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processo-crimes, 1914/ 1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237.

²³⁸ Sobre os desafetos políticos do Coronel Agostinho Fróes da Motta, ver OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a princesa do sertão**: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937).

Durante o período em que Galdiana esteve em Tanquinho, o memorialista não deixou evidências sobre o destino que ela deu ao filho mais velho (na época com aproximadamente 10 anos), contudo outras fontes revelam que inclusive meninos poderiam ser empregados nos serviços domésticos para exercer a atividade de copeiro. No classificado propalado pelo periódico *O Município* apareceu que: “Cozinheira precisa-se de uma de conduta affiaçada, para casa de família; assim também um rapazinho para com alguma pratica de copeiro. Paga-se bem. Para informações N’esta typografia²³⁹”. Além desta fonte, encontrei um comunicado alusivo sobre um tutor que buscava um menor desaparecido em Feira de Santana:

Menor desaparecido

O abaixo assignado vem do alto da imprensa protestar contra quem tenha seduzido a deixar sua companhia o seu afilhado Ramiro, de côr parda, de 13 a 14 anos de idade, de pouco crescimento, que desde segunda-feira 7 do corrente não voltou a casa, levando vestido calça e paletor de algodão mesclado e sem camisa, pois que o mesmo vive em sua companhia há annos , por lhes ter sido entregue, na cidade de Minas do Rio de Contas, pela mãe do mesmo menor, sob condição de a qualquer tempo que não o quisesse entregar [...] o ali.

Pede, portanto, a quem souber onde para o referido menor, informa-lhe para usar de seus direitos de padrinho e tutor do mesmo.

Feira, 10 de novembro de 1892.²⁴⁰

Segundo o comunicado, o padrinho está reclamando contra quem ajudou o seu afilhado a fugir da sua residência e caracterizou o menor para que possam ajudá-lo. O padrinho ainda tentou sensibilizar informando que a mãe do menino lhe atribuiu à responsabilidade de criá-lo há vários anos e que apenas ele tinha autoridade para romper esta relação. Apesar de a documentação privilegiar o ponto de vista do tutor, percebe-se que o afilhado abandonou o lar do padrinho porque estava descontente com a relação de dependência e buscava a condução da sua vida longe da autoridade do tutor e dos trabalhos domésticos que possivelmente lhes eram atribuídos.

Eurico Della Costa também apontou indícios sobre a utilização de meninos nos serviços domésticos em Feira de Santana, ao relatar, por exemplo, que Galdiana, após romper a relação de trabalho com Albertina e retornar para Tanquinho, voltou, em 1924, para Feira de Santana onde seu filho trabalhou como doméstico:

Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2000, p. 63. SILVA, Aldo José Morais. **Natureza Sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana**. Elementos para o Estudo da Construção da Identidade Social no Interior da Bahia (1833-1937). Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2000, p. 165.

²³⁹ MCS/UEFS. *O Município*, 10 de abril de 1892.

²⁴⁰ MCS/UEFS. *Gazeta do Povo*, 10 de novembro de 1892.

[...]Arranjei um emprego doméstico na residência do coronel João Lúcio, avô de Geraldo Couhim e meu afazer naquela residência era dar recados, fazer compras e pegar o garoto Geraldo. Era uma criança pegando outra, pois ele tinha nove anos de idade e eu treze. Trabalhei dois meses, não gostei da experiência.²⁴¹

Ainda encontrei no processo crime de homicídio da doméstica menor Maria Theodora de Jesus, que foi analisado anteriormente, a menção há um menino/rapaz enjeitado que era criado por Dona Iria, juntamente com as outras empregadas menores que se tornaram ré e vítima deste processo. O menino enjeitado não foi chamado para prestar depoimento, mas, as testemunhas de defesa apontaram que era prática de Dona Iria “cria-los”, e de acordo com a narrativa do processo, emprega-los nos serviços domésticos da sua residência²⁴². Apesar da escassez de fontes que apontem para a execução de serviços domésticos pelo sexo masculino, Eurico Della Costa narrou com lamento o fato de ter exercido o trabalho do copeiro porque era uma atribuição majoritariamente feminina que depreciava as representações de gênero dele.

Lívia Gozzer Costa, ao analisar o cotidiano da infância pobre e abandonada de Feira de Santana, entre 1879 a 1945, ressaltou que na luta pela sobrevivência, as meninas pobres tinham mais vantagens do que meninos que tivessem na mesma condição social porque o trabalho doméstico desempenhado por elas era apreciado por famílias de classe média baixa.²⁴³ Apesar de concordar com o argumento da autora, aponto que os meninos também poderiam ser empregados nos serviços domésticos, porém, em menor escala e com atribuições mais restritas quando comparadas com as atividades domésticas desempenhadas pelas meninas.

Em 1912, Galdiana engravidou novamente, mas desta vez Albertina de Almeida Motta se responsabilizou por acolhê-la durante o resguardo e se comprometeu a batizar a criança:

[...] Entre o mês de agosto e o de setembro de 1912 D. Albertina chamou Galdiana em particular e lhe perguntou se estava grávida outra vez. Galdiana responde que sim e que já estava com as malas arrumadas para partir com destino a Tanquinho, para a casa da sua irmã Ana. Dona Albertina silenciou por alguns instantes e depois disse que ela não iria. Disse que aquela criança haveria de nascer naquela casa e que ela mesma seria a madrinha. Quis saber quem era o pai e Galdiana disse que ser o sr. Eleotério, de lá da fazenda dela. “Ah! Então é ele! – disse Dona Albertina. “Assim que esta criança nascer eu

²⁴¹ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**, 1983, p. 38.

²⁴² CEDOC. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1914-1924. E. 01, Cx12, Doc. 237.

²⁴³ COSTA, Lívia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013, p. 83-84.

o mandarei chamar para uma conversa séria!”– prosseguiu D. Albertina. “Este quarto que você ocupa é muito pequeno. Ficaré para os meninos. O quarto dos arreios é bastante espaçoso. Eu mando Pedro, o jardineiro, desocupá-lo e pintá-lo todo de branco para você. Mando mobilhar com uma cama de casal e puxar um bico de luz a carboreto...” – finalizou D. Albertina.²⁴⁴

Embora o memorialista tenha construído uma narrativa em que Albertina aceitou passivamente a segunda gravidez de Galdiana em sua residência, a fonte indica que ao investigar quem era o pai da criança e estabelecer a obrigatoriedade dele na assunção da paternidade, Albertina delimitou o seu papel como agente civilizatório no pós-abolição, utilizando-se da autoridade de classe para findar com o estigma de mãe solteira que recaía sobre Galdiana e prejudicava o projeto de civilização disputado pelas elites durante o regime republicano. Apesar dos esforços da patroa para que o seu empregado assumisse a paternidade, Galdiana criou o terceiro filho sem assistência paterna, demonstrando que as desigualdades de gênero que incidam sobre as mulheres e eram tensionadas por diferenças de raça/classe, dificilmente eram rompidas por ações pontuais.

A leitura da fonte inclusive aponta que a patroa ao decidir ser madrinha do filho de Galdiana sem levar em consideração a vontade dela, invocava a sua autoridade em relação às criadas e limitava que estavam submetidas às hierarquias de classe e as heranças da escravidão que as separavam em polos opostos. Albertina, apesar de não ser branca e da historiografia apontar que o seu pai era um homem de cor, descendente de escravos ou de libertos, a sua família ascendeu na segunda metade do XIX (especificamente 1878, quando o coronel abriu sua primeira firma) e tiveram escravos²⁴⁵. Galdiana nasceu livre, porém, seus pais foram escravos na fazenda Santo Antônio e não ascenderam socialmente nos últimos anos da escravidão e no após abolição²⁴⁶. Patroa e doméstica, apesar de terem antepassadas escravos e/ou libertos, estavam separadas por hierarquias de classe e por trajetórias familiares que possibilitaram a ascensão dos Fróes da Motta e a permanência de Galdiana e de seus descendentes na penúria.

O batizando além de significar autoridade da patroa em relação à criada, denotava que Galdiana estava sendo recompensada por ter se dedicando as atividades domésticas e por ter ouvido os descontentamentos da patroa que não pôde ter filhos e vivia em discórdia com o

²⁴⁴ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**, 1983, p. 26.

²⁴⁵ REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um “homem de cor”** em Feira de Santana (1856-1922). Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012, p.32-42.

²⁴⁶ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**, 1983, p. 11-23.

marido²⁴⁷. Para Galdiana, possivelmente significava a manutenção da sobrevivência e a concessão de prerrogativas que viriam acompanhadas de subordinação, tendo em vista que era pobre demais para seguir os ensinamentos do adágio “*ter padrinho é bom, não precisar é melhor ainda*”²⁴⁸ e seus filhos eram pequenos para que rompessem com a patroa que lhes fornecia moradia, alimentação, vestuário e instrução.

Eurico Della Costa selecionou o batizado dele como algo grandioso porque seria afilhado de um membro da família Fróes da Motta, uma das mais abastadas e influentes politicamente em Feira de Santana²⁴⁹. Apesar de ter sido uma “memória vivenciada por tabela”²⁵⁰, imagino que Galdiana traria outra sensibilidade para a relação de compadrio com a patroa, certamente, e a depender do contexto que narrasse²⁵¹, destacaria as tentativas de conquistar uma vida longe do seu domínio, como apareceu num relato de Eurico Della Costa sobre o pai da segundo filho de sua mãe:

[...] O pai de Aurelina era de Feira de Santana se chamava Manuel Pereira. Quando ainda se namoravam ele prometeu a Galdiana que a tiraria do emprego e que iriam viver juntos maritalmente, o que não aconteceu. Quando ele percebeu que sua amada estava grávida, desapareceu. Um belo dia Galdiana fazia compras no Mercado Municipal de Feira de Santana, quando deu de encontro com Manuel Pereira. O homem ficou sem ação e não tendo o que dizer se limitou a perguntar se a criança já tinha nascido... Não me lembro o que Galdiana lhe respondeu, mas como já se passavam mais de dois anos da última vez que o havia visto, não cabia aquela pergunta e ela certamente virou-lhe as costas...²⁵²

Deste relato infere-se que Galdiana via o concubinato como uma possibilidade de romper com a dependência em relação à patroa e construir uma vida longe do seu domínio, mas, seus projetos de liberdade foram frustrados pelo amasijo que não comprimiu as promessas de tira-la dos serviços domésticos na residência de Albertina e a deixou mercê da sorte.

²⁴⁷ Na Ação de Desquite movida por Albertina de Almeida Motta contra o marido Antonio Barreto, em 1919, ambos apontam que vivem em desarmonia e que no dia 28 de dezembro de 1913, ele abandonou o lar conjugal. CEDOC/UEFS. Cíveis, *Ação Ordinária de Desquite*, Albertina Motta e Antonio Barreto, 1919-1922, Feira de Santana, E. 03, Cx. 65, Doc. 753.

²⁴⁸ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 17 de janeiro de 1931.

²⁴⁹ REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922). Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012, p. 50 e 142.

²⁵⁰ Segundo Michael Pollak, memória vivenciada por tabela são os acontecimentos dos quais as pessoas nem sempre participaram, mas foram vividos pelo grupo ou coletividade da qual ela se sente pertencer e por conta disso é quase impossível saber se participou ou não. POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 02.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 04.

²⁵² COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**, 1983, p. 26.

Após 1913, imagino que os laços entre Albertina e Galdiana foram se consolidando, haja vista que o marido de Albertina abandonou o lar conjugal²⁵³ e Galdiana se tornou umas das companhias mais presentes no cotidiano da patroa, que continuou a residir na mesma casa e com a pensão do seu pai, o coronel Agostinho Fróes da Motta²⁵⁴. De acordo com Eurico Della Costa:

Mas vamos falar de Galdiana e de seus filhos, já na residência de Dona Albertina, no ano de 1919. Dona Albertina tinha posto Marco Aurelio no Grupo Escolar na parte da manhã e na parte da tarde na oficina de marcenaria, onde se aperfeiçoou naquela arte, sendo que já no ano de 1924 ele já era um dos grandes oficiais do Cento Operário de Maciel de Baixo, na cidade de Salvador. Aureliana também frequentava o mesmo Grupo Escolar, Eurico estava aguardando completar os sete anos para ser matriculado e D. Albertina tinha grandes planos com relação aos estudos de Eurico, seu afilhado. Mas veja Andorinhas o que é a força do destino! Eurico, logo o Eurico o seu afilhado, que ela desejava que fosse detentor de um diploma universitário, sequer teve o prazer de ser matriculado numa escola primária...²⁵⁵

No jornal *A Folha do Norte* apareceu algumas notas sobre o Grupo Escolar Dr. J. J. Seabra²⁵⁶, que permitem elucidar o seguinte: era um edifício municipal localizado em Feira de Santana e destinado para o funcionamento de pavilhões escolares mistas, do sexo masculino e do feminino²⁵⁷. Além destas escolas que funcionavam no turno diurno, existia em Feira de Santana a Escola dos Pobres²⁵⁸, inaugurada em 1917 e cujo objetivo era atender meninos e adultos do gênero masculino que não pudessem frequentar as escolas diurnas. A mesma era mantida pelos esforços do professor negro Geminiano Alves Costa no edifício Monte Pio dos Artistas Feirense²⁵⁹.

O coronel Agostinho Fróes da Motta e o intendente municipal Bernardino Bahia foram membros da comissão responsável pela construção do edifício Grupo Escolar Dr. J. J.

²⁵³ CEDOC/UEFS, Cíveis, *Ação Ordinária de Desquite*, Albertina Motta e Antonio Barreto, 1919-1922, Feira de Santana, E. 03, Cx. 65, Doc. 753. Folha 2R.

²⁵⁴ CEDOC/UEFS, Cíveis, *Ação Ordinária de Desquite*, Albertina Motta e Antonio Barreto, 1919-1922, Feira de Santana, E. 03, Cx. 65, Doc. 753. Folha 2R-2V.

²⁵⁵ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. 1983, p. 30.

²⁵⁶ Segundo Wagner Alves Reis, O Grupo Escolar Dr. J. J. Seabra corresponde atualmente ao Centro Universitário de Cultura e Arte. REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922)**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012, p. 43.

²⁵⁷ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 24 de agosto de 1918.

²⁵⁸ OLIVEIRA, Daiana Silva; SOUSA, Ione Celeste. Uma escola para a pobreza: o professor negro Geminiano Alves da Costa e a Escola para Pobres em Feira de Santana (1919-1940). In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, Universidade Estadual de Maringá, 2015. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9241885>> Acesso em: 22 ago. 2017.

²⁵⁹ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 10 de fevereiro de 1917.

Seabra²⁶⁰ e participaram, em 1918, da inauguração dos anexos Dr. Antônio Muniz e Dr. Pedreira Franco. A inauguração contou com a participação dos alunos de todas as escolas que estavam projetadas no referido edifício e de “grandes massas de povo”²⁶¹.

Aurelio Ferreira de Medeiros aprendeu o ABC no Grupo Escolar Dr. J. J. Seabra e frequentou a oficina de marcenaria²⁶² que proporcionou o sustento dele depois que família saiu da residência de Albertina e voltou a residir no arraial de Tanquinho, em 1920.²⁶³ Aurelina Pereira de Medeiros, apesar de ter frequentado o mesmo Grupo, passou a viver dos serviços domésticos depois do mesmo período²⁶⁴. A oficina de marcenaria e as hierarquias de gênero ampliaram o leque de possibilidades de emprego para ele, enquanto ela, assim como a mãe, teve que recorrer aos serviços domésticos para angariar a sobrevivência.

Albertina de Almeida Motta, talvez tenha colocado os filhos de Galdiana para estudar por conta das concepções de educação que estavam em voga na República e eram compartilhados pelas elites feirenses. A patroa, ao colocar os filhos da sua doméstica para estudar, no edifício que foi construído a partir dos esforços políticos do coronel Agostinho Fróes da Motta e do intendente municipal Bernardino Bahia²⁶⁵, estava comungando com os ideais de progresso que deveriam constituir Feira de Santana nas primeiras décadas do pós-abolição e propagavam a necessidade de instruir os emergentes do cativo e seus descendentes²⁶⁶.

Wagner Alves Reis, ao discutir o interesse do coronel Agostinho Fróes da Motta com a instrução pública em Feira de Santana, apontou que o projeto de construção de prédios escolares inaugurado em sua gestão estava relacionado com a política de estado e com as reformas de ensino ocorridas entre 1891 a 1925²⁶⁷. Todavia, levantou a hipótese de que o interesse do coronel pela instrução dos menos favorecidos, talvez tivesse relação com as suas origens pobres e eventualmente escrava²⁶⁸.

Tendo em vista a suposição acima, aponto que Albertina de Almeida Motta poderia conhecer as origens do pai e, por isso, compartilhava dos interesses dele pela instrução dos

²⁶⁰ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 24 de agosto de 1918.

²⁶¹ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 24 de agosto de 1918.

²⁶² Apesar de não ter encontrado informações sobre esta Oficina em Feira de Santana, o processo crime envolvendo Aurelio Ferreira de Medeiros aponta que ele era marceneiro e sabia ler e escrever. Ver: CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1923-1924. E. 04, Cx.94, Doc. 119.

²⁶³ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1923-1924. E. 04, Cx.94, Doc. 119.

²⁶⁴ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 30-33.

²⁶⁵ MCS/UEFS. *Folha do Norte*, 24 de agosto de 1918.

²⁶⁶ Nos periódicos eram chamados de massa de povo. MCS/UEFS. *Jornal A Folha do Norte*, 24 de agosto de 1918.

²⁶⁷ REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922)**. Dissertação de Mestrado. UEFS, Feira de Santana, 2012, p. 41.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 39 a 42.

menos favorecidos. Porém, defendo a seguinte hipótese: Albertina, ao colocar os filhos de Galdiana para estudar no Grupo Escolar Dr. J. J. Seabra, estava fortalecendo politicamente a representação de família caridosa que os Fróes da Motta disputavam em Feira de Santana.

A patroa, apesar de ter proporcionado a instrução dos dois primeiros filhos de Galdiana, não conseguiu impedir que esta deixasse a sua residência, rompesse com as relações de trabalho doméstico e retornasse com os três filhos para o distrito de Tanquinho, em 1920. Conforme a narrativa de Eurico Della Costa,

[...] Galdiana deixou a mansão em 1920. Sendo assim Eurico estava com sete anos de idade, Aurelina com 10 e Aurélio com 17 anos de idade! O interessante disso tudo é que os filhos de Galdiana não se conformavam com a permanência de sua mãe na residência de D. Albertina. É que a disciplina a eles imposta era demasiadamente rigorosa, principalmente com relação a Aurélio, já quase homem feito e um competente oficial de marceneiro. Aurélio tinha um grande círculo de amizades entre os jovens de sua idade e já demonstrava grande tendência para a música. Já tocava o violão regularmente. E a ordem dada por D. Albertina era que era a de que após às sete horas da noite não seria permitido ninguém a rua. Como Aurélio queria ficar na rua até mais tarde, pulava o muro e ia encontrar com os seus colegas de infância. E Galdiana era constantemente chamada a atenção por sua comadre e patroa, o que a deixava bastante chateada e aflita. Mas mesmo assim, se dependesse dela terminaria seus dias ali mesmo na mansão da sua comadre. Acontece que seus filhos não pensavam da mesma maneira, especialmente Aurélio. Argumentava que aquilo não era vida. Reconhecia que tinha de tudo mas lhe faltava o essencial: liberdade. E tentava convencer a mãe a voltar para Tanquinho. Galdiana não teve outra saída e foi falar com sua comadre em se retirar da mansão definitivamente. Dona Albertina recebeu a notícia friamente [...] ²⁶⁹.

Após 15 anos de convivência com Albertina de Almeida Motta, Galdiana foi pressionada pelo filho mais velho a romper com ela e retornar para o distrito de origem, porque os projetos de liberdade dele entraram em choque com as regras estabelecidas pela patroa da sua mãe. Além disso, a fonte revela que a ruptura nas relações de trabalho doméstico e compadrio não foi protagonizada por Galdiana, teve como ator principal o filho mais velho dela, que já era praticamente um adulto e poderia ajuda-la a se manter com a profissão de marceneiro. Acredito que o rompimento das relações com Albertina não pode ser atribuído apenas a Aurélio Ferreira de Medeiros, Galdiana possivelmente foi a principal protagonista dessa história, porque poderia trabalhar nos serviços domésticos em Tanquinho, colocar a filha de 10 anos para atuar no mesmo setor e garantir, mesmo que forma precária, o sustento dela e da sua prole.

²⁶⁹ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 30-31.

O processo crime de lesão corporal que tem como réu o filho mais velho de Galdiana, conta que, em 1922, compareceu na delegacia de Feira de Santana, Anna Ernestiana de Jesus, de 18 anos, solteira, empregada doméstica, analfabeta, residente em Feira de Santana, para prestar queixa contra Aurelio Ferreira de Medeiros por tê-la espancando com um chicote no arraial de Tanquinho.²⁷⁰ O processo ocorreu dois anos depois que Galdiana deixou a residência de Albertina em Feira de Santana e qualificou o réu como brasileiro, 19 anos, solteiro, marceneiro, filho de “Guardiana” Ferreira de Medeiros, alfabetizado, residente no arraial de Tanquinho²⁷¹.

A partir do cruzamento destes dados com a memória de Eurico Presbítero Della Costa, aponto que Aurelio Ferreira de Medeiros, depois de deixar a residência de Albertina, passou a viver da profissão de marceneiro²⁷² proporcionada pelas relações de compadrio entre Albertina e Galdiana. A referida profissão possibilitou o aluguel de uma casa no arraial de Tanquinho para residir com a mãe²⁷³:

Bidô de Valéria era um mestre de marceneiro que tinha uma oficina em Tanquinho, por sinal bastante desacreditada, pois Bidô era chegado na bebida e não cumpria com a palavra empenhada com seus fregueses. Aurélio foi trabalhar com ele e levantou a moral da oficina. Assim que começou a trabalhar com Bidô, Aurélio alugou uma casa na rua da Rocha e lá foi residir juntamente com a sua mãe.²⁷⁴

Em 1922, Galdiana Ferreira de Medeiros e Eurico Della Costa, talvez não estivessem residindo com Aurélio Ferreira de Medeiros, pois no processo crime que o acusa de ter surrado Anna Ernestiana de Jesus, a testemunha Francisco Barbosa do Amor Divino (19 anos, solteiro, artista, alfabetizado, filho de [...] Barboza do Amor Divino, natural do distrito de Bom Despacho) balizou que estando na residência do acusado em Tanquinho, mais ou menos às 22h00min do mês de junho, entraram na referida residência Ana Erestina de Jesus e Aurélio Ferreira de Medeiros, sendo que ela entrou por uma porta e foi embora por outra e o depoente só ficou sabendo no dia seguinte que o acusado tinha dado uma surra nela²⁷⁵.

²⁷⁰ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1923-1924. E. 04, Cx. 94, Doc. 119.

²⁷¹ Os dados de qualificação do réu, como por exemplo, a idade, a instrução, a naturalidade, a residência em Tanquinho no ano de 1922 e a profissão corroboram com os dados apresentados por Eurico Della Costa.

²⁷² CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1923-1924. E. 04, Cx. 94, Doc. 119.

²⁷³ A filha de Galdiana, Aureliana Pereira de Medeiros não permaneceu em Tanquinho, foi para Salvador trabalhar com doméstica. Ver: COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 31.

²⁷⁴ Ibidem, p. 31.

²⁷⁵ CEDOC/UEFS. Sessão Judiciária, Processos-crimes, 1923-1924. E. 04, Cx. 94, Doc. 119.

Tendo em vista as citações que as testemunhas fizeram a respeito da casa do denunciado, sem mencionar a presença da mãe e do irmão dele nos horários que habitualmente estariam em casa (22h), imagino que o incidente tenha ocorrido na época em que Galdiana e Eurico Della Costa foram morar na fazenda do Roçado, nas proximidades de Tanquinho²⁷⁶. Eurico Presbitério Della Costa, apesar de ter retratado a trajetória do irmão atrelada a de Galdiana, silenciou na sua narrativa o envolvimento de Aurelio Ferreira de Medeiros com a Justiça Pública na condição de réu.

Eurico Della Costa ao caracterizar os seus antepassados como trabalhadores habilidosos (o avô era um excelente sapateiro, o irmão mais velho se destacava na marcenaria, a mãe nos serviços domésticos e ele na padaria) os integrava a sociedade e compensava o fato de não corresponderem às lógicas morais e sociais do final do século XIX e das primeiras décadas do XX. Porém, deixou vir à tona os “desvios morais” da mãe – era mãe solteira, tinha uma vida sexual livre, e após 1920, época em que deixou a residência de Albertina de Almeida Mota, passou a ter problemas com o alcoolismo – e silenciou ou justificou, com base das hierarquias de gênero, os “desvios” do avô e do irmão mais velho para montar um projeto de genealogia que colocasse o gênero masculino num lugar social de superioridade em relação ao feminino, pois a trajetória da sua mãe foi narrada pela lógica do trabalho e dos problemas de âmbito moral, enquanto as trajetórias dos antepassados do gênero masculino têm como fio central apenas o trabalho.

²⁷⁶ COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983, p. 33.

CONCLUSÃO

Pesquisar as trajetórias de empregadas domésticas em Feira de Santana, durante o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, foi um exercício desafiador, onde a metáfora da “*agulha no palheiro*” sintetiza como foi o processo de investigação de documentos que possibilitassem pensar sobre estas protagonistas. Busquei diversos tipos de fontes para conseguir reconstruir historicamente as experiências das empregadas domésticas em Feira de Santana, haja vista que a pesquisa com processos crimes, durante a graduação em História na UEFS, já tinha demonstrado que a maioria dos processos do início do século XX retrata sobre o cotidiano dos lavradores, e quando algumas testemunhas, vítimas e réus davam o emprego doméstico como profissão, no corpo do documento não apontavam para o cotidiano do trabalho doméstico. Entretanto, os poucos processos crimes que foram localizados no CEDOC/UEFS, indicaram particularidades e semelhanças sobre a vida de empregadas domésticas no município de Feira de Santana que possibilitaram discutir relações de trabalho com os patrões, violências, resistências e revoltas no ambiente de labor.

Na leitura pioneira dos jornais, estava focada na parte central do documento e por esse motivo não encontrava notas que remetesse para o trabalho doméstico, pois estas fontes retratam principalmente sobre os “grandes homens” e os eventos políticos da história de Feira de Santana, do Brasil e do mundo. Como encontrar informações sobre trabalhadoras domésticas em documentos que insistiam em invisibilizá-las? Esse foi o segundo desafio da pesquisa, e para superá-lo tive que ler todas as partes dos periódicos, não desprezar propagandas, anúncios, notas, etc.. Foi a partir desta sensibilidade que encontrei os adágios e as piadas que aludiam sobre as empregadas domésticas.

Após isso, precisei romper os meus limites intelectuais para compreender piadas e adágios que a priori não faziam sentido na minha pesquisa. Entender a época em que foram produzidas e divulgadas era o caminho para poder decifrá-los. Sendo assim, retornei para as partes centrais dos jornais que privilegiavam “os grandes homens”, os feitos políticos, professores, e etc. para entender como funcionava esta sociedade e quais eram os ideais daqueles que seriam os patrões das empregadas doméstica e instituidores das piadas. Tive que entender o mundo dos patrões para compreender o que seria ser empregada doméstica em Feira de Santana, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, e constatei que os patrões representavam as criadas como ingratas por não aceitarem a submissão na condição de vida imposta por eles.

A memória de Eurico Della Costa sobre Galdiana ampliou a minha visão em relação às cridas no município de Feira de Santana, já que era o filho falando sobre a mãe, e por mais que fosse a vida dela através do que ele selecionou e intercedeu por um olhar masculino, a fonte trazia detalhes e histórias que jamais poderia acessar por meio dos processos crimes e jornais. Tendo em visita este documento, precisei pensar a memória como fonte histórica para não incorrer na tentação de reproduzi-la como se fosse à história em si.

Após o rompimento de alguns limites intelectuais, comecei a tratar a memória como documento histórico que possibilitaria acessar meu objeto de estudo: trajetórias de empregadas domésticas, no entanto, o acesso dessas vidas teria que ser intercedido pelo cruzamento com outros documentos que infelizmente (ou felizmente) não tinham relações diretas com a trajetória de Galdiana Ferreira de Medeiros. Novamente outro desafio, como interligar fontes de natureza diferente e que na maior parte das vezes não tinham relação com a vida de Galdiana? Tive que abusar da imaginação histórica para conseguir reconstruir as diversas experiências de empregadas domésticas no município de Feira de Santana.

A análise e o cruzamento das fontes elucidaram que as empregadas domésticas conheciam os códigos dos patrões e da sociedade que as condenavam pelo fato de serem negras e/ou terem um passado vinculado ao cativo e de não corresponderem ao padrão ideal de mulher para implantar a civilidade na República feirense. Por isso, recorriam às relações de apadrinhamento com os patrões para conquistar a sobrevivência em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, raça e classe.

Processo crimes, jornais e a memória de Eurico Della Costa apontam que as domésticas residentes no município de Feira de Santana, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentaram para garantir a subsistência, a exemplo da pobreza, das desigualdades de gênero e de raça, conseguiram romper relações de trabalho tradicionais, retornaram para casas dos seus familiares e acionaram a Justiça para penalizar maus tratos, estupros e defloramentos vivenciados no ambiente de labor e fora dele. As protagonistas e vítimas desta história eram crianças e mulheres que vivam com os seus patrões, mas, tinham projetos de liberdade que não atendiam aos interesses deles.

Em resumo, espero que esta pesquisa possa contribuir com a história de Feira de Santana e resulte em maior visibilidade historiográfica para as empregadas domésticas, seus familiares e patroas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Vislumbro também que esta investigação tenha reconstruído, a partir da utilização de uma fonte inédita para a história de Feira de Santana (memória de Eurico Della Costa), a inserção social de uma

filha de libertos (Galdiana Ferreira de Medeiros) e de suas descendentes após a abolição da escravidão, em 1888 e da implantação da República, em 1889.

FONTES

Fontes censitárias

IBGE. Recenseamento do Brasil de 1872, Bahia.

IBGE. População Recenseada, em 1 de setembro de 1920, Bahia, Vol. 4, Parte 5, Tomo1.

Fontes digitalizadas

Museu Digital da Memória Afro-brasileira/Coleção de fotografias de Luiz Cleber Moraes Freire:

<http://ww2.arquivoafro.ufba.br/content/luiz-cleber-moraes-freire?page=3>. Acessado em 02/07/2017.

<http://ww2.arquivoafro.ufba.br/content/luiz-cleber-moraes-freire?page=3>. Acessado em 02/07/2017.

Fotografia de Albertina de Almeida Motta - Arquivo pessoal José Motta.

Fontes impressas

1. Legislação

SOARES, Oscar de Macêdo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. 5º ed., Rio de Janeiro: H. Garnier, 1920.

2. Memorialista

COSTA, Eurico Presbítero Della. **A Fazenda Santo Antônio no Tanquinho**. São Paulo, 1983.

3. Periódicos (Museu Casa do Sertão/Universidade Estadual de Feira de Santana)

Gazeta do Povo. 1892.

O Município. 1892-1911.

O Progresso. 1900-1909.

Folha do Norte. 1909-1920.

4. Relatórios (Museu Casa do Sertão/Universidade Estadual de Feira de Santana e Biblioteca do Colégio Padre Ovídeo/Feira de Santana)

Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana

Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, 1921- 1924, 1926-1928, 1931 e 1932.

5. Centros de Documentação da Universidade Estadual de Feira de Santana (CEDOC/UEFS)

Seção Judiciária- Processos crimes.

Sumário – Lesão Corporal, 1900. E. 02, Cx. 34, Doc. 580.

Sumário – Lesão Corporal, 1918. E. 01, Cx. 34, Doc. 579

Sumário – Lesão Corporal, 1923-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 231.

Sumário – Lesão corporal, 1923-1924. E. 04, Cx. 94, Doc. 119.

Sumário – Homicídio, 1914-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 237.

Habeas Corpus – Estupro, 1926. E. 01, Cx. 29, Doc. 518.

Inquérito – Defloramento, 1911-1912. E. 04, Cx. 117, Doc. 2381.

Sumário – Defloramento, 1923-1924. E. 01, Cx. 12, Doc. 236.

Seção Cível

Ação Ordinária de Desquite, Albertina Motta e Antonio Barreto, 1919-1922, Feira de Santana, E. 03, Cx. 65, Doc. 753.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. Ódios raciais e paixões libertárias: conflitos sóciorraciais na Bahia (1888-1889). **Humanas**, ano1, n. 2, Jul./dez. 2002.
- ALVES, Chintamani Santana. **Tramas da terra: conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013.
- AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990.
- COSTA, Livia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2013.
- CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2011.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza em Salvador, 1890- 1940**. Salvador: CEB, 2003.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Quem Pariu Matheus que Balance. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.18, p.117-126, 1998.
- FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após abolição. **Cadernos AEL: trabalhadores, leis e direitos/ UNICAMP/IFCH/AEL**, Campinas, vol. 14, n. 26, p. 97-129, 2009.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: José Olímpio. 1987.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004.

Le GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed.. Campinas, SP Editora UNICAMP, 1996.

LIMA, Carlos Alberto Alves. **De Luzes e Becos: cartografias, Itinerários e Imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960)**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2014.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **Viver por si: Histórias de Liberdade no Agreste Baiano Oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888)**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2012.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Daiana Silva; SOUSA, Ione Celeste. Uma escola para a pobreza: o professor negro Geminiano Alves da Costa e a Escola para Pobres em Feira de Santana (1919-1940). In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, Universidade Estadual de Maringá, 2015. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/9241885> > Acesso em: 22 agos. 2017.

OLIVEIRA, Daiane Silva. **Instrução de Pobres e Negros em Feira De Santana: As Escolas do Professor Primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920)**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2016.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **“Adeptos da mandinga”:** candomblés, curandeiros e repressão policial na princesa do sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970). Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**, Santa Catarina, Terceiro Milênio, n. 2, 1994.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922). Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 1996.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida**: Salvador 1900-1940. Salvador: EDUFBA, 2003.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **Honra e sexualidade Infanto-Juvenil na cidade de Salvador, 1940 a 1970**. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2007.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SANCHES, Maria Aparecida. **Fogões, pratos e panela**: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1999.

SANTA BARBARA, Reginildes. R. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade**: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-Bahia (1929-1964). Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2007.

SANTANA, Keilane Souza. **Empregadas domésticas e seus patrões em Feira de Santana 1900-1930**. Monografia, UEFS, Feira de Santana, 2011.

SCOTT, Joan W.. História das Mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SCOTT, Joan W.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, V.16, n° 2, julho/dez, p. 5-22, 1990.

SILVA, Aldo José Moraes. **Natureza Sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana**. Elementos para o Estudo da Construção da Identidade Social no Interior da Bahia (1833-1937). Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2000.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro. **Domésticas criadas entre textos e Práticas sociais**: Recife e Salvador (1870-1910). Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2011.

SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VIANNA, Hildegardes. **Antigamente era assim**. Rio de Janeiro: Record, 1994.